

Logo na abertura da Assembleia da República

Desafio ao Governo

Comunistas vão interpelar
o Executivo de Cavaco Silva
sobre a degradação
da situação social
e a crise económica

Nota
da
Comissão
Política
Pág. 3

O significado político do
reconhecimento
da OLP por Israel
é inseparável
da luta heróica
do povo palestino

Pág. 11

A questão da segurança
das populações

• Editorial • Artigo Pág. 18
• Comentário Pág. 8

Não há alternativa à CDU

• artigo de
António Lopes

Pág. 14

CGTP/IN exige melhoria dos salários reais em 1994

Pág. 5

Chipre 19 anos após a invasão turca

• artigo de
Miguel Urbano Rodrigues

Págs. 16 e 17

*Entrevistas
e depoimentos
dos convidados
estrangeiros
na*

FESTA
1993
Avante!

Centrais

Segurança e diversão



Carlos Carvalhas e Lino Paulo contactam população e feirantes em Sintra

RESUMO

8 Quarta-feira

O Governo português recusa receber uma delegação da Unita ■ A Federação dos Professores, em reunião do seu Secretariado Nacional, alerta para os numerosos problemas com que se defrontam os docentes neste início do ano escolar, concluindo que estes vão regressar às escolas descontentes e desmotivados ■ Os trabalhadores da Têxtil Lopes da Costa, em Gouveia, dão um prazo à administração da empresa para que seja retomada a total laboração ■ João Jardim justifica a suspensão das assinaturas de três jornais alegando que estava em curso uma campanha contra a sua pessoa ■ Bernard Tapie, presidente do Marsella, recorre da decisão da UEFA que impede o seu clube de disputar este ano a Taça dos Clubes Campeões Europeus, na sequência de anunciados casos de corrupção ■ A União de Jornalistas Angolanos revela que mais de 100 jornalistas e 400 outros profissionais ligados à informação são dados como desaparecidos naquele país desde o recomeço da guerra.

9 Quinta-feira

O Sindicato dos Enfermeiros entrega no Ministério da Saúde quatro mil postais provenientes de todo o País reivindicando a negociação de um estatuto profissional ■ Agricultores de Leiria respondem ao apelo da sua Federação e concentram-se em frente da Câmara de Porto de Mós em protesto contra a política para o sector ■ O PS afirma pela voz do seu secretário-geral que a "insegurança é culpa do Governo" ■ A Associação Portuguesa dos Hemofílicos acusa o Governo de voltar a "vestir a capa da indiferença e da passividade" em relação aos hemofílicos contaminados com a SIDA ■ O Presidente da República promulga a Lei do Asilo ■ Constantín Caramanlis, chefe de Estado grego, acede ao pedido para dissolver o Parlamento e convocar eleições antecipadas ■ Violentos combates voltam a eclodir entre forças da ONU e milícias somalis a Sul de Mogadíscio, Somália.

10 Sexta-feira

Com 96 anos, morre, em Lisboa, Azeredo Perdigão, o homem que durante 35 anos esteve à frente da Fundação Calouste Gulbenkian ■ Os países observadores do processo angolano afirmam que recomendarão à ONU a adopção de medidas de embargo à Unita ■ Centenas de mineiros de Aljustrel concentram-se em Beja para exigir a reabertura da mina ■ O PCP rejeita a ideia avançada pelo PS de antecipar a revisão constitucional com o objectivo de permitir a criação de corpos municipais de polícia ■ Um batalhão de elite do exército sérvio amotina-se em Banja Luka, principal cidade da Bósnia ■ Bill Clinton anuncia o reatamento para breves negociações entre os EUA e a OLP ■ A Alemanha reivindica para o seu país um lugar de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU.

11 Sábado

O vice-presidente chinês, Rong Yiren, chega a Lisboa para uma visita oficial ■ Duração Bar-

roso afirma que Portugal está disponível para uma eventual reabertura das negociações entre a Comunidade Europeia e os EUA sobre política agrícola ■ População de Gondomar impede inauguração de via rápida por falta de passagens aéreas para peões ■ O Governo angolano reage às recentes iniciativas diplomáticas da Unita considerando que estas apenas visam iludir a comunidade internacional ■ Arafat, líder da OLP, e Yitzhak Rabin, primeiro-ministro israelita, confirmam a sua presença na cerimónia de assinatura da Declaração de Princípios israelo-palestina ■ Separatistas arménios do Nagorno-Karabakh declaram um cessar-fogo unilateral.

12 Domingo

Militantes do PSD da Madeira expulsos por João Jardim indignam-se contra esta decisão e prometem não ficar parados ■ Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, acompanhado pelo candidato à presidência da Câmara de Sintra, Lino Paulo, visitam a feira de S. Pedro onde contactam com feirantes que se queixam sobre a crise no negócio ■ Cavaco Silva anuncia novas escolas para o distrito de Setúbal numa deslocação marcada pelos protestos contra o desemprego e os salários em atraso ■ Prosseguem em Mogadíscio as manifestações de partidários do general Aidid contra a presença de soldados americanos e de forças da ONU ■ A Unita volta a flagelar com artilharia pesada o Menongue.

13 Segunda-feira

Couto do Santos garante que o ensino superior não terá propina única ■ O presidente da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais defende a uniformização de vencimento entre bombeiros sapadores e municipais ■ Israel e OLP assinam na Casa Branca uma declaração de princípios que suscita reacções desencontradas, quer de apoio, quer de contestação, no seio de israelitas e palestinianos ■ O Parlamento Europeu reabre os seus trabalhos após um mês de férias tendo como temas de fundo nesta "rentrée" a crise monetária do Verão e o acordo entre Israel e a OLP ■ O Parlamento sul-africano inicia a discussão dos diplomas relativos à lei eleitoral ■ Luanda afirma não acreditar no cessar-fogo unilateral anunciado pela Unita.

14 Terça-feira

O candidato do PSD/Madeira à Câmara do Funchal defende a reintegração dos militantes de Machico expulsos por João Jardim ■ O SOS Racismo revela que desde 1989 foram praticados 58 actos de violência racista por grupos neonazis ■ O PCP anuncia que vai interpellar o Governo no Parlamento sobre a crise económica ■ Um avião da companhia alemã Lufthansa incendeia-se no aeroporto de Varsóvia provocando 40 feridos ■ Croatas e muçulmanos anunciam em Genebra um novo acordo para pôr fim às hostilidades na Bósnia ■ Jordânia e Israel assinam acordo, dando sequência ao processo de paz aberto com a Declaração de Princípios subscrita por palestinianos e israelitas.

Cavaco Silva empenhou-se, no discurso de sábado passado aos autarcas do PSD, em pintar-de-rosa a política de imigração do Governo, como se este estivesse virgem de responsabilidades na grave situação criada e acabasse de iniciar o seu mandato.

O Primeiro-Ministro retomou também a perversa abordagem que tem sido feita pelo ministro Dias Loureiro e que consiste em estabelecer um nexo causal entre o aumento da criminalidade e a insegurança das populações, de um lado, e a imigração de outro, o que não pode deixar de contribuir para a propagação acelerada de sentimentos racistas e xenófobos.

A grande operação de diversão em torno da questão da segurança das populações desencadeada pelo Governo em Agosto está assim para continuar e constituirá, com alta probabilidade, um dos seus tópicos propagandísticos durante a pré e a campanha eleitoral para as autárquicas.

A exploração partidária e eleitoralista que o Governo está a fazer da questão da segurança lança logo as maiores suspeitas sobre a seriedade das suas intenções.

Além disso, é preciso que não haja dúvidas, de que a situação de insegurança que se faz sentir sobretudo nas zonas urbanas onde vivem as populações de menores recursos, e que constitui hoje um grave problema nacional, é, acima de tudo e a vários títulos, da responsabilidade do Governo do PSD.

Da responsabilidade do Governo é a crise económica e social em que o país está mergulhado com o aprofundamento das manchas de marginalidade e exclusão e o alastramento em massa do desemprego e dos que não recebem salário.

Da responsabilidade do Governo foram as reformas e as reestruturações inconsistentes, determinadas por puras razões economicistas, das estruturas de segurança que mais protegem as populações.

Da responsabilidade do Governo é a prática seguida em relação à imigração, ao longo dos anos do cavaquismo, especialmente nos últimos, a porta aberta à entrada clandestina de largas dezenas de milhares de imigrantes africanos que se amontoaram em guetos sem quaisquer condições e trabalharam por salários de miséria no "boom" das obras públicas.

Aquilo que Cavaco Silva apontou, no discurso de sábado, como devendo constituir uma justa política de imigração, foi o contrário do que o seu Governo praticou no decurso dos últimos anos e corresponde, simultaneamente, ao que tem sido exigido pelo PCP e o movimento sindical. Foi o PCP, outras forças da oposição e o movimento sindical que exigiram que fosse garantido aos imigrantes "o acesso efectivo ao

trabalho, à saúde, à educação e à segurança social", não o Governo que não se tem ralado minimamente com isso.

Os guetos de africanos vivendo em condições sub-humanas é que são a realidade típica da política de imigração cavaquista.

O Governo do PSD é responsável, ao mesmo tempo, pela campanha de intoxicação que tem em vista inculcar nas populações portuguesas a falsa ideia de que a criminalidade, a violência, o tráfico de droga são da responsabilidade de imigrantes, especialmente dos gangs de africanos.

O SIS (Serviços de Informações de Segurança) têm desempenhado nesta campanha de intoxicação um papel verdadeiramente sinistro que é urgente clarificar.

É perfeitamente inacreditável que um semanário possa publicar um relatório secreto do SIS para o Primeiro-

A situação de insegurança que se faz sentir sobretudo nas zonas urbanas onde vivem as populações de menores recursos, e que constitui hoje um grave problema nacional, é, acima de tudo e a vários títulos, da responsabilidade do Governo do PSD.

Ministro se não for essa a vontade do Serviço.

Uma das mais preocupantes vertentes da operação de diversão que tem como eixo a segurança das populações é, assim, o seu carácter xenófobo e racista, apontando as minorias étnicas imigradas como as causadoras das dificuldades crescentes com que os portugueses se debatem e que tudo indica se agravarão nos próximos meses.

A outra principal vertente visa apresentar as situações de criminalidade e violência como justificativas das orientações decorrentes do acordo de Schengen e de directrizes comunitárias para a imigração, medidas tendentes ao reforço do aparelho repressivo e de controlo dos cidadãos e até um certo estilo brutalizado da intervenção das forças de segurança, como se verificou na Trofa.

Infelizmente, o próprio PS não conseguiu fugir à tentação de instrumentalizar uma questão tão sensível para

as populações, como é a da segurança, enveredando também ele por uma outra operação de diversão.

A necessária responsabilização do Governo, a que o PS de qualquer maneira procedeu, ficou enfraquecida com a tentativa de se pôr em bicos de pés e fazer das suas propostas um facto político artificial que lhe desse saliência e iniciativa na abordagem da matéria.

A tentativa da operação socialista redundou, no entanto, num completo fracasso.

A proposta PS de criação de polícias municipais para combater a criminalidade, com uma nova revisão da Constituição para a viabilizar, se necessário, é, simultaneamente, insensata, perigosa e desestabilizadora.

Insensata do ponto de vista dos interesses das autarquias, perigosa do ponto de vista da estruturação e operacionalidade das forças de segurança, desestabilizadora da Lei Fundamental, que foi objecto ainda há tão pouco tempo de uma revisão, também com o acordo do PS, para a ratificação do malfadado Tratado de Maastricht.

Por uma razão ou por outra, ou por todas juntas, a proposta do PS foi rejeitada pela generalidade das forças políticas.

As questões que se prendem com a insegurança das populações revestem uma grande importância e exigem múltiplas políticas para que a segurança possa ser eficazmente assegurada - política social, política de imigração e integração, política de protecção das populações.

Importa não perder de vista que é da reclamação de uma justa política social que o Governo pretende desviar as atenções quando desenvolve a sua campanha em torno das questões de segurança.

E, no entanto, só no plano social é que as questões de segurança podem encontrar cabal resolução. Não há medidas de segurança, nem forças policiais por mais poderosas e apetrechadas, que possam garantir a segurança das populações onde campeiam a injustiça e as desigualdades sociais afrontosas, como tantas situações, acontecimentos e experiências recentes demonstram!

Dar toda a prioridade às questões sociais é também a maior prioridade para as questões de segurança.

Os grandes responsáveis pelo agravamento das condições de vida dos trabalhadores e das populações laboriosas do nosso país - portugueses ou de minorias imigradas - são o governo do PSD e o grande capital.

É junto deles que é preciso levar o protesto e a reivindicação, como o fizeram, durante uma visita eleitoralista de Cavaco Silva no passado domingo, os trabalhadores do Barreiro e Alhos Vedros.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial "Avante!", SA — Av. Almirante Reis — 90, 7ªA, 1100 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — Av. Almirante Reis, 90, 7ªA, 1100 Lisboa. Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 Fax: 815 34 95

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Tel. (01) 815 34 87/8153511

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição.

Sede: Rua do Norte, 115, 1ª, 1200 Lisboa. Tel. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04. Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra. Tel. (033) 71 35 77. Delegação Norte: R. Monte dos Pisos, 326, Guilhões, 4450 Matosinhos. Tel. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90-7ªA 1100 Lisboa — Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7ªA 1100 Lisboa — Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composto e impresso na Heská Portuguesa, SA R. Elias Garcia, 27 Vanda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.700\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.765\$00

ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00

MACAU — 50 números: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____ Tel. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial "Avante!" acompanhado de cheque ou vale de correio.

PCP

Nota da Comissão Política

Na política do Governo reside a causa principal dos problemas

Na sua reunião de 13 de Setembro, a Comissão Política do PCP, para além da apreciação do processo da constituição das listas para as eleições autárquicas, analisou os aspectos mais relevantes da actualidade política, económica e social que como era previsível se acentuou e agravou durante e após o período de férias.

Considera a Comissão Política do PCP que o Governo, ao insistir na redução e destruição do aparelho produtivo instalado, ao prosseguir o objectivo de facturar o preço da crise aos salários, aos direitos sociais e laborais e à estabilidade no emprego, conduz o país para uma situação alarmante e leva ao aparecimento de preocupantes fenómenos de exclusão e marginalização social e novas inseguranças.

Na política do Governo reside a causa principal dos problemas.

Na questão do emprego e desemprego, o Executivo do PSD tem-se preocupado mais em controlar e esconder as estatísticas do que em controlar e sustentar o desemprego.

A Comissão Política do PCP salientou a estranha forma do Governo em combater o desemprego, despedindo, avalizando ou anunciando a liquidação de milhares de postos de trabalho efectivos na TAP, na Siderurgia Nacional, na CP, nas Comunicações, na Indústria Naval, na Metalomecânica Pesada e na Função Pública.

Tal como a Comissão Política alertou recentemente, aumentou o número das empresas em dificuldade, em situação de falência ou que não reabriram depois das férias. Assiste-se à vulgarização do recurso ao Lay-off, à declaração das empresas em situação económica difícil, aos salários em atraso, às pressões e chantagens sobre os trabalhadores para rescindirem o seu contrato ou aceitarem as pré-reformas, situações que ultrapassam já o rigoroso levantamento, feito em Junho pela CGTP-IN, abrangendo 900 empresas.

A Comissão Política do PCP denuncia o carácter mistificador da operação do Governo ao tentar contrapor a manutenção do emprego à reivindicação e existência de salários dignificados e aos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores.

Recorde-se, como exemplo desmistificador desta operação, que no Vale do Ave, na Corda da Serra, em

Aveiro e noutras regiões do país, o facto de os salários estarem ao nível do mínimo nacional não impedem nem resolvem o crescimento dramático do desemprego.

Salienta ainda a Comissão Política que as propostas que o Governo apresentou no Conselho de Concertação Social não visam nenhuma medida de fundo para dar combate ao desemprego, não respondem às situações concretas e aos problemas concretos pretendendo apenas o aval das organizações sindicais a uma política injusta e de pesados sacrifícios para os trabalhadores, para os seus salários e para os seus direitos, que são património da luta de gerações inteiras e da própria democracia.

É esclarecedor que o ministro do Emprego, discursando em Gondomar, fugindo à comparação dos salários dos trabalhadores portugueses com os que são praticados em Espanha ou França, tenha usado como bitola os salários praticados em Marrocos.

Silva Penada vem assim estilhaçar as promessas ditas e reditas da aproximação dos salários dos portugueses aos trabalhadores dos restantes países da Comunidade admitindo já que o Governo pretende colocá-los ao nível dos países menos desenvolvidos.

Descoordenação e imprevisto na política educativa

A Comissão Política considerou, preocupadamente, as condições de abertura do ano lectivo 93/94, em que avultam a falta de condições de funcionamento e de

segurança de muitas escolas, os atrasos no preenchimento dos quadros docentes que inevitavelmente retardarão o funcionamento em pleno das aulas, o inenarrável "folhetim" do acesso ao ensino superior e os ziguezagues do ministro da Educação face ao iminente naufrágio da lei das propinas. E que se inserem num quadro geral de persistência e de agravamento da crise que atinge profundamente todos os sectores e níveis de ensino.

A descoordenação e o imprevisto da política educativa do Governo, a ausência de medidas estruturais fundamentais, o corte indiscriminado de despesas com o ensino e o sacrifício da escola pública e do direito à educação no altar da mercantilização do ensino, associada à continuada tentativa de imposição de um sistema de gestão antidemocrática das escolas e ao ataque generalizado aos direitos dos professores, estão a deitar por terra uma reforma educativa cujos objectivos democratizadores e modernizadores do ensino em Portugal a Lei de Bases do Sistema Educativo havia proclamado.

Neste contexto, o envio de uma carta do ministro da Educação a todos os professores reclamando o seu empenhamento no novo ano lectivo, constitui uma acabada

O próprio Banco de Portugal, que ao longo dos últimos meses evitou reconhecer publicamente a realidade vivida na economia portuguesa, vê-se agora obrigado a confirmar a existência de uma grave recessão económica.

A projecção, pelo Banco de Portugal, de uma "taxa de crescimento negativa" para o Produto Interno Bruto no ano corrente é a confirmação oficiosa e inequívoca da recessão.

Mas o mais grave não é a confirmação de uma recessão de há muito sentida. O aspecto mais grave, como o PCP de há muito o vem afirmando com base no acompanhamento da realidade do país, é a confirmação da intensidade da recessão e o facto de ela se estender a todos os sectores da actividade económica, da agricultura aos serviços, e, mais importante, de não ser visível qualquer perspectiva de saída da crise económica em que o Governo do PSD atolou o país. Ou, como refere o banco central numa linguagem sofisticada, é "difícil retirar conclusões sobre uma eventual viragem".

E não pode haver qualquer perspectiva de "viragem" quando, designadamente, o investimento produtivo das empresas cai em cerca de 12%, após uma queda de mais de 5% em 1992. Quedas consecutivas do investimento, cuja ordem de grandeza só tem paralelo com o biénio de 1983/84.

Com uma agravante: é que agora o mercado nacional está mais aberto à concorrência externa, é crescente a substituição de produção nacional por importações e, por isso, muitas empresas que agora se viram obrigadas a deixar de investir não terão, no futuro, possibilidades de recuperar.

É escandaloso e inaceitável, que neste quadro, os especuladores bolsistas façam fortunas fabulosas mesmo através de empresas em situação pré-falimentar, o que demonstra que a crise não é para todos.

E a esta realidade cada dia mais dramática, o Governo continua a não dar a resposta adequada e necessária: **dar prioridade à recuperação da produção e à travagem e redução do desemprego.**

Pelo contrário, é hoje visível que o Governo e Cavaco Silva estão fundamentalmente interessados não em travar a recessão económica mas sim em aproveitar o pretexto da crise para acelerar a concentração e centralização de capitais, para congelar e reduzir os salários, liberalizar os despedimentos e o emprego precário, degradar as prestações sociais e redu-

zir os direitos sociais dos trabalhadores e de outras camadas sociais mais desfavorecidas.

A Comissão Política do PCP decidiu, face ao agravamento da situação económica e social e à persistência do Governo em prosseguir a sua desastrosa política, que o **Grupo Parlamentar do PCP agende e realize uma interpelação sobre política geral centrada na degradação da situação social e na crise económica, como a sua primeira e grande iniciativa na abertura da sessão legislativa da Assembleia da República.**

A sua divulgação, preparação e realização procurará inserir-se no prosseguimento e intensificação do protesto e da luta de todas as classes, camadas e grupos sociais atingidos pela política governamental, que são condições essenciais e indispensáveis para sustentar e derrotar os objectivos anti-sociais do Executivo do PSD, abrindo possibilidades a uma nova política e a uma alternativa democrática.

A Comissão Política reafirma o empenhamento do PCP em dedicar o melhor das suas energias e dos seus esforços para que se alcance a convergência das movimentações sociais na busca de resposta aos problemas mais prementes do povo e do país e do fortalecimento da aspiração e da exigência nacional de uma mudança democrática de política e de Governo.



expressão de farisaísmo e de desnorte políticos, pela parte de quem há muito demonstrou não ter um mínimo de condições para o desempenho das elevadas responsabilidades que lhe estão confiadas.

A Comissão Política do PCP considera da maior importância o prosseguimento da intervenção e da luta dos professores, dos estudantes e dos pais no novo ano lectivo, quer no sentido da resistência à política do Ministério da Educação e da minimização dos seus efeitos nefastos, quer da construção colectiva e participada das linhas e das medidas de uma política educativa democrática que responda às legítimas expectativas dos principais intervenientes da área do ensino e às necessidades do país. E anuncia, a realização, no próximo dia 25 de Setembro, em Setúbal, de uma reunião nacional de professores do PCP, dedicada ao aprofundado exame dos problemas da abertura do ano lectivo.

Recessão estende-se a todos os sectores

A degradação da situação social que se vive no país é inseparável da profunda crise económica gerada, no essencial, pela política económica do Governo.

TRABALHADORES

CAVACO SILVA TEVE QUE OUVI-LOS

Durante a deslocação que fez no passado domingo ao distrito de Setúbal e onde o programa oficial era preenchido por inaugurações e promessas, o primeiro-ministro teve que ouvir protestos de trabalhadores de empresas com salários em atraso ou onde os postos de trabalho correm perigo. No Barreiro e em Alhos Vedros, Cavaco Silva teve a recebê-lo representantes dos trabalhadores da Quimigal/Aubos, da Lisnave, da Renault, da Merloni, da Movauto e da Gefa, bem como reformados e sindicalistas, que lhe manifestaram o seu protesto pela grave situação social que se vive no distrito. «Queremos trabalho e pão, desemprego não» e «A luta continua, Cavaco para a rua» foram das palavras de ordem mais gritadas.

MATOSINHOS

O matadouro de Matosinhos esteve encerrado segunda-feira devido à greve ali realizada em protesto contra o anunciado encerramento daquela infra-estrutura. Os cerca de 100 trabalhadores do matadouro aderiram quase na totalidade à greve, segundo uma dirigente do Sindicato da Função Pública do Norte. Em declarações à Lusa, Maria Assunta referiu que a luta vai alargar-se a trabalhadores de outros matadouros nortenhos igualmente ameaçados de encerramento.

AVEIRO

As dificuldades económicas do colégio Alberto Souto, em Aveiro, que alberga 82 rapazes sem lar, com idades entre os 6 e os 18 anos, são motivo de preocupação para os trabalhadores do estabelecimento e para o Sindicato da Função Pública da Zona Centro. Numa conferência de imprensa que deu a 3 de Setembro, esta estrutura sindical revelou que os pagamentos a fornecedores e os salários dos trabalhadores contratados estão atrasados desde Janeiro e nem sequer têm sido feitos os descontos para a Segurança Social. A falta de verbas levou também a que ainda não tenham sido reparados os danos causados no telhado e numa arrecadação por um incêndio em Julho.

ENFERMEIROS

Em plenários nacionais descentralizados, a realizar a 21, 22 e 23 de Setembro, os enfermeiros vão debater a radicalização de formas de luta pela abertura da negociação para a publicação do Estatuto Profissional da classe. A proposta saiu da Direcção Nacional do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, que reuniu em Lisboa na semana passada, e inclui a realização de uma greve na primeira quinzena de Novembro. O SEP divulgou as conclusões da reunião numa iniciativa pública que realizou perto do Ministério da Saúde, no dia 9, com o objectivo de entregar a Arlindo Carvalho milhares de postais subscritos por enfermeiros que assim manifestaram o seu desagrado por o Governo ainda não ter respondido à proposta sindical de Estatuto.

ESPINHO

Trabalhadores da «Manuel Pereira Fontes» decidiram concentrar-se junto às instalações da empresa na passada segunda-feira, para reclamar o seu regresso ao trabalho e o pagamento dos salários em atraso. Segundo o Sindicato do Sector Têxtil de Aveiro, as cerca de 250 pessoas que trabalham naquela firma estão desde Dezembro último com o contrato suspenso ao abrigo da lei dos salários em atraso (17/86); tal como naquela data, estão ainda por pagar os salários de Outubro e Novembro e o 13º mês, bem como 8 dias de Dezembro. Os trabalhadores foram forçados a suspender os contratos por necessidade de sobrevivência imediata, permitindo ao mesmo tempo que a administração preparasse um projecto de reestruturação da empresa. Passados mais de 8 meses, não foi apresentada qualquer proposta pela administração e o período de garantia do subsídio de desemprego, para os trabalhadores mais jovens, está a terminar - refere o sindicato.

SHERATON

O Sindicato da Hotelaria do Sul e a federação da Hotelaria e Turismo imputaram à direcção e administração do Hotel Sheraton a responsabilidade moral pelo suicídio, na semana passada, de Bartolomeu António Teresa, que era chefe de refeição de pessoal naquele estabelecimento. «As maiores empresas continuam a empolar exagerada e contraditoriamente a situação do sector, criando um clima psicológico para procederem a despedimentos dos trabalhadores efectivos e pagarem os salários fora do fim do mês», acusam.

RIO SOUSA

A Fundação do Rio Sousa encontra-se paralisada por falta de energia eléctrica e matérias-primas e por causa do abandono irresponsável dos administradores, denunciou na semana passada o Sindicato dos Metalúrgicos do Porto. Apesar de ter encomendas, a Fundação deve aos seus 60 trabalhadores metade dos salários de Julho, o mês de Agosto e o subsídio de férias, deste ano, e o 13º mês e retroactivos salariais de 1992. Para debater a situação, foi convocado um plenário de trabalhadores para o passado dia 7.

Enquanto o Governo insiste na perspectiva de privatização

Administração fecha-se em copas sobre o futuro da Siderurgia

Só pela comunicação social, a Comissão de Trabalhadores da Siderurgia Nacional tomou conhecimento da aprovação pelo Governo de um novo plano de reestruturação para a empresa, que se baseia num relatório que, ao contrário do que a lei determina, ainda não foi facultado àquela estrutura representativa do pessoal da SN. Para dia 7, estava marcada, com mais de um mês de antecedência, uma reunião entre a administração e a CT, que acabou por ser adiada sine die e sem qualquer justificação.

Este adiamento, «no caso de não ser premeditado, demonstrará, no mínimo, uma revoltante falta de sensibilidade da administração para o momento particularmente complexo que os trabalhadores da SN vivem, em que informações atempadas e correctas, para além do debate dos problemas, são vitais», afirma a Comissão de Trabalhadores numa nota de imprensa distribuída na semana passada e em que protesta veementemente por nem o Governo nem a administração estarem a cumprir a lei 46/79, nomeadamente no que respeita ao prazo de dez dias para que as informações pedidas pela CT fossem prestadas.

Reafirmando que «os trabalhadores recusam-se a ser parte passiva de processos em que, geralmente, acabam por ser os mais afectados», a Comissão de Trabalhadores recorda que «quando da passagem da Siderurgia Nacional de empresa pública a sociedade anónima, uma queixa da CT deu origem a uma posição do Provedor de Justiça claramente condenatória da atitude do Conselho de Administração da SN e respectiva tutela». «Idêntica actuação por parte dos responsáveis da empresa no que concerne ao plano de reestruturação ditará, necessariamente, redobrada reacção da CT, denunciando a patente falta de diálogo da administração e do Governo com os trabalhadores, assim como o incumprimento da lei», afirma a Comissão de Trabalhadores, que se considera impossibilitada de formar opinião devidamente fundamentada sobre o plano baseado no relatório da firma Roland Berger.

A federação da Metalurgia, Metalomecânica e Minas, por seu turno, pronunciou-se sobre este processo logo no dia imediato a ser conhecida a decisão do Conselho de Ministros de suspender a privatização da Siderurgia e de avançar com novo plano de reestruturação. «Sempre denunciámos que a reprivatização da SN é apenas uma operação de cosmética para dar esta importante e única siderurgia no País ao capital estrangeiro», recorda a FSMMMP numa nota de

imprensa de 27 de Agosto. «De tal forma era escandalosa esta situação, que o Governo se viu forçado a anunciar a suspensão daquela medida mas, erradamente, continua a anunciar o seu objectivo de reprivatizá-la e entregá-la limpa ao grande capital», comenta a federação.

Na mesma data, também a União dos Sindicatos de Setúbal condenou a posição do Governo, que «nada aprende e reincide, preparando-se para gastar mais cem milhões de contos do erário público para continuar a despedir e retomar a privatização».

Estas estruturas sindicais defendem uma efectiva

reestruturação e modernização da Siderurgia Nacional, sublinhando que Portugal produz apenas metade do aço que consome, enquanto os 612 milhões de toneladas de minério de ferro existente em Moncorvo seriam suficientes para que uma siderurgia com a capacidade da SN laborasse durante quase dois séculos.

EDP

Finalmente, o conselho de administração da Electricidade de Portugal deu a conhecer com mais detalhe os objectivos e o andamento dos projectos de cisão da empresa. Na sua «folha informati-

va» de Agosto, recentemente distribuída, a Comissão de Trabalhadores da EDP reafirma mais uma vez que «não existem motivos de carácter técnico, económico e social que justifiquem a cisão da EDP, tornando-se cada vez mais evidente que só motivações políticas e de grupo a justificam».

A CT manifesta mais uma vez o seu acordo a uma reestruturação da EDP «para se obter uma maior eficiência operacional, que trará por consequência uma maior racionalidade económica e uma melhor prestação do serviço público». Só que «para atingir estes objectivos não é necessário e até será contraditório dividir e privatizar a EDP».

Reestruturação do sector naval é ilegal — ORTs querem ser ouvidas

Em recente reunião realizada em Setúbal, sindicatos e comissões de trabalhadores da indústria naval consideraram ilegal a anunciada decisão do Conselho de Ministros referente à chamada reestruturação do sector naval, afirmando que «a Constituição da República e demais legislação portuguesa torna obrigatório que os processos de reestruturação de sectores e empresas têm de ser previamente sujeitos a parecer dos órgãos representativos dos trabalhadores».

A reunião, que juntou a Federação dos Sindicatos Metalúrgicos, o Sindicato dos Metalúrgicos do Sul, a União dos Sindicatos de Setúbal, a Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Indústria Naval e os órgãos representativos das empresas do sector naval, nomeadamente da Lisnave, Setenave/Solisnor e ENI, decidiu «solicitar novas e urgentes audiências» para que lhes sejam prestados os esclarecimentos devidos, em especial sobre as consequências sociais.

Sublinhe-se que no âmbito desta reestruturação inclui-se a intenção do grupo Mello de despedir quatro mil trabalhadores, dos 6200 que actualmente laboram na Lisnave e Setenave/Solisnor, contando receber para o efeito vários milhões de contos.

Metalomecânica pesada

Também reunidas estiveram as ORTs das empresas do grupo SENETE, para decidirem acções de luta para defender os postos de trabalho, salvaguardar os direitos sociais e exigir uma nova política para o grupo empresarial.

O grupo SENETE, de fazer parte a SMM, Sorefame, Hidrosorefame, Mague, Sermague, Metalsines e MSET, é dominado pela multinacional ABB e pela família Vaz Guedes e está a proceder às chamadas reestruturas que são sinónimo de eliminação de mais postos de trabalho.

Esta política destruidora foi responsável já pela extinção de 80 por cento do efectivo de trabalhadores, depois de o Governo de Cavaco Silva ter alienado 40 por cento do capital social do Estado.

Neste momento, a multinacional ABB está a criar um clima de instabilidade na empresa, criando novas divisões e serviços que ora dependem de um empresa ora dependem de outra.

Os representantes dos trabalhadores, que no final da reunião se deslocaram à sede da holding SENETE exigindo a marcação de uma audiência, decidiram ainda solicitar encontros às administrações das respectivas empresas, ao ministro da Indústria e ao IPE, e marcar plenários de trabalhadores em todas as empresas para esclarecimento e mobilização dos trabalhadores.

edições
Avante!
Recomendam

O PARTIDO
COM PAREDES DE VIDRO

Álvaro Cunhal

TRABALHADORES

Criticando «reacções hesitantes ou frágeis» Conselho Nacional da CGTP exige melhoria dos salários reais em 1994

O crescimento dos salários reais como critério fundamental da política salarial para o próximo ano surge à cabeça das reivindicações aprovadas pelo Conselho Nacional da CGTP-IN no dia 10. Nas conclusões, apresentadas à comunicação social por Manuel Carvalho da Silva, a central afirma que «reacções hesitantes ou frágeis face aos objectivos de política salarial do Governo e do patronato, nomeadamente a aceitação de valores salariais da ordem de 5 a 6 por cento, constituem em uma grave fragilização da estratégia reivindicativa que se impõe assumir no quadro presente para evitar a quebra dos salários reais».

Para a CGTP, «é necessário que todo o movimento sindical clarifique posições e objectivos reivindicativos e assumam a consequente responsabilização perante os trabalhadores face à gravidade dos problemas existentes na sociedade». Pela sua parte, a *Inter* «continuará a tudo fazer para fomentar a acção concertada e convergente de todos os trabalhado-

res, de todo o movimento sindical» e «a estafeta da solidariedade, que decorrerá na última semana de Setembro, constituirá um ponto alto da nossa luta reivindicativa».

O Governo e o patronato, acusa a central, «empolam o discurso da crise em termos que nada têm a ver com a realidade económica e as disponibilidades financeiras do País, procurando criar um clima de insegurança e receio entre os trabalhadores com vista a reduzir a sua capacidade reivindicativa». Contudo, a CGTP-IN «entende que a melhoria das condições sociolaborais dos trabalhadores é de todo compatível com a situação económica do País e a capacidade das empresas».

Neste quadro, a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses reafirma as reivindicações que apresentou em Julho no Conselho Económico e Social, no documento «Propostas para o desenvolvimento económico e social do País», quanto à defesa e criação do emprego, valorização dos salários, promoção da justi-

ça fiscal, garantia dos cuidados de saúde, aplicação das leis e normas da segurança, higiene e saúde no local de trabalho, respeito pelos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores e acesso à justiça do trabalho.

No entanto, denuncia a CGTP, as propostas e reivindicações «confrontam-se com uma permanente intransigência e recusa negocial», o que leva a central a afirmar que «para o Governo e o patronato, a negociação e concertação social são palavras ocas, utilizadas apenas para tentar responsabilizar os trabalhadores nas medidas que são adoptadas contra os seus interesses».

Ao analisar a situação do País, em particular os graves problemas sociais e laborais, a CGTP afirma que ela é caracterizada «pela comprovação do completo fracasso da política económica do Governo, pelo desenvolvimento de uma ampla ofensiva contra os interesses e direitos dos trabalhadores, pelo redobrar de ataques ao regime democrático-constitucional», enquanto «crescem as mani-

festações públicas de condenação e de protesto contra a política e as acções do Governo, em diversos campos da vida da sociedade».

Quanto ao executivo PSD/Cavaco Silva, ele «continua a não assumir as responsabilidades que lhe cabem, procurando transferir para os trabalhadores a factura das suas erradas opções e da má governação». A CGTP acusa o Governo de não ter «vontade política nem capacidade para enfrentar com realismo os principais problemas da sociedade portuguesa e conduzir o País para um quadro de crescimento, desenvolvimento e modernização», concluindo que «é necessária e urgente uma política global diferente».

Reivindicações

O Conselho Nacional da CGTP, depois de apontar o crescimento dos salários reais como critério fundamental para a política salarial de 1994, decidiu que na determinação das propostas sindicais nos diversos sectores deve ter-se em conta,

entre outros factores: - a inflação verificada, com habitação, e previsões sólidas para 1994, - os ganhos de produtividade, - a aproximação aos salários médios comunitários, - o peso da carga fiscal sobre os rendimentos dos trabalhadores; a reposição das perdas salariais de 1993 nos sectores onde a actualização salarial ficou abaixo do agravamento do custo de vida.

Estes critérios levaram já à quantificação dos aumentos salariais reivindicados em alguns ramos de actividade e empresas, como foi divulgado após uma reunião de federações realizada dia 8 na sede da CGTP. Assim, os sindicatos da indústrias têxtil e de vestuário reclamam uma actualização salarial de 14 por cento; os da metalurgia, 13 por cento; na hotelaria e na alimentação são exigidos aumentos superiores a 10 por cento; no comércio os salários deverão subir 11 a 12 por cento; na Portucel os trabalhadores vão exigir uma actualização de 13 por cento. Na maioria dos sectores e empresas, contudo, ainda estão a ser discutidos os valores a apresentar ao patronato. A

CGTP defende ainda a urgente reactualização do salário mínimo nacional, que deve ter «um papel efectivo de combate aos baixos salários». Recordando que foi de 3300 escudos o salário mínimo nacional instituído em 1974, a CGTP afirma que ele deveria ser hoje de 69 contos, se a sua actualização fosse feita de acordo com a evolução do custo de vida nestes 19 anos; se crescesse tanto como o salário médio, o seu valor seria hoje superior a 55 contos.

Para a Intersindical Nacional, «é possível aumentar as pensões e prestações sociais», considerando o seu baixo nível, a necessidade da aproximação das pensões aos salários, e evolução do custo de vida e dos rendimentos salariais no ano que está a terminar. A central reivindica: - um aumento mínimo de 4 contos para as pensões; - que nenhuma pensão de reforma seja aumentada em percentagem inferior ao crescimento dos salários nominais; - que o abono de família tenha como limiar mínimo, por cada beneficiário, o valor de 10 por cento do salário mínimo.

Fenprof responsabiliza o Governo por problemas no início do ano lectivo

As exigências da Federação Nacional dos Professores quanto à colocação de docentes do 1º ciclo e educação pré-escolar foram acolhidas numa circular assinada a 8 de Setembro pela directora do Departamento de Gestão dos Recursos Educativos. Este documento anula a circular 11/93, publicada dois dias antes e que alterava as regras de concurso, pelo que as colocações recomeçaram ao abrigo da legislação em vigor (o decreto 35/88).

Ao anunciar esta decisão, a Fenprof considera que «a agitação e angústia dos professores seriam evitadas se o Ministério da Educação tivesse agido a tempo e de modo responsável». Entretanto, a solução agora encontrada «apenas resolve o problema parcialmente», pois os professores efectivos do quadro geral foram prejudicados. «Os atrasos nas colocações e os inevitáveis problemas relacionados com a abertura do ano são da exclusiva responsabilidade do ME», afirma a Fenprof.

Analisando a situação dos docentes dos diversos graus de ensino, o Secretariado Nacional da Fenprof, que reuniu em Lisboa na semana passada, verificou que há um «enorme descontentamento e mal-estar» e previu que «o ano lectivo vai iniciar-se com problemas agravados». Entre outras matérias que são motivo de preocupação para a federação e os professores, a Fenprof aponta a contagem do tempo de serviço, o acesso ao 6º escalão, a vinculação dos professores contratados, o complemento de habilitação dos professores vinculados pela habilitação suficiente. Para os dias 7 e 8 de Outubro foi convoca-

da uma reunião do Conselho Nacional da Fenprof, que «decidirá as formas de actuação mais adequadas a levar a cabo durante o presente ano lectivo, designadamente no primeiro período, de forma a resolver os gravíssimos problemas existentes». Também para analisar os problemas dos professores neste início de ano lectivo, o sindicato da Grande Lisboa (SPGL) convocou para hoje à tarde uma conferência de imprensa.

Ciclo TV

O Sindicato dos Professores da Região Centro, numa nota que distribuiu na semana passada à comunicação social, expressa um forte protesto contra um documento do Gabinete do Ciclo Preparatório TV que, com o aval do secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário, pretende sujeitar as dispensas de serviço à apresentação de um requerimento ao chefe daquele departamento com 20 dias de antecedência.

Considerando que o documento «é de legalidade duvidosa», o SPRC recorda que um despacho normativo de 1992 determina que as dispensas de serviço para participação dos docentes em iniciativas de formação e actualização são solicitadas ao órgão de gestão da escola com 5 dias de antecedência. O sindicato sublinha que «a dispensa de serviço para a participação em iniciativas de formação é um acto normal de gestão» e não pode ser abrangido por uma alegada «coordenação da actividade das escolas».

Governo recusa subsídio a emigrantes sazonais

O sindicato suíço da Indústria e Construção (SIB) lançou uma campanha de protesto contra a recusa do Governo português de criar um subsídio de desemprego para os sazonais portugueses, durante a época morta em Portugal.

Recorde-se que se trata de uma reivindicação antiga do SIB que, graças a uma petição e a diversas conversações com as autoridades, foi tema central das últimas negociações bilaterais entre a Suíça e Portugal, decorridas no passado mês de Julho, em Lisboa.

O SIB refere em comunicado que a parte suíça ofereceu a Portugal o reembolso anual

de 50 por cento das cotas pagas pelos trabalhadores sazonais e pelo patronato para o fundo de desemprego.

Surpreendentemente, a parte portuguesa recusou a proposta, com a argumentação de que a quantia reembolsada não seria suficiente para cobrir o subsídio de desemprego durante a época morta.

O SIB condena esta atitude do Governo português, considerando «correcta» a proposta suíça, e afirma que já é tempo de se encontrar uma solução para estes trabalhadores que contribuíram em dois países para os respectivos fundos de desemprego, sem contudo terem direito ao seu reembolso.

Sindicalistas negam invasão da UIPSS

Os sindicatos da Função Pública desmentiram na passada segunda-feira que dirigentes seus tenham invadido, sexta-feira, a sede da União das Instituições Particulares de Solidariedade Social (UIPSS) e anunciaram que vão pedir uma audiência «urgente» ao Provedor da Justiça.

O sindicalista Vítor Duarte, citado pela Lusa, lamentou que «a UIPSS tenha tentado mandar prender os dirigentes e substituído o diálogo e a negociação pela repressão policial».

Segundo os sindicatos, um grupo de dirigentes da Federação da Função Pública e da Fenprof dirigiu-se na passada sexta-feira à sede da UIPSS a fim de reunir com a direcção, de acordo com o estabelecido em Abril último, que previa a rea-

lização de reuniões periódicas às sextas-feiras sobre a negociação do contrato colectivo de trabalho.

Apesar disso, a sua comparência na sede foi mal interpretada pelo presidente da UIPSS, o padre Martins Maia, que a qualificou de «ocupação» e anunciou a possibilidade de vir a processar as duas federações sindicais, para além de declarar que vai interromper todos os contactos informais com as estruturas sindicais envolvidas.

Por seu turno, os sindicatos afirmam que estão a preparar uma queixa para entregar ao ministro do Emprego, porque Silva Peneda «não acciona os mecanismos previstos na Lei para colmatar os prejuízos dos trabalhadores decorrentes da não negociação do contrato colectivo».

Morreu Azeredo Perdigão

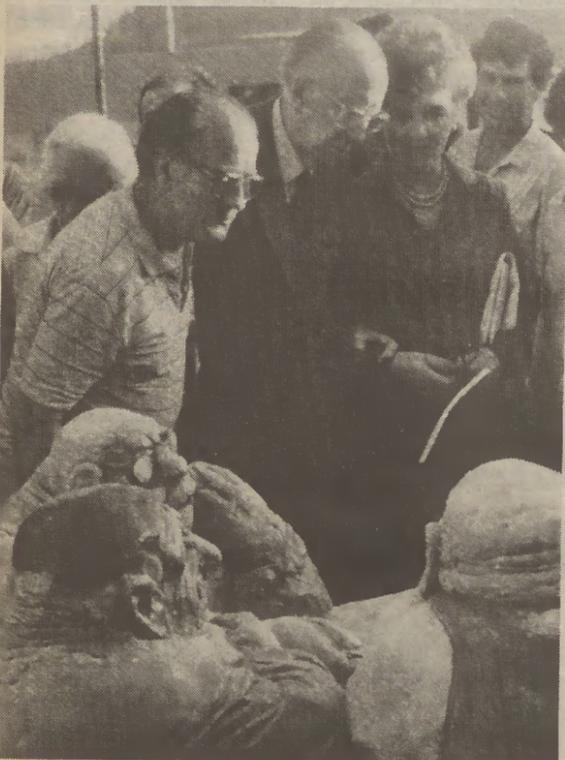
Depois de 37 anos de presidência da Fundação Calouste Gulbenkian, Azeredo Perdigão faleceu na sexta-feira - uma semana antes de completar 97 anos -, tendo o seu corpo sido enterrado no sábado em Viseu, sua cidade-natal.

Durante várias décadas figura marcante da sociedade portuguesa, Azeredo Perdigão destacou-se como homem de cultura, aberto às mais diversas correntes e manifestações artísticas, tendo a sua presidência da Fundação Gulbenkian contribuído decisivamente para o desenvolvimento cultural, artístico e científico do país.

Durante o fascismo, a Fundação Gulbenkian tornou possível a divulgação e trabalho de muitos intelectuais antipáticos ao regime e após o 25 de Abril continuaria a ser o principal investidor na actividade cultural, substituindo-se muitas vezes à falta de iniciativa governamental nesta área.

Os últimos anos da gestão de Azeredo Perdigão da Gulbenkian mereceram a contestação no interior da administração da Fundação, dado a sua avançada idade e degradação do estado de saúde. Segundo a comunicação social, e de acordo com os estatutos da Fundação, o substituto de Azeredo Perdigão será Ferrer Correia, elemento mais antigo do Conselho de Administração da Gulbenkian.

Presidente da República, primeiro-ministro, partidos e inúmeras personalidades da vida pública nacional lamentaram publicamente o falecimento. O Secretariado do Comité Central do PCP enviaria um telegrama à família, onde se afirma: «Transmitimos sentidas condolências pelo falecimento do Dr. Azeredo Perdigão, destacada personalidade que à frente da Fundação Gulbenkian muito contribuiu para o enriquecimento da cultura portuguesa.»



Azeredo Perdigão e esposa, Madalena Perdigão, com António Dias Lourenço, numa visita à Bienal da Festa do «Avante!» em 1985

Saúde materna em causa MDM quer debate sobre política de Saúde

O MDM propôs a semana passada a realização de um debate nacional na Assembleia da República, com a participação do Governo e das organizações sociais, sobre os resultados da política de saúde do Governo, com especial incidência nas matérias de cobertura nacional de assistência materno-infantil, número de maternidades e capacidade de resposta, dias de hospitalização das parturientes, grau de cobertura das consultas pré-natal, grau de implementação do parto pelo método psicoprofilático e da aplicação da lei que permite às mulheres serem acompanhadas por familiares durante o trabalho de parto bem como da legislação sobre licença de maternidade, dispensa para consultas pré-natais e para amamentação.

A iniciativa surge quando o programa de intervenção

em saúde materno-infantil dirigido às mulheres residentes em bairros pobres de Lisboa, Setúbal e Porto, foi recentemente anunciado pelo Ministério da Saúde. Para o MDM esta será «mais uma promessa, com impacte mediático, mas sem tradução efectiva nas populações destinatárias», caso não seja «acompanhado por uma análise rigorosa do acesso à saúde e nos respectivos distritos e sobretudo o desenvolvimento de medidas que visem ultrapassar os problemas e carências existentes», afirma o MDM - Movimento Democrático de Mulheres - em carta aberta ao ministro da tutela, também entregue aos diversos grupos parlamentares, comissão de saúde e presidente da Assembleia da República.

Na carta, o MDM recorda que Portugal tem uma das maiores taxas de mortalida-

de infantil da Comunidade Europeia e das mais débeis condições de protecção materno-infantil.

Já em 1987 o PSD e o Governo anunciaram ser esta uma das prioridades da política de saúde, terminando em 1991 a primeira fase do programa então anunciado, considerando ser «oportuna uma rigorosa informação sobre o cumprimento dos objectivos que presidiram a esse primeiro programa, «avaliando-se as medidas tomadas».

Embora a taxa de mortalidade infantil tenha decrescido, os níveis atingidos em 1990 eram ainda muito elevados: Bragança 16,7 por cento, Vila Real 14,8, Portalegre 14,2, Braga 12,4, Açores 14,1 e Madeira 12,1 são alguns dos exemplos apontados. Por isso uma primeira carta aberta enviada pelo MDM em 1990 alertava

para o problema e revelava que em muitas regiões do país apenas existia um obstetra para 61 mil 633 habitantes e um pediatra para 10 mil 650 crianças, para o encerramento de maternidades e para a média de apenas quatro a cinco consultas por grávida enquanto a Holanda tinha 12 e a Finlândia 14.

O MDM faz a ligação destes valores com a aplicação da nova Lei de Bases de Saúde que, na sua opinião, «tem vindo a conduzir à destruição ou perda de qualidade nos serviços prestados nas instituições oficiais de saúde, da introdução de taxas moderadoras, entre outros aspectos gravemente lesivos do direito à saúde, em particular das classes e camadas mais desfavorecidas». «Estão descontentes os utentes e os profissionais deste sector», assinala o movimento.

Carta a Arlindo Cunha: «Não faça como Pilatus»

Aproveitando a presença, a semana passada, do ministro Arlindo Cunha nas Festas das Vindimas em Palmela e «na impossibilidade de contactar directamente» o governante, a Associação dos Agricultores do Distrito de Setúbal (AADS) enviou uma carta aberta recordando as vezes em que a organização pediu audiência ao ministro para informar da situação aflitiva vivida no sector sem que, até hoje, tenha obtido resposta.

«Curiosamente, V. Ex.ª tem por diversas vezes feito declarações públicas em que afirma estar aberto ao diálogo. Infelizmente, a realidade

encarrega-se de mostrar o contrário, pelo que a esta Associação, ou à CNA, de quem somos filiados, ou ainda a qualquer das muitas associações representativas dos agricultores e produtores, V. Ex.ª se dignou responder», diz a carta enviada ao ministro da Agricultura.

«Pelos vistos, responde sim à CAP, que não vos dará "dores de cabeça", apesar de sérias acusações que pesam sobre alguns dos seus dirigentes», afirma-se. A AADS considera que, ao não receber os agricultores, o ministro «não pode estar em condições de conhecer em profundi-

dade a situação e muito menos apontar soluções e de encontrar medidas que correspondam à saída da crise em que nos encontramos».

Acusando o Governo de capitulação face às grandes potências da Comunidade Europeia no que diz respeito à Reforma da PAC, a AADS pergunta como é que os agricultores de países excedentários como a França não aceitam cortes na sua produção e «nós, que temos de importar mais de 50 por cento, é que temos de pagar a factura e por inteiro?».

Não aceitando uma política que aponta para que as

explorações agrícolas «se desenrasquem na luta pelo desenvolvimento e contra a concorrência exterior, com taxas de juro impraticáveis e pagando preços pelos factores de produção insustentáveis», a AADS lembra nesta carta a profunda crise do sector vinícola na região, bem como na produção de arroz, apelando ao ministro para «não fazer como Pilatus».

A AADS solicita o cumprimento de promessas de entrega de ajudas aos agricultores vítimas da seca e a real abertura de Arlindo Cunha ao diálogo.

Resultados do 2.º sorteio da EP

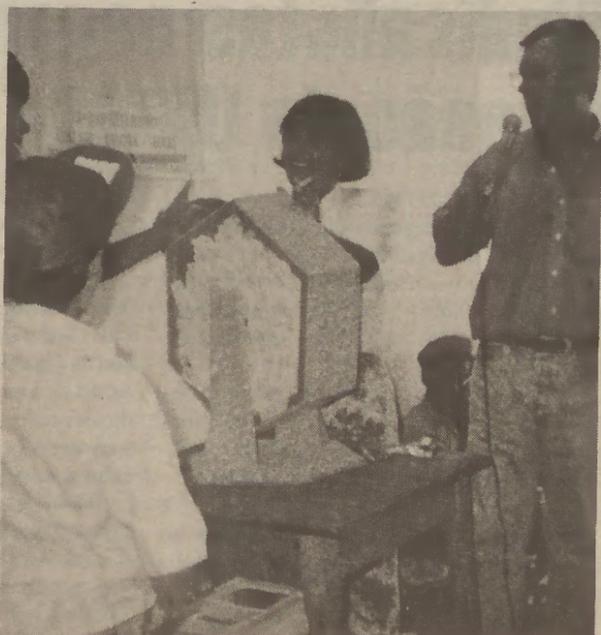
O segundo e último sorteio que este ano premiou três EP's - Entradas Permanentes na Festa - vendidas antecipadamente à realização da Festa do «Avante!», ocorreu no passado dia 29 de Agosto, no decorrer de uma concorrida Jornada de Trabalho.

Os números premiados foram os seguintes: 1.º prémio: 9630; 2.º prémio: 294656; 3.º prémio: 31799.

Os possuidores das EP's com estes números têm direito a, respectivamente: um vale de férias ou viagens no valor de 125 contos, uma máquina de lavar louça (de bancada) e um vale de livros no valor de 40 contos.

Os possuidores daqueles títulos de entrada na Festa deverão contactar a organização da Festa na Avenida António Serpa, 26, 2.º esquerdo, em Lisboa.

O sorteio teve a participação da Editorial Caminho.



O sorteio realizou-se na Atalala a 29 de Agosto passado

Porto de Mós Crise e processo a agricultores motivam nova manifestação

Agricultores do concelho de Porto de Mós e de concelhos vizinhos concentraram-se na sexta-feira frente à Câmara Municipal em protesto contra a situação difícil da lavoura da região e contra a falta de medidas por parte do Ministério da Agricultura, sobretudo no que diz respeito à suinicultura e fruticultura.

Os manifestantes prestaram solidariedade com os cerca de vinte agricultores que estão intimados a comparecer no Tribunal da Comarca de Porto de Mós, em resultado do processo que lhes foi movido pelas

autoridades na sequência da concentração de Maio último na Estrada Nacional n.º 10. «Intimidatório e repressivo» foi como as organizações que convocaram a manifestação qualificaram tal processo, tendo os manifestantes reclamado a sua anulação.

A manifestação foi convocada pela Federação de Agricultores do Distrito de Leiria e pelas associações de agricultores da Serra e Norte da Estremadura e do Distrito de Lisboa, filiadas na CNA - Confederação Nacional da Agricultura.



Carlos Carvalho com Lino Paulo na Feira de Sintra

A chuva não parou de cair, por vezes torrencial, em Sintra, no passado domingo, entre as 12 e as 13 horas.

Tal não obsteu, porém, à visita que o Secretário-Geral do PCP fez à Feira de S. Pedro.

Carlos Carvalho, que se encontrava acompanhado pelo vereador Lino Paulo, cabeça de lista pela CDU à Câmara Municipal de Sintra, ambos seguidos por responsáveis locais do Partido e por muitos jovens, cumprimentou os feirantes e dialogou com eles sobre a situação e as condições de trabalho da feira, ouvindo opiniões e sugestões destes e assegurando-lhes que, sob a administração da CDU, tais condições irão melhorar, como hão-de certamente melhorar as condições em que vive a população do concelho.



O assomo «pacifista» da Unita

Comunicado do Secretariado do PCP

A propósito da vinda a Portugal de uma delegação da UNITA, o Secretariado do Comité Central do PCP divulgou no passado dia 9 do corrente o seguinte comunicado:

1. O Secretariado do CC do PCP entende que a vinda de uma delegação da UNITA a Portugal num súbito assomo «pacifista», ao mesmo tempo que atenta contra a segurança e a vida de cidadãos portugueses e mantém reféns no Cuíto e numa altura em que sofre reveses militares, em que se vê cada vez mais isolada no plano internacional e nas vésperas de uma reunião do Conselho de Segurança, é manifestamente uma operação hipócrita e de diversão para tentar iludir a opinião pública sobre as suas criminosas responsabilidades pela onda de destruição e de morte que tem varrido a República Popular de Angola.

2. O Secretariado do CC do PCP lamenta profundamente que o Presidente da República tenha considerado oportuno receber esta delegação da UNITA e registando positivamente que o Governo não a tenha recebido, reitera a opinião do PCP de que há muito o Governo deveria ter feito cessar as actividades da UNITA em Portugal. Esta visita não é separável da benevolência com que tem sido tratada esta organização em rebelião armada contra o governo legítimo da RPA.

3. A contribuição positiva que Portugal pode e deve dar para a paz em Angola não é compatível com atitudes de ambiguidade, condescendência e credibilização da UNITA, que aliás ferem profundamente a autoridade e o prestígio do país na cena internacional.

4. O Secretariado do CC do PCP confirma ao MPLA e ao povo angolano a solidariedade dos comunistas portugueses na sua luta pela paz, a soberania e a integridade da sua pátria.

CAMARADAS FALECIDOS

MANUEL VAGARINHO

Faleceu, no passado dia 24 de Agosto, com 86 anos de idade, o camarada Manuel José Vagarinho. Membro do Partido há 45 anos, o camarada militava na organização do PCP em Vendas Novas.

ANTÓNIO BRANCO

Natural de Baleizão, o camarada António Francisco Branco faleceu no passado dia 27 de Julho, com 71 anos de idade. Militava na Organização da Freguesia de Baixa da Banheira.

MANUEL DIAS

Com 72 anos de idade, natural de Peral, Alcanena, faleceu, no passado dia 9 de Agosto, o camarada Manuel Coelho Dias. Antifascista de longa data, o camarada foi preso pela Pide, nos princípios dos anos cinquenta, enfrentando com dignidade a tortura a que foi submetido.

DOMINGOS MONCHIQUE

Membro da Organização de Santo Condestável do PCP, natural de Silves, faleceu, com 78 anos de idade, o camarada Domingos da Silva Monchique. Antigo corticeiro reformado, o camarada era membro do Partido desde 1975.

ANTÓNIO GONÇALVES

Faleceu no passado dia 7 do corrente, com 72 anos de idade, o camarada António Rafael Gonçalves. Membro da Organização de Freguesia da Moita do PCP, o camarada era ferroviário reformado e foi um dos fundadores do Centro de Reformados da Moita. Era pai do actual Presidente da Junta de Freguesia da Moita.

Aos familiares e amigos dos camaradas falecidos, o «Avante!» apresenta sinceras condolências.

O satélite e a trajectória da C&T nacional

Comentando a operação de propaganda gerada à volta do chamado «primeiro satélite português», a Comissão para as Questões da Ciência e da Tecnologia do PCP divulgou a nota que a seguir transcrevemos:

Depois do recente anúncio do projecto de construção de um míssil militar com o alcance de 150 metros, a próxima colocação em órbita de um micro-satélite – o PoSat 1 – está já a ser utilizada como pretexto para mais uma operação mediática de «glorificação» do Governo.

Sem menosprezo pelo contributo dos técnicos portugueses que intervêm neste projecto, manda porém a verdade que se diga que o lançamento deste satélite de 50 quilogramas – construído em Inglaterra com tecnologia adquirida à SSTL, uma empresa da Universidade de Surrey e que vai ser enviado para o espaço na Guiana francesa através de um foguetão Ariane da Agência Espacial Europeia – tem muito pouco a ver com o desenvolvimento científico e tecnológico do País. É manifesto o exagero ou a falta de sentido do ridículo da propaganda oficial, quando proclama que Portugal se está a transformar numa «potência espacial».

Infelizmente, a realidade no domínio da política científica e tecnológica, como noutros sectores, é bem diversa e até oposta à imagem que o Governo pretende transmitir.

Na realidade, o que tem caracterizado a política do Governo do PSD é o desmantelamento do sector público da investigação científica e tecnológica a pretexto da necessidade da sua reestruturação (como é o caso do INIC, do LNETI, do INIA e outros). É o corte drástico do financiamento público e a desresponsabilização do Estado num sector verdadeiramente estratégico para o futuro do país. Tudo isto a par da nociva centralização e governamentalização e da falta de transparência das decisões relativas à selecção dos projectos de investigação a serem financiados.

Pela parte da Comissão para as Questões da Ciência e da Tecnologia do PCP reafirmamos a necessidade de travar o prosseguimento desta política, levada a cabo por um Governo que, proclamando constante e demagogicamente a importância da Ciência e da Tecnologia para o desenvolvimento do País está a ser, na realidade, responsável pelo progressivo enfraquecimento e até pela destruição de partes significativas do Sistema Científico e Tecnológico nacional.

O país necessita de uma política científica e tecnológica nacional, com orientações claras e aberta a uma cooperação internacional conduzida em bases esclarecidas, em cuja definição a comunidade científica portuguesa e as suas instituições disponham de um papel fundamental. Necessita de um trabalho de I&DE em profundidade e dotado de suficiência de meios. Necessita do fomento público de actividades de Investigação e Desenvolvimento Experimental ao nível das empresas, domínio em que é particularmente sensível ao atraso nacional. E necessita de uma corajosa aposta na elevação da cultura científica da população portuguesa.

Que o lançamento do PoSat 1 possa contribuir para chamar a atenção da opinião pública para a indispensável e urgente correcção da trajectória da política científica e tecnológica nacional é o voto que formulamos.

Até quando, Braga?!...

«O Governo persiste em tratar a população de Braga com desprezo e como cidadãos de 2.ª», afirma a Comissão Concelhia de Braga do PCP.

«Para além do protelamento de obras públicas fundamentais, há muito prometidas, assiste-se agora a um ataque aos departamentos oficiais, partidizando-os e retirando-lhes competências», denuncia a nota da Concelhia, que prossegue:

«O estado lastimoso a que chegaram os Serviços

de Saúde, com as eternas obras no Hospital até à falta de vacinas, aliado ao desprezo pelo normal funcionamento dos Departamentos Oficiais, são situações que a todos devem preocupar. Como se compreende que seja criado um cargo de Vice-Governador apenas como trampolim para mais altos voos, quando tanto se fala em contenção de gastos?», interroga a nota, acrescentando:

«Como se compreende que um serviço público

como a Direcção de Estradas (JAE) esteja sem qualquer responsável há já mais de um mês, depois de o último director (laranja, é claro!) ter ido para os lados do Marão? Como se compreende que Braga não tenha há muitos anos a esta parte um Governador Civil oriundo do Concelho?

«Será que Braga não tem laranjas suficientes?

«Até quando a população de Braga vai continuar a tolerar esta situação?», interroga, finalmente, a Concelhia do PCP.

CDU apresenta candidatos em Vila Franca de Xira

Daniel Branco e José Ernesto Cartaxo encabeçam as listas da CDU, à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira, respectivamente. O anúncio foi feito pela CDU de Vila Franca, em recente conferência de imprensa, onde foram ainda divulgados os nomes dos restantes candidatos efectivos da Coligação àqueles órgãos autárquicos.

No encontro com os jornalistas, a Coligação apresentou igualmente as principais linhas orientadoras da campanha eleitoral e anunciou a realização do Encontro Concelhio da CDU para o próximo dia 26 de Setembro. Para além do referido encontro, que decorrerá no Pavilhão Municipal do Forte da Casa, a CDU inaugurou na passada sexta-feira um ciclo de doze debates sob o lema «Um Programa à nossa Mani-



ra», que se prolongará até ao dia 21 de Outubro.

Quantos aos cabeças de lista ao concelho, refira-se que Daniel Branco desempenha as funções de presidente do município desde 1980, tendo sido vereador entre 1977 e 1979. Engenheiro Técnico de profissão, este conhecido e influente autarca de 48 anos de idade, é fundador e actual vice-presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, é membro da delegação portuguesa na Conferência dos Poderes Locais e Regionais do Conselho da Europa e preside à Junta Metropolitana de Lisboa.

José Ernesto Cartaxo, que encabeça a lista à Assembleia Municipal, tem 50 anos, é operário metalúrgico e preside à Assembleia Geral do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa. Integra ainda a Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN e foi candidato à CM de Vila Franca nos mandatos de 85/89 e de 89/93.

Da lista da CDU fazem ainda parte Artur Peixe, Rui Brioso, Carlos Arrojado, Alice Grazina, Serafina Rodrigues, Edgar Coquenim, José Pitacas e Regina Janeiro.

Gouveia

Em Gouveia, a CDU anunciou as candidaturas de Luís Manuel Cambra Nogueira, à Câmara Municipal, e de Maria do Céu de Jesus Ferreira à Assembleia Municipal.

Luis Nogueira é licenciado em História, é professor efectivo do 2º Ciclo do Ensino Básico e integra a Comissão Concelhia de Gouveia do PCP. Foi director da

Biblioteca Municipal Vergílio Ferreira e director artístico do Grupo Cénico Objectiva/Teatro de Gouveia. Foi ainda candidato pela CDU às últimas eleições legislativas.

Maria do Céu Ferreira tem 47 anos, é membro do Conselho Nacional da CGTP-IN, coordenadora da União dos Sindicatos da Guarda, presidente da Assembleia Geral do Sindicato Têxtil da Beira Alta e membro da actual Assembleia Municipal de Gouveia pela CDU. Maria do Céu integra ainda a DORG e a Comissão Concelhia de Gouveia do PCP.

A Comissão Coordenadora Concelhia da CDU considera que a «maioria absoluta do PS tem imposto uma gestão centralizada e excessivamente presidencialista» no concelho. A consequência desta gestão «tem sido a estagnação e mesmo regressão das condições de vida dos munícipes».

A CDU acusa o actual executivo camarário de esbanjar «os dinheiros dos munícipes» denunciando a título de exemplo o aumento do número de vereadores a tempo inteiro e do pessoal nos vários gabinetes de apoio - «num concelho em que a população diminui».

Por outro lado, a Coligação recorda que «as Juntas de Freguesia não recebem desde Janeiro as verbas previstas no orçamento, aumenta o endividamento bancário, não se paga a empreiteiros, devem-se mais de mil e cem contos a pequenos comerciantes e fornecedores».

A CDU considera que a asfixia do concelho tem de ser evitada, sendo «urgente imprimir um novo rumo e um estilo democrático e colegial ao executivo municipal», o que só é possível se a CDU eleger um vereador que termine com a maioria absoluta PS, obrigando assim a que cada um dos sete vereadores trabalhe em prol do concelho».

Mirandela

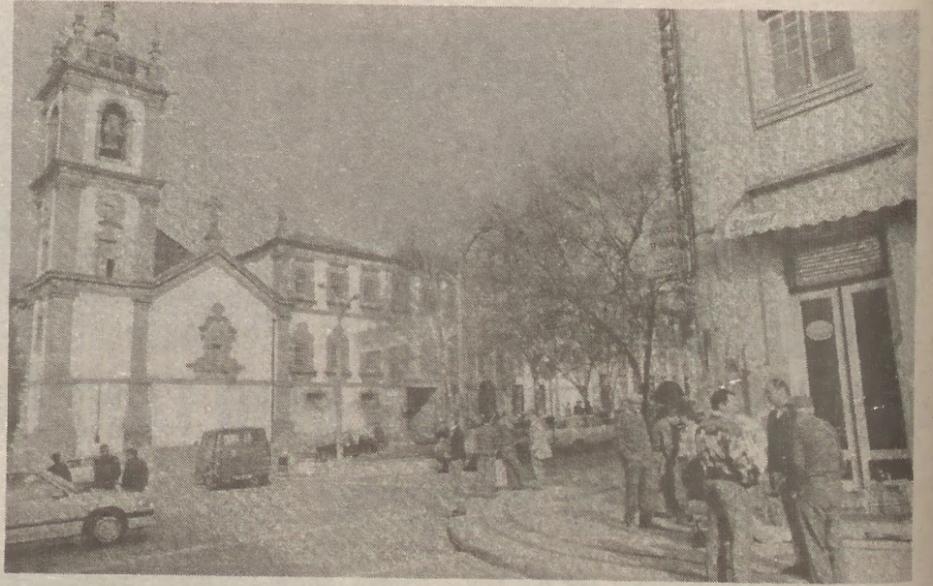
Fernando dos Santos Pilão e David Martins Garrido lideram as listas da CDU em Mirandela, respectivamente à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal.

Fernando Pilão é advogado, profissão que exerce na cidade de Mirandela, sendo consultor jurídico da União dos Sindicatos de Bragança. O candidato tem 32 anos de idade e é membro da actual Assembleia Municipal do concelho, pela CDU, tendo sido secretário da Junta de Freguesia de Vale Salgueiro no anterior mandato.

O cabeça de lista à Assembleia Municipal é técnico de telecomunicações e é eleito na AM pela CDU, órgão que integra desde 1979. David Garrido é membro da DORBA e pertenceu à Direcção Nacional do SNTCT, foi coordenador da União dos Sindicatos de Bragança, membro da Assembleia de Freguesia de Mirandela, presidente da mesa da Assembleia Geral da Associação de Socorros Mútuos dos Artistas Mirandelenses e secretário da Direcção do Sport Clube Mirandela.

Mourão

A Coordenadora da CDU do Concelho de Mourão, em reunião realizada no passado dia 30 de Agosto, definiu como objectivo principal da coligação no concelho «manter e reforçar a maioria CDU». A Coordenadora decidiu ainda apresentar Joaquim António Saraiva Salsinha como cabeça de lista da Coligação à Câmara Municipal. Joaquim Salsinha tem 35 anos, é professor, presidente do Conselho Directivo da Escola C+S de Mourão, e encabeçou a lista à Assembleia Municipal no mandato de 1989, órgão que integra actualmente.



CDU concorre em todos os concelhos de Vila Real

O Secretariado da DORVIR do PCP reuniu no passado dia 10 de Setembro, tendo na sua agenda de trabalho a preparação das listas para as eleições autárquicas. Concluiu-se que «na maior parte dos concelhos estão já definidos os cabeças de lista da CDU para os órgãos municipais e para as principais freguesias. Está assim garantido que a coligação CDU/PCP/PEV irá concorrer em todos os concelhos do distrito de Vila Real com listas nas quais participam militantes e simpatizantes do Partido Comunista Português, do Partido Ecologista "Os Verdes", numerosos democratas independentes e ainda candidatos provenientes de outros partidos de esquerda.»

A degradação económica e social do distrito, o encerramento de empresas e ser-

viços públicos, o crescimento do desemprego e da emigração, a ruína da agricultura e enormes dificuldades em produções agrícolas e pecuárias estratégicas «são o exemplo vivo da situação a que se chegou neste distrito transmontano», alerta a DORVIR do PCP, que acrescenta:

«Ao aproximar-se as vindimas no Douro, vemos com preocupação a crise que se vive, nomeadamente as dívidas aos viticultores em muitos casos sem meios financeiros para realizar as vindimas. A responsabilidade política desta situação é do Governo PSD Cavaco Silva e seus ministros se preparam para uma operação mista de charme e poeira para os olhos, para, nas próximas semanas e em evidente demagogia pré-eleitoral, proceder a cortar-fitas e passeatas inaugurais».

Vila Real e Trás-os-Montes vão, nos próximos tempos, «ser uma espécie de Meca de ministros e ministros ávidos de fotos para os jornais e televisões, em evidente hipocrisia que não consegue esconder a real natureza dos enormes problemas locais», acusa a DORVIR do PCP, que salienta ainda que «na maior parte dos casos as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia somaram a incapacidade e a inoperância a uma atitude de subserviência em relação ao governo PSD e ao Poder Central, demitindo-se dessa forma das suas responsabilidades. É necessária a eleição e presença de vereadores e eleitos da CDU nos diversos órgãos, para que a região possa ter uma posição firme séria, coerente e construtiva», sublinha a nota da DORVIR do PCP.

Preparação de listas em Castelo Branco

Na sua reunião de 11 de Setembro, a DORCB do PCP debruçou-se sobre o andamento da preparação das listas CDU para as eleições autárquicas de Dezembro e a situação político-social do Distrito.

Em relação às eleições autárquicas, a DORCB sublinha «o esforço positivo dos militantes comunistas e outros activistas da CDU na preparação das listas. Mais de 50% dos cabeças de lista CDU às Câmaras e A. Municipais já estão definidos e vários deles anunciados. A CDU trabalha para, até fins de Setembro, ter quase todos os seus cabeças de lista às Câmaras e A. Municipais anunciados. Quanto às freguesias, estão já definidos dezenas de cabeças de lista e muitas listas completas.» Entretanto, «estão em curso iniciativas CDU com vista a criar uma maior dinâmica eleito-

ral. O PCP e CDU trabalham na perspectiva do reforço da sua influência nas autarquias. Os trabalhadores e a população do nosso Distrito necessitam desse reforço», sublinha a DORCB do PCP.

No que diz respeito à situação económico-social do Distrito de C. Branco, a DORCB considera que a situação tem vindo a piorar. «Cresce o desemprego e a instabilidade de emprego. Aumenta o número de empresas em situação de falência. A Mina da Panasqueira está ameaçada de fechar. A SOTIMA (Proença) continua inactiva. Várias empresas do sector têxtil têm encerrado e outras caminham para lá, por exemplo, Vameca (Belmonte), Amiveste (C. Branco), Carlã, Elfilã, Farias e Irmãos (Covilhã), etc. Outras empresas da construção, metalurgia e outros

ramos são igualmente atingidos por uma política de destruição do aparelho produtivo.» Por outro lado, «a agricultura no Distrito está num ponto crítico a pedir socorro!»

No ensino, «as escolas dos meios rurais este ano vão ainda piores do que nos anos anteriores, com menos professores colocados (até ao momento). Só no ano lectivo de 1992/93 foram extintas 61 escolas no Distrito de C. Branco!», recorda a DORCB, que igualmente denuncia o agravamento da situação no sector da Saúde.

A DORCB do PCP exorta ainda todos os trabalhadores, apela aos militantes comunistas a participarem de forma activa na jornada nacional promovida pela CGTP-IN. «O caminho certo é o da luta sem tréguas», sublinha o comunicado.

PODER LOCAL



«Mulheres com a CDU» convidam Passeio pelo Tejo com Carlos Carvalhas

Um excelente passeio pelo Tejo na companhia de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, Heloísa Apolónia, da Comissão Executiva do PEV, e Maria Emilia Campos, é a proposta avançada por «Mulheres com a CDU», para o próximo dia 25 de Setembro, sábado. O ponto de encontro será às 14 e 30, no cais de embarque dos barcos do Montijo (na Praça do Comércio), estando a partida prevista para as 15 horas e o regresso às 18 e 30.

«Será uma oportunidade de conhecer e conviver com candidatas(os) CDU às eleições autárquicas no Distrito de Lisboa e de expressar as suas opiniões e propostas», afirma a entidade promotora da iniciativa, designada

«Mulheres com a CDU por uma Vida Melhor!», que acrescenta: «Uma forte votação na CDU e o reforço das suas posições é de grande importância para uma vida melhor para as mulheres e para a defesa dos seus direitos. Para tal, o seu empenho nesta batalha eleitoral é essencial.»

Durante a viagem, haverá apontamentos culturais com Luísa Basto. Para a confirmação de presenças ou a aquisição de bilhetes (o preço é de 750\$00, que inclui um cálice de Porto), pode contactar-se os telefones 356 27 15 ou 355 81 76/9 ou dirigir-se ao Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa (Av. da Liberdade, 170) ou qualquer outro Centro de Trabalho do PCP.

Azambuja

«De ruína em escombros»

Em comunicado recente, o candidato da CDU à Câmara Municipal da Azambuja qualifica de «dolorosa» a realidade turística do concelho, apontando como exemplos de degradação do património o Palácio do Tejo e a Vala Real.

Cid Simões lamenta o estado de abandono em que se encontra o Palácio da Vala Real, que descreve como uma «vetusta e majestosa estrutura, que tem a circundá-lo silvados impenetráveis. A célebre álea de velhas palmeiras, de soberba imponência, palmeiras que nos olham submissas implorando que mitiguemos o abandono a que estão votadas, está deslocada mais no espaço do que no tempo».

A precisar de cuidados urgentes estão também os caminhos, o esteiro e o parque das merendas, - «não falemos já da ilha da Casa Branca, da Aldeia dos Avieiros ou da Praia do Tejo no Fafalão» - refere o cabeça de lista da CDU.

O concelho é ainda afectado pelos «maus cheiros, provenientes dos esgotos que

correm a céu aberto, (não existem estações de tratamento), de algumas suiniculturas, ou da falta de fiscalização sobre certas indústrias».

A destruição do património é ainda visível, «de ruína em escombros», no palácio das Obras Novas, no Convento das Virtudes, no palácio de Manique do Intendente e na igreja Velha de Alcoentre.

O candidato condena ainda a proliferação de suateiros, a inexistência de espaços verdes adequados, o abandono de todas as pequenas localidades, perguntando ao actual presidente da Câmara como pode ele afirmar que «o turismo é umas das riquezas e das potencialidades do concelho de Azambuja?».

Promessas

O caso do campo de futebol da Azambuja é também evocado pelo candidato da CDU, que responsabiliza a pessoa do presidente da Câmara pela sua destruição.

O facto é que este «era o único local onde pelo menos se podiam dar uns chutos na bola» e onde decorriam «até à época passada» campeonatos, inclusive interescolas do concelho.

Cid Simões responsabiliza o presidente da Câmara pela actual situação, uma vez que este desempenha funções da Assembleia Geral do Grupo Desportivo da Azambuja, enquanto o seu secretário na Câmara preside à direcção da colectividade.

Contudo, o presidente da Assembleia Geral do Desportivo (o presidente da edilidade) decidiu a alienação do campo de futebol sem ter consultado os associados e até ao momento não foi encontrada nenhuma alternativa para aquele espaço.

Acresce que o Grupo Desportivo passa por uma situação financeira difícil, resultante da dívida contraída há cinco anos para construir o seu pequeno polidesportivo. Para o candidato da CDU, a culpa é da Câmara, uma vez que «as suas promessas para cobrir esta pequena estrutura caíram em saco roto».

Proposta do PS é «mera diversão»

— considera Luís Sá

1. A proposta do PS de transferir para os municípios as competências policiais na área da segurança procurou apenas criar um facto político artificial, que constitui uma mera diversão em relação à ineficácia da política de segurança e arrisca-se a contribuir para esconder o essencial: a grave situação social, a crise económica e as manifestas insuficiências da política governamental naquela área. Não há nenhuma razão para mais uma revisão extraordinária da Constituição, a poucos meses da revisão que visou viabilizar a aprovação do Tratado de Maastricht. A revisão, aliás, só deveria ocorrer após eleições legislativas, em cuja campanha eleitoral pudesse ser debatido o seu conteúdo.

A proposta do PS é inaceitável, insensata, desadequada e descabida, quer pelos elevadíssimos encargos que representaria para as autarquias, sobretudo em face do aumento do fenómeno da criminalidade e da insegurança, quer por a actividade policial de segurança não caber, especialmente nas áreas metropolitanas, nas fronteiras de um só

município, devido à continuidade da mancha urbana, às fortes relações entre municípios e ao facto de muitas das acções a desencadear não caberem nas fronteiras de um só município. As autarquias poderiam ter que suportar o odioso da insegurança das populações sem disporem dos avultadíssimos recursos que seriam necessários para lhe fazer face.

Justifica-se, entretanto, a criação de Conselhos Municipais de Segurança, em cujo seio os municípios possam desempenhar um papel coordenador e incentivador. Deve também ser ponderada a criação de polícias municipais com funções administrativas, em particular para a área das obras particulares e fiscalização do cumprimento de regulamentos e actos administrativos, mas sem intervenção na área da prevenção e repressão da criminalidade.

2. Não há nenhuma razão para mais uma revisão extraordinária da Constituição. Por outro lado, deve ser firmemente combatida qualquer tendência para a banalização das revisões constitucionais.

CDU nos Olivais

«Temos de trabalhar nos Olivais com vistas largas e ousadia, integrando pessoas com condições e que se interessem pelos problemas da freguesia, mesmo que não sejam comunistas», disse António Abreu, membro do Comité Central do PCP e candidato à Câmara Municipal de Lisboa, durante a apresentação pública dos candidatos do PCP na lista da Coligação «Com Lisboa» à freguesia de Santa Maria dos Olivais.

António Abreu reafirmou a importância da renovação da Coligação. «A Coligação enfrentou um forte desafio devido à ausência de uma política de planeamento, resultado de uma década de gestão de direita. Todavia o balanço foi bastante positivo.»

O mesmo já não se pode dizer da gestão que o actual Governo tem vindo a protagonizar: «Embora o motivo do encontro sejam as eleições autárquicas, é positivo fazer-se uma análise da situação do País, pois vive-se, como ninguém já nega, numa crise e recessão profundas», acrescentou o orador. No que respeita, por exemplo, ao desenvolvimento económico, «o Governo esteve mais preocupado com a vinda dos muitos milhões de contos da CEE do que com a tomada de medidas que permitissem a sectores como a agricultura e indústria, uma preparação eficaz para enfrentarem a competitividade do exterior».

Astride Corte Real, candidata do PCP na lista da Coligação à Freguesia de Santa Maria dos Olivais, afirmou que «durante o próximo mandato,



pretendemos trabalhar com todos os que constituem e trabalham na freguesia, de forma a dignificar a acção que nos propomos desenvolver».

Quanto ao «nosso método de trabalho, todos sabem que os comunistas estão sempre na luta pela defesa das populações e dos trabalhadores. Assim, os eleitos comunistas estarão na rua, pois é aí que se encontram os problemas e a população que devemos servir».

Sobre a Expo 98 manifestou a sua congratulação pela realização de tão importante evento na freguesia. «Todavia, preocupamo-nos o reverso da medalha, pelas consequências sociais que o empreendimento pode conter. É com esta consciência que os eleitos desta Junta prometem pressionar o Poder Central para que trate de forma humana as famílias que vivem na zona onde decorrerá a Expo 98 e que terão de ser realojadas», concluiu Astride Corte Real.

Poder Local de luto

José Augusto Gouveia, presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Loures após o 25 de Abril de 1974, membro do executivo camarário entre 1978 e 1989 e actualmente membro da Assembleia Municipal, faleceu no passado dia 28 de Agosto.

Foi com profundo pesar que o Município tomou conhecimento do desaparecimento deste importante membro e defensor do Poder Local Democrático, cujo passado de resistente antifascista tanto contribuiu para o restabelecimento da democracia em Portugal.

Recentemente, e como forma de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido em prol do concelho de Loures, a Câmara Municipal agradeceu José Augusto Gouveia com a Medalha Municipal de Mérito e Dedicção.

INTERNACIONAL

EUA

Metade da população adulta dos Estados Unidos roça actualmente os níveis de analfabetismo, revelam as estatísticas oficiais divulgadas recentemente pelo governo.

Os números referem que cerca de 50 por cento dos adultos têm sérias dificuldades em ler, escrever ou fazer contas, o que em muitos casos os impede de comparar os preços dos produtos que querem comprar ou preencher um formulário da Segurança Social.

Cerca de 80 milhões de norte-americanos encontra-se nesta situação. O secretário da Educação, Richard Riley, considerou que por estas razões é imperativo que muitos adultos regressem às escolas, já que, como afirmou, o analfabetismo limita a qualidade de vida e a promoção nos locais de trabalho.

Timor-Leste

Assembleia de delegados do 60º Congresso mundial do "Pen Club" denunciou a invasão de Timor-Leste pela Indonésia e o desprezo de Jacarta pelo "justo direito à autodeterminação do povo timorense".

Uma resolução, aprovada pelo Comité de escritores para a Paz do 60º Congresso Mundial do "Pen Club", refere que a Indonésia "feriu os direitos do povo de Timor-Leste, proibiu a utilização de cerca de 30 dialectos e línguas comuns à população, o ensino do português e a liberdade de imprensa".

Os escritores criticam o regime de Jacarta pela perseguição religiosa e proibição do direito de reunião. Qualificam de genocídio a atitude da Indonésia e exigem ao seu governo que anule a sentença proferida contra Xanana Gusmão, "símbolo da independência de Timor-Leste".

O Congresso decorreu na cidade espanhola de Santiago de Compostela, na Galiza.

Brasil

Pelo menos 31 pessoas ficaram feridas e outras 50 foram detidas durante manifestações de protesto contra a operação de privatização de uma siderurgia de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, no Brasil.

Centenas de estudantes e sindicalistas das mais importantes organizações de classe do Brasil tentaram ocupar a bolsa de valores de Belo Horizonte, fortemente vigiada pela polícia, para impedir a privatização da fábrica.

Apesar de ter lançado granadas de gás lacrimogéneo, a polícia teve imensa dificuldade em dispersar os manifestantes.

França

O fabricante de automóveis francês Peugeot vai anunciar no final de Setembro um "plano social" para 1994 que prevê a supressão de mais 2550 postos de trabalho nas fábricas de Sochaux, Mulhouse e Lille.

Nos termos do novo plano, 1160 trabalhadores serão dispensados no quadro de acordos de reforma antecipada e as restantes supressões de postos de trabalho resultarão de "demissões voluntárias" e reclassificações internas e externas.

O processo de pré-reforma, que permite a passagem do trabalhador a tempo parcial, conservando 80 por cento do salário, aplicado em 1993 na fábrica de Mulhouse, será alargado em 1994 aos funcionários da fábrica de Sochaux, onde se prevê a supressão de 1400 postos de trabalho.

A fábrica de Sochaux será a mais afectada, com a redução dos efectivos para menos de 20 mil, contra 43 mil em 1979. Os trabalhadores da unidade de Mulhouse serão reduzidos a 10 mil ou mesmo 9 mil. Estas duas fábricas foram já afectadas pelo "plano social" da empresa em 1993.

O planeta

A Terra tinha 5,5 mil milhões de habitantes em meados de 1993 e este número deverá aumentar até 8,4 mil milhões em 2025, indicam estudos estatísticos publicados pelo Instituto Nacional de Estudos Demográficos (INED) norte-americano.

A Ásia é o continente mais povoado, com 3,3 mil milhões de habitantes (cinco mil milhões no ano 2025), seguido da África, com 676 milhões (1,5 mil milhões em 2025), e da Europa, que conta com 579 milhões de habitantes (584 milhões em 2025), sem incluir a Rússia.

A América do Sul surge em quarto lugar, com 460 milhões de habitantes (682 milhões em 2025), e por último a Oceania, com 27,7 milhões de habitantes (39 milhões em 2025).

Os recordes de densidade populacional pertencem a Hong Kong, com 5800 habitantes por quilómetro quadrado, e a Singapura, com 4500.

O índice de fecundidade médio no planeta é de 3,3 crianças por mulher, os índices mais elevados registam-se em Gaza (7,9 crianças por mulher), no Malawi (7,7) e na Etiópia (7,5) e os mais baixos em Hong Kong (1,2) e em alguns países da Europa (Itália e Espanha com 1,3 e a Alemanha com 1,4).

Polónia

Em véspera de eleições na Polónia, as sondagens indicam enormes ganhos, em princípio, da Aliança de Esquerda Democrática, partido dos comunistas polacos. Previsões que reflectem, nomeadamente, o descontentamento do povo polaco com a evolução económica do país, e constituem uma condenação da política de liberalismo económico promovida por Walesa.

Actualmente, o sector privado da economia polaca é o mais desenvolvido da Europa de Leste, mas a verdade é que tal sector não conta com capitais nem tão-pouco dispõe de crédito bancário, pelo que no fundamental se trata de pequenos empreendimentos sem futuro que se desenvolvem paralelamente a intensa especulação bolsista.

Um continente cada vez mais pobre

A África subsaariana sofre uma crescente degradação das condições socioeconómicas

Os rendimentos per capita dos países da África subsaariana estão presentemente muito abaixo dos níveis de 1970 e, a manter-se a actual tendência, levará sete décadas a duplicá-los, refere o Relatório deste ano da Conferência das Nações Unidas para o comércio e desenvolvimento (CNUCED).

"O desenvolvimento de África foi prejudicado não só pelos problemas estruturais", que os programas de ajustamento estrutural de forma alguma contribuíram para resolver, como ainda por "várias catástrofes, como as guerras, as guerras civis e os desastres climáticos".

Desde 1980 que 35 países subsaarianos estiveram sujeitos a 162 programas patrocinados pelo Banco Mundial ou pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Programas que - como se afirma no Relatório da CNUCED - "estão presos a políticas de ajustamento, incapazes de restaurarem o crescimento auto-sustentado".

No Relatório sublinha-se que a situação registada em África leva a pôr em causa a "efectividade dos programas de ajustamento estrutural".

Simultaneamente, a



África foi particularmente afectada pela degradação dos preços das matérias-primas em que assentam as suas exportações tradicionais, sobretudo o cacau e o café.

O mau resultado nas exportações e o declínio no preço das matérias-primas levou a que entre 1980 e 1991 houvesse uma quebra de 37 por cento no valor das exportações dos países subsaarianos, em termos do seu poder de compra. No mesmo período, houve 22 por cento

de aumento dos mesmos índices doutros países em desenvolvimento.

Nessa década, a África perdeu mais de metade do volume das exportações em termos mundiais.

Se bem que a África tenha entretanto beneficiado de maior volume de ajuda, o auxílio internacional não cobriu de modo algum as perdas no volume das exportações.

Por outro lado, "o projecto da ajuda (a África) era

simplesmente a indução de mudanças de política, em prejuízo do papel mais importante, o financiamento ao crescimento e ao investimento", denuncia o Relatório.

A atribuição de ajuda ao desenvolvimento pelo princípio da "rédea curta" e a "escassez da assistência tornaram muitos países dependentes da ajuda, simplesmente para manterem um baixo índice de actividade", denuncia ainda a CNUCED.

África em notícias

Solidariedade

Um total de 27 toneladas de alimentos, resultado de uma campanha de solidariedade com Angola realizada em Portugal por várias organizações não governamentais, incluindo o Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), foi entregue a semana passada no aeroporto de Lisboa à embaixada de Angola.

A entrega foi feita por António Pedro, do CPPC, ao representante da embaixada de Angola, Francisco Simmons, adido de Imprensa.

Arroz, feijão, farinha de trigo e milho, leite condensado e açúcar, constituem os géneros recolhidos nesta primeira fase da campanha de solidariedade que continuará até fins de Outubro, prevendo-se que reúna mais de 50 toneladas de produtos.

O representante da embaixada de Angola agradeceu aos organizadores da campanha e a todo o povo português e informou que esta ajuda será encaminhada para os deslocados de guerra pela associação humanitária "Mundo do amor", ONG angolana com sede em Luanda, que ajuda os refugiados em vários pontos do país, como em Caxito ou Benguela.

MPLA

O MPLA termina dia 19 uma reunião destinada a estabelecer a sua estratégia "à luz da nova realidade política, económica e social do país".

Em comunicado distribuído à imprensa, na véspera deste encontro, refere-se que a reunião tem um carácter abrangente e nela participam militantes de base e quadros provenientes de diversas províncias do país. Um dos seus objectivos é a definição, com maior clareza, das fronteiras de intervenção do poder executivo.

A situação económica do país e orientações políticas para os próximos tempos, são outras das preocupações dos militantes do partido.

No último dia de trabalhos, no próximo domingo, decorrerá em Luanda um comício em que será assinalado o dia do herói nacional e também o nascimento do dirigente histórico do MPLA, Agostinho Neto.

"Troika"

A "troika" de observadores do processo de paz angolano, reunida em Lisboa, decidiu propor ao Conselho de Segurança da ONU, através dos respectivos países, medidas para "restringir a capacidade da Unita em prosseguir a guerra".

Em comunicado divulgado no final da reunião, os representantes de Portugal, Estados Unidos e Rússia afirmam ter contactado com preocupação que a guerra em Angola tem sido intensificada "em resultado da ofensiva militar da Unita".

"A resolução do conflito angolano deverá ser encontrada num quadro negocial conducente a uma genuína reconciliação nacional", refere o documento.

África do Sul

O Parlamento sul-africano - que presentemente ainda exclui representantes da maioria negra - está reunido numa sessão especial que se deve prolongar por quase duas semanas, para aprovar a legislação que contempla a primeira fase do governo de transição.

Ao longo dos trabalhos, os deputados deverão aprovar um projecto de lei para a constituição do Conselho Executivo de Transição (CET), órgão multi-racial e multipartidário, preparando assim o caminho para as primeiras eleições democráticas do país, marcadas para 27 de Abril do próximo ano.

A passagem desta legislação, que prevê a criação de órgãos de comunicação independentes, de comissões eleitorais e de uma autoridade independente para a rádio e a televisão, significará que pela primeira vez os negros - a maioria esmagadora da população - poderão finalmente participar em áreas-chave do governo.

O Parlamento deverá ainda reunir mais uma vez para aprovar o projecto de Constituição actualmente em debate nas negociações multipartidárias, que já se pronunciaram a favor do Conselho Executivo de Transição (TEC).

O TEC e outros órgãos entretanto criados não substituirão o actual gabinete, mas este terá de consultar o Conselho de Transição e ter em conta as suas recomendações ao longo do processo pré-eleitoral.



Muitas esperanças. Um futuro incerto

Palestina em tempos de paz

Assinado acordo em Washington

Cerca de 100 mil pessoas manifestaram-se em Tel-Aviv, em apoio dos acordos de paz

"Queremos dar à paz uma verdadeira oportunidade" - afirmou Yasser Arafat na sua intervenção na cerimónia de assinatura do acordo de paz entre palestinianos e israelitas, firmado em Washington.

"Chegamos aqui - disse ainda - porque acreditamos que a coexistência pacífica e a cooperação são a única forma de alcançar o entendimento". E sublinhou - "a batalha da paz é a mais difícil das batalhas e requer todos os esforços para que ela seja justa e duradoura".

Dirigindo-se aos palestinianos no seu discurso, o primeiro-ministro israelita Rabin afirmou - após ter anunciado esta nova fase como "o adeus às armas" - que a assinatura da declaração de princípios "não é tão fácil". "Nem para mim como soldado - disse - nem para os judeus em Israel, nem para a diáspora que aguarda com esperança e apreensão os resultados deste acordo".

Afirmções que testemunham da importância da nova fase que se abre no Médio Oriente, e simultaneamente das dificuldades e incógnitas que semeiam o seu caminho.

Em todos os territórios ocupados se repetem manifestações de alegria e esperança, de par de acções de protesto contra os acordos, desencadeadas em particular pelo movimento islâmico Hamas.

Em Jerusalém Leste, a bandeira palestiniana foi solenemente hasteada no frontão da Casa do Oriente, sede da delegação local palestiniana às conversações de paz, numa cerimónia saudada por uma mensagem de Arafat em que se afirmava - "colocais a primeira pedra do nosso Estado futuro. Com este gesto afirmais ao mundo que o sangue dos nossos mártires não foi em vão, tal como o nosso combate".

Em Gaza, milhares de

palestinianos concentraram-se nas ruas, agitando bandeiras, para celebrar a assinatura do acordo. Manifestações de alegria que tinham sido entretanto precedidas a uma greve de protesto convocada pelo movimento Hamas.

Em Israel, o antigo primeiro-ministro Yitzhak Shamir, em declarações à rádio, considerou que a assinatura do acordo não constitui motivo de regozijo, e disse compreender a satisfação de Arafat, acrescentando que o acordo era uma vitória política com a qual o líder da OLP "nunca sonhou".

Entretanto, segundo sondagens realizadas pelo Instituto de investigação social aplicada de Israel e o Centro de estudos e investigações palestinianas, mais palestinianos (64,9 por cento) que israelitas (62 por cento) apoiam o acordo de paz agora assinado em Washington.

Em perspectiva, múltiplos problemas a resolver. Mas o êxito do processo agora iniciado virá em muito a depender da capacidade de dar resposta a tais problemas.



Um exemplo concreto é o do regresso dos refugiados palestinianos.

Sessenta mil refugiados palestinianos são aguardados na Faixa de Gaza e em Jericó na sequência da aplicação do acordo israelo-palestiniano. Tendo em conta as profundas dificuldades socioeconómicas que marcam a vida das populações palestinianas dos territórios ocupados, estes (entretanto desejados) regressos, serão um entre os muitos outros problemas que haverá que defrontar.

Face a estes mesmos pro-

blemas, e às grandes questões políticas subjacentes aos acordos de paz agora alcançados, a declaração política da OLP, divulgada em véspera da cerimónia de Washington, sublinhava a necessidade de um "compromisso renovado" e de uma "acção comum" a nível árabe e internacional, para se encontrar uma "solução final, justa e global" para o conflito no Médio Oriente.

O documento reclama o envolvimento internacional contínuo e "os meios políticos e económicos" necessários à aplicação dos termos

do acordo.

A OLP considera o acordo como "o primeiro da história contemporânea" a reconhecer "os direitos legítimos dos palestinianos e do seu único representante: a OLP" e lança um apelo à "unidade, respeito da democracia e das instituições nacionais".

A direcção da OLP espera ainda ser chegado o momento de virar uma "nova página nas relações interárabes" e propõe a realização de uma cimeira árabe para apoiar as partes comprometidas no processo de Paz (Líbano, OLP, Jordânia e Síria).

Calendário do Acordo

O Acordo de Paz assinado em Washington por Israel e a OLP define as grandes linhas de um processo que se inicia por um primeiro período de autonomia palestiniana em Gaza e Jericó, e posteriormente em todos os territórios ocupados.

O Acordo, intitulado "Declaração de princípios sobre as disposições interinas de autonomia", entrará em vigor no espaço de um mês.

As duas partes disporão, a partir daí, de dois meses para concluir e assinar um acordo sobre a retirada das forças israelitas da Faixa de Gaza e da região de Jericó (Cisjordânia), que deverá ficar terminada nos quatro meses seguintes.

A partir da entrada em vigor da Declaração de princípios e da retirada de Gaza e Jericó, os israelitas começarão a transferir os poderes para os palestinianos nos domínios da educação e da cultura, saúde, assuntos sociais, impostos e turismo.

O texto prevê ainda a eleição directa pelos palestinianos dos territórios ocupados, sob supervisão internacional, de um Conselho de autonomia.

A eleição terá lugar, o mais tardar, ao fim de dez meses. Um acordo intermédio será negociado para especificar os poderes e as competências do Conselho, que deverá nomeadamente dispor de uma força policial.

O Conselho terá jurisdição sobre a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, à excepção das questões (nomeadamente Jerusalém e os colonatos judaicos) que serão discutidas em negociações sobre o estatuto permanente. Estas negociações deverão começar, o mais tardar, no início do terceiro ano do período de transição.

Uma larga cooperação israelo-palestiniana está prevista nos domínios da água, electricidade, energia, finanças, transportes, comércio, indústria, investigação, assuntos sociais, protecção do ambiente, jornais e comunicação.

Saudação da CGTP-IN

"A assinatura do acordo entre Israel e a Organização de Libertação da Palestina constitui um acontecimento relevante para os povos palestiniano e israelita e para todas as forças amantes da paz, do progresso e da justiça que, durante décadas, pugnaram pela resolução pacífica deste conflito", afirma-se em saudação da CGTP-IN.

A CGTP-IN sublinha que "a importância deste acordo" transcende "o próprio acto em si e os seus subscritores. Assume-se como um primeiro passo para a resolução dos problemas na base do respeito pela democracia, pelos direitos humanos e pelos valores culturais e identidades dos povos".

A concluir, a CGTP-IN saúda "os trabalhadores e os povos da Palestina e Israel, na convicção de que este acto seja um passo decisivo na construção de um futuro melhor, de progresso e bem-estar social".

Nota da Comissão Política

Importantes acontecimentos no Médio Oriente

1. O reconhecimento da OLP por parte de Israel e a assinatura da declaração de princípios relativa à opção "Gaza e Jericó, primeiro", constituem acontecimentos de grande importância internacional que marcarão profundamente a evolução da situação no Médio Oriente.

2. A extraordinária importância do que está em jogo para o futuro da luta de emancipação nacional e social do povo palestiniano e do mundo árabe e para o desenvolvimento da situação no Médio Oriente e no mundo não é compatível com juízos precipitados e simplificadores, antes torna indispensável um melhor conhecimento do acordo assinado assim como das circunstâncias concretas que o rodearam, do processo que o viabilizou, e da natureza de compromissos não explicitados nos textos conhecidos. Entretanto, desde já se torna necessária uma tomada de posição.

3. O facto de Israel ter sido finalmente forçado a reconhecer e a negociar com a OLP reveste-se do maior significado político. É inseparável da luta heróica continuamente conduzida pelo povo palestiniano sob a direcção da OLP e em particular da Intifada. Expressa a derrota dos dirigentes sionistas de Israel e das suas tentativas terroristas para liquidar a resistência palestiniana, indo ao encontro da vontade manifesta de amplos sectores israelitas defensores da causa da paz.

4. O PCP faz votos para que a declaração de princípios agora assinada constitua um passo positivo no caminho do povo palestiniano em direcção à sua independência nacional, internacionalmente reconhecida.

O PCP considera particularmente relevante que nela se precise que o objectivo de ultteriores negociações para uma solução definitiva é a aplicação das resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança da ONU, que exigem de Israel a retirada total dos territórios árabes ocupados depois de 1967.

Ao mesmo tempo considera necessário assinalar que subsistem questões decisivas em aberto (colonatos, regresso dos exilados, estatuto de Jerusalém, âmbito e poderes da autoridade palestiniana e outros), se verificam já interpretações contraditórias quanto ao acordado, que suscitam inquietações quanto aos reais propósitos de

Israel, tanto mais que há declarações de altos responsáveis israelitas que, negando formalmente o direito dos palestinianos à construção do seu próprio Estado, mal disfarçam a pretensão de impor ao povo palestiniano soluções de "autonomia restringida" de tipo colonial que, longe de conduzirem à paz, favorecem a tensão, alimentam o fundamentalismo e mergulhariam a região em perigosas convulsões.

5. O PCP reitera a sua activa solidariedade para com o povo palestiniano e a OLP na sua luta pela libertação de todos os territórios ocupados (Gaza, Cisjordânia e Jerusalém Leste) e pela edificação do seu próprio Estado independente e soberano.

Uma paz justa e duradoura no Médio Oriente só é possível no quadro de um processo global do mundo árabe, envolvendo a retirada de Israel de todos os territórios ocupados depois de 1967 (o que significa também dos montes Golã e do sul do Líbano) e só quando Israel se conformar com as normas do direito internacional que tem sistematicamente violado e puser definitivamente fim à sua política agressiva na região.

6. A existência da OLP como único e legítimo representante do povo palestiniano tem constituído factor insubstituível de resistência do povo palestiniano e da sua incontornável afirmação no plano internacional. O PCP considera que a defesa e consolidação da unidade da OLP em torno dos objectivos libertadores do povo palestiniano é de decisiva importância para a justa solução do problema nacional palestiniano e para a paz no Médio Oriente.

7. Chamando a atenção para o facto dos EUA, que sempre foram o principal suporte da política belicista de Israel, estarem empenhados - designadamente com as cerimónias de Washington - numa operação político/mediática de grande envergadura, pretensamente "pacifista", o PCP sublinha que uma paz justa e duradoura no Médio Oriente só será possível com o fim da política de pressões, ingerências e agressões conduzida pelo imperialismo norte-americano com o objectivo de se assenhorearem de recursos e posições estratégicas da região.

Convidados da Festa falam ao «Avante!»

Aqui falamos ainda um pouco da Festa do «Avante!», que é também oportunidade de contacto com camaradas de outros países, de testemunhos mais directos de realidades diferentes.

Seguem-se dois depoimentos e uma entrevista de países em que se luta e trabalha em condições bem diversas. A Itália, a braços com uma crise política socioeconómica, em muitos pontos coincidente com as realidades que aqui vivemos em Portugal. A Palestina, um Estado em projecto, hoje em momento crucial. E Cuba, que tenta ultrapassar, com novas políticas económicas, a situação de crise agravada com o imenso peso do bloqueio norte-americano. No próximo número, será inserida nas nossas páginas uma entrevista sobre a situação em Angola, com Roberto de Almeida, membro do Bureau Político do MPLA.

«Refundação quer dizer ressurgir pela inovação da teoria e da prática»

Palavras de Dilberto ao «Avante!»

Depoimento de Oliviero Dilberto, da Direcção Nacional do PRC Italiano.

Uma grande e importante manifestação dos comunistas e de todo o povo português: é assim que surge a Festa do Avante a quem, como eu, participa na festa enquanto convidado de um Partido comunista estrangeiro, o Partido da Refundação Comunista Italiano. Uma festa importante não apenas pela grande participação do povo português, e presença de visitantes estrangeiros. Mas sobretudo pela qualidade da própria participação: não uma participação distante, mas o entusiasmo e interesse de todos, mesmo dos que não são comunistas, pelo que os comunistas estão a fazer, pela experiência de vida, pelo espírito de militância com que construíram a festa e a ofereceram a todo o povo. Para quem, como eu, dirige o sector de imprensa e propaganda do Partido em Itália, participar na Festa do Avante é uma grande experiência política. Vi uma forma de trabalhar, uma coesão do partido, uma presença de tantos rapazes e raparigas, que representam um grande património e uma esperança concreta para todos os comunistas, em Portugal e no resto do mundo. Encontrei companheiros dirigentes de partidos comunistas e progressistas de todas as partes do mundo. Participei em colóquios com prestigiosos dirigentes do Partido Comunista Português. Muitas questões foram discutidas. Questões decisivas para todos os trabalhadores e as classes desfavorecidas do mundo inteiro. A denúncia da ofensiva sem precedentes do capitalismo e do imperialismo contra as condições de vida de milhões de mulheres e de homens.

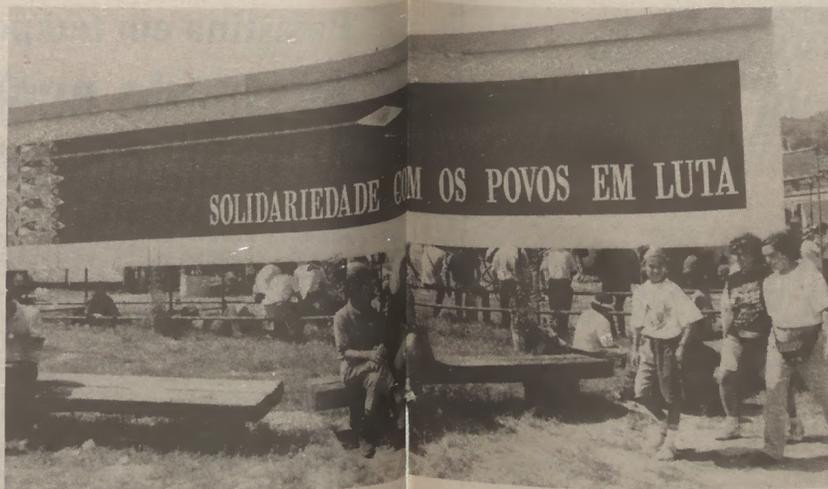
Venho de um país, a Itália, no qual - apenas nos últimos três meses - se registaram mais 400 000 novos desempregados. O valor real dos salários e pensões diminuiu de forma dramática. Estão a ser atacadas todas as conquistas do movimento operário nos últimos decénios. As mulheres voltaram ao trabalho nocturno nas fábricas: um recuo de um século! Está a ser desmantelado todo o sistema de previdência e saúde pública. Não tarda se criará em Itália uma situação em que haverá pessoas impossibilitadas de tratar da sua própria saúde e da sua família: uma diferenciação de classes das mais aberrantes. As grandes centrais sindicais aceitaram a lógica do capital. Dois acordos sindicais sancionaram o fim da contratação colectiva, um dos baluartes de defesa dos trabalhadores italianos. Foi abolida a "scala mobile", que ligava os aumentos salariais aos aumentos do custo de vida e, além disso, tem sido ultimamente admitido o princípio de só haver aumentos salariais quando os patrões tiverem os lucros adequados. É uma cedência à lógica mais pro-

funda do capitalismo: ligar as condições de vida dos trabalhadores ao andamento dos negócios do patrão.

Entretanto, face a esta gravíssima evolução, cresce em Itália a oposição de classe. Uma parte do sindicato de esquerda (a CGIL) não aceitou este último acordo. Por outro lado, um outro movimento sindical - o "Essere sindacato" - que conta com a participação dos comunistas, está a crescer em todo o país, na sequência das últimas eleições sindicais nas mais importantes fábricas do norte de Itália. Em 25 de Setembro, iremos todos participar numa manifestação contra o governo. E cresce o nosso partido, a Refundação Comunista, nascido na sequência do fim do PCI e do surgimento do PDS. Nas últimas eleições municipais, em cidades como Milão e Turim, fomos o primeiro partido da esquerda em número de votos e o segundo em termos absolutos.

Dois palavras sobre o nome do nosso partido: Refundação. Significa que não pretendemos apenas demarcarmo-nos de uma enorme traição, mas temos a esperança de ressurgir através da inovação da teoria e da prática política dos comunistas italianos. É um desafio difícil. A refundação, depois da dissolução da URSS e da queda dos outros países da Europa de Leste, está na ordem do dia para muitos partidos comunistas no mundo. Mas para ressurgir neste empreendimento - no quadro do confronto de classes a nível internacional - não se pode actuar isoladamente. A ofensiva do capitalismo contra os trabalhadores processa-se a nível internacional. Impõe-se que todas as forças coerentemente anticapitalistas, que todos os comunistas, encontrem formas de colaboração, na recíproca autonomia e na diversidade, num efectivo espírito internacionalista.

É um espírito internacionalista que encontrei na vossa festa. Um espírito que senti nas diversas manifestações e no comício dos camaradas Cunhal e Carvalhas. Um espírito que saberemos renovar em muitas outras ocasiões. Obrigado, camaradas! As minhas saudações e a de todos os comunistas italianos.



«Com estes acordos de paz, aceitámos a justiça possível»

Testemunho de Hanan Mohssein

Para mim, que venho dos territórios ocupados, onde as pessoas lutam pela sua sobrevivência enquanto povo, o futuro desenha-se também aqui, nesta vossa festa, na capacidade de luta que testemunha, na mensagem de optimismo que nos é transmitida pela presença de tantos jovens.

A OLP e o povo palestino sentem a solidariedade sempre presente na festa do Avante. E pensamos que seriam úteis mais encontros para trocas de experiências e debate e, mesmo, visitas de camaradas portugueses aos territórios ocupados, para formar uma opinião mais clara e concreta sobre a actual situação na Palestina.

Para nós, palestinos, no momento actual, trata-se de aceitar a justiça possível, não a justiça ideal. Uma opção que - mantendo as mais relevantes resoluções da ONU - tem a ver com as alterações na situação de equilíbrio de forças a nível mundial, resultante do desaparecimento dos países socialistas da Europa, e a concentração de poder nas mãos dos Estados Unidos.

Continuamos, entretanto, a lutar pelos nossos direitos fundamentais - a autodeterminação, o regresso dos refugiados, a libertação dos territórios ocupados, um Estado palestino na nossa terra.

Foi por estes direitos, por estes objectivos, que a Intifada nasceu, chamando a atenção da comunidade internacional para a nossa situação.

Foi a Intifada, como a iniciativa de Paz que a OLP avançou em 1988, que acabaram por conduzir às negociações de Madrid.

Actualmente, e através das negociações, foi possível chegar a uma solução faseada do problema palestino, tendo como ponto de partida uma primeira fase de autogoverno em Gaza-Jericó, em que os poderes legislativo, executivo e jurídico passarão para a OLP, em simultâneo com a retirada das forças israelitas.

Este é um primeiro passo. Os próximos passos envolvem questões fundamentais como: os outros territórios ocupados, o estatuto de Jerusalém, o regresso dos palestinos que se encontram fora dos territórios ocupados.

Todos os debates havidos e as soluções avançadas se baseiam nas resoluções da ONU (em particular a Resolução

242), que constituem também o próprio ponto de partida da Conferência de Madrid - a retirada total das forças armadas israelitas de todos os territórios ocupados.

Neste momento, os acordos alcançados contam com a concordância da Al Fatah e dos comunistas palestinos (após uma primeira fase de discordância). Em síntese - os desacordos estão a ser superados, com a consciência de que se está a ultrapassar uma situação de impasse.

A nossa perspectiva continua a ser a mesma - a criação de um Estado palestino, como está definido na Declaração de Independência de 1988. Um Estado laico e democrático, em que vem consagrada a igualdade entre todos, independentemente da raça ou sexo, e é mesmo sublinhado o papel da mulher.

Lutaremos, em particular, pelo carácter democrático do nosso futuro Estado - a Palestina livre e independente.

Últimos dez anos de guerra na Palestina

1982 - Invasão do Líbano por Israel. A OLP é obrigada a sair de Beirute e instala-se em Tunis.

1987 - Início da Intifada, o levantamento popular palestino contra a ocupação israelita, na Cisjordânia e em Gaza.

1988 - O Conselho Nacional Palestino, reunido em Argel, proclama a criação de um Estado palestino que deverá ser estabelecido em «todas as partes da Palestina evacuada pelo exército israelita». Reconhece o direito à existência de Israel, aceitando a partilha de 1948, dentro do princípio, proclamado na tribuna da ONU por Yasser Arafat, «dois povos, dois Estados.»

1991 - O Conselho Nacional Palestino aceita que uma delegação palestina participe no processo de paz que tem início em Outubro, em Madrid. Israel recusa a participação directa da OLP e só aceita a discussão com representantes dos territórios ocupados.



«Estamos a desenvolver uma política económica criativa»

- considera o subdirector do Granma

A actual situação em Cuba, problemas e perspectivas, a necessária solidariedade face ao agravamento do bloqueio norte-americano com a lei Torricelli, foram alguns dos temas da curta entrevista concedida ao «Avante!» por Silvestre Minervino Perez Laguna, subdirector do Granma, no decorrer da nossa Festa.

Av. - No encontro de solidariedade com Cuba realizado na festa do Avante, surgiu uma pergunta que poderia ser interessante repetirmos aqui - e se Fidel desaparecesse? Que reflexos teria tal facto na realidade cubana?

S.L. - Antes do mais, importa sublinhar que Fidel não só está de saúde como governa o país com plena lucidez. Por isso mesmo está à frente da direcção do partido e do país. Claro que a nossa vida - como seres humanos que somos - é limitada. Mas as instituições de Cuba asseguram que a continuidade dos processos não dependam de um só homem. Seguem-se ideias, uma ideologia, um pensamento revolucionário. Esta a base do processo revolucionário. Não se trata de um caudilhismo, de seguir a figura do líder, por seguir. Fidel soube aglutinar todas as forças revolucionárias e progressistas do país, capazes de dar continuidade à obra humana, moral, ideológica de todos estes anos de acção revolucionária.

Av. - E como funcionam as instituições cubanas?

S.L. - Os deputados da nossa Assembleia Nacional (cuja eleição ocorreu em Fevereiro) - o máximo órgão do poder estatal em Cuba - são eleitos pelo voto directo e secreto do povo.

Este órgão do poder estatal elege o Conselho de Estado e elege também o Presidente do Conselho, o presidente do país.

Cremos que estão assim garantidos os mecanismos democráticos adequados. Não somos um país sem legalidade, somos um país que se baseia numa Constituição estabelecida por referendo do povo.

Av. - As eleições de Fevereiro constituem um facto inovador na vida política cubana. Como se processa o acto eleitoral - dado que não são partidos políticos a apresentar candidatos?

S.L. - A partir de Fevereiro, as eleições em Cuba para deputados à Assembleia Nacional passaram a ser directas. Anteriormente eram primeiro eleitos os delegados, e numa segunda fase os deputados. Entendeu-se entretanto ser mais democrática a eleição por voto directo do povo.

Actualmente, no nosso sistema eleitoral, a nomeação dos candidatos não é da responsabilidade de um partido político. É uma nomeação directa - um sistema que consideramos como democracia directa, participativa. Em cada bairro, as pessoas elegem os seus candidatos em assembleias. Haverá depois uma eleição nas urnas, por voto secreto, e as pessoas que aí serão eleitas a partir das primeiras listas de nomes escolhidos ao nível dos bairros, constituirão de facto a base do Estado cubano, do poder popular - a Assembleia Municipal.

É nas Assembleias Municipais que são escolhidos os nomes para candidatas a deputados.

Av. - Têm-se registado alguns protestos, no plano internacional, contra o bloqueio imposto pelos EUA a Cuba. Que perspectivas haverá quanto a um levantamento desse bloqueio?

S.L. - O bloqueio é uma coisa cruel, injusta e injustificada, que já custou mais de 40 mil milhões de dólares ao nosso país e constitui de facto um atentado à soberania nacional e às leis internacionais. O bloqueio agrava a difícil situação criada ao nosso país no actual quadro internacional, em particular com a queda da URSS, com que tínhamos 85% do nosso comércio externo.

Estamos a tentar ultrapassar esta situação com uma política económica dinâmica e criativa. Mas precisamos da solidariedade de todos os países para pressionar o governo norte-americano no sentido de acabar com o bloqueio, agravado ainda com a lei Torricelli.

Vários governos têm vindo a criticar o bloqueio e a lei Torricelli, na sede das Nações Unidas, e há uma resolução que apela ao levantamento do embargo.

Na próxima Assembleia Geral das Nações Unidas vai ser discutido o cumprimento dessa resolução, em que se aponta para a eliminação de todos os entraves ao comércio internacional.

Av. - Disse que Cuba está a desenvolver uma política económica criativa para ultrapassar a actual situação de crise. Em traços largos, em que consiste essa política?

S.L. - Tendo em conta a crise e a actual situação no mundo, em particular com o desaparecimento do campo socialista, avançámos com um conjunto de decisões de carácter económico para sair desta situação tão difícil.

Entretanto, esta nova política económica não irá alterar a essência socialista do nosso Estado, não irá alterar a essência internacionalista do nosso país.

São medidas de carácter prático que nos permitam incentivar o desenvolvimento económico.

Uma destas medidas é a despenalização da posse de divisas pelos cidadãos, anteriormente interdita. Na prática, muitos dólares iam circulando ilegalmente.

É verdade que esta medida pode gerar certas desigualdades - haverá os que têm dólares e os que não têm - mas estamos a tentar explicar a todos que, em última instância, irá beneficiar a todos, porque contribui para a melhoria geral da economia do país.

Outra decisão é incentivar as empresas mistas com capital estrangeiro. Em muitos sectores está a ser promovida a participação do capital estrangeiro. É o caso do turismo, um sector muito dinâmico, com um crescimento de 31 a 40 por cento ao ano. Para 1995, prevemos cerca de um milhão de turistas. O que representa uma boa quantidade de divisas que iremos utilizar na aquisição de petróleo, de medicamentos, de produtos alimentares.

Entre os sectores particularmente dinâmicos, contam-se o petróleo, as minas de níquel e, em especial, a indústria farmacéutica e a biotecnologia e equipamentos médicos, sector em que se regista um grande desenvolvimento científico.

Tanto nos sectores tradicionais como nos novos, estamos a trabalhar para obter divisas - ponto nevrálgico da nossa economia.

Nas próximas eleições autárquicas em minoria como em maioria não há alternativa à CDU

A intervenção eleitoral da CDU nas próximas eleições autárquicas, nos concelhos e freguesias onde tem menor influência eleitoral, é minoritária ou mesmo não elegeu, não podendo deixar de ter grande importância política pelo contributo que no plano local e nacional pode dar para o reforço da votação e do número de eleitos da CDU, têm-na também, e não de forma inferior, pela possibilidade de garantir a sua participação numa batalha política que, pelo carácter das forças que integram a Coligação, pelos seus princípios, objectivos e ideais, só ela está em condições de travar.

Batalha política cuja importância não poucas vezes vai além dos próprios resultados eleitorais que possa alcançar.

É a presença e a intervenção das listas da CDU em cada concelho e freguesia contra poderes e interesses instalados, as prepotências e os abusos de poder, as pressões económicas, sociais, políticas e morais, que pode trazer à luta eleitoral a real defesa dos interesses das populações, os projectos de progresso e desenvolvimento das autarquias.

É a presença e a participação das listas da CDU em numerosos concelhos e freguesias a mais sólida garantia da luta pela democraticidade, legalidade e seriedade dos próprios actos eleitorais. É a presença da CDU que pode garantir o esclarecimento e a verdade contra a calúnia, a mentira e a manipulação eleitoral.

É a presença da CDU em muitas destas autarquias, onde tem menor influência eleitoral que pode possibili-

tar o despertar e a mobilização de muitos homens, mulheres e jovens, para a luta e defesa dos seus interesses mais próximos, mas também para a luta mais geral em defesa do regime democrático e por uma alternativa política.

É a presença da lista da CDU em cada freguesia e concelho a única alternativa de garantir que os que querem votar CDU o possam fazer.

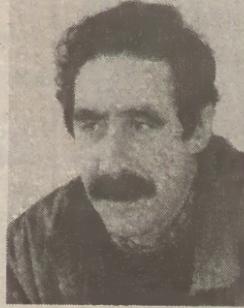
As tentativas de desligar ou separar os candidatos às eleições autárquicas das consequências locais da política dos partidos a que pertencem ou por que aceitaram candidatar-se, é, como é fácil demonstrá-lo, uma hipocrisia e desonestidade eleitoral.

Poderão os candidatos do PSD, do CDS e mesmo do PS separarem-se das consequências e posições políticas dos seus partidos, quando em vastas regiões do País elas tiveram enormes repercussões negativas para as populações e o desenvolvimento e progresso das autarquias?

Em que partido estavam ou estão, quando se encerram linhas de caminho-de-ferro, estações dos CTT, matadouros, feiras, serviços de Saúde, centro da EDP, tribunais, etc.?

Onde estavam e onde estão os candidatos do PSD, PS e CDS quando se despedem milhares de trabalhadores em empresas e serviços com graves repercussões para as autarquias locais e as populações?

Onde estavam e onde estão os candidatos do PSD, PS e CDS quando agricultores, dirigentes sindicais, jovens, lhes pedem ajuda e apoio às suas lutas e reivindicações?



ANTÓNIO LOPES
Membro
da Comissão Política

As tentativas de desligar ou separar os candidatos às eleições autárquicas das consequências locais da política dos partidos a que pertencem ou por que aceitaram candidatar-se é uma hipocrisia e desonestidade eleitoral.

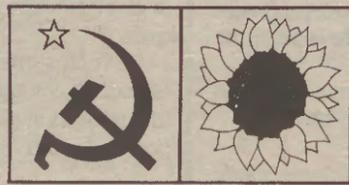
A verdade é que grande parte deles estavam e estão com esta política que tem afectado tanto ou mais a vida das populações locais que, por vezes, a própria gestão desastrosa das autarquias que são da sua responsabilidade maioritária.

Bem nos pode dizer agora o primeiro-ministro Cavaco Silva e todos os que, nas autarquias ou de outra forma, são responsáveis pela política antipopular do Governo, que o que está em jogo nas próximas eleições autárquicas não é o Governo, mas os eleitos autárquicos.

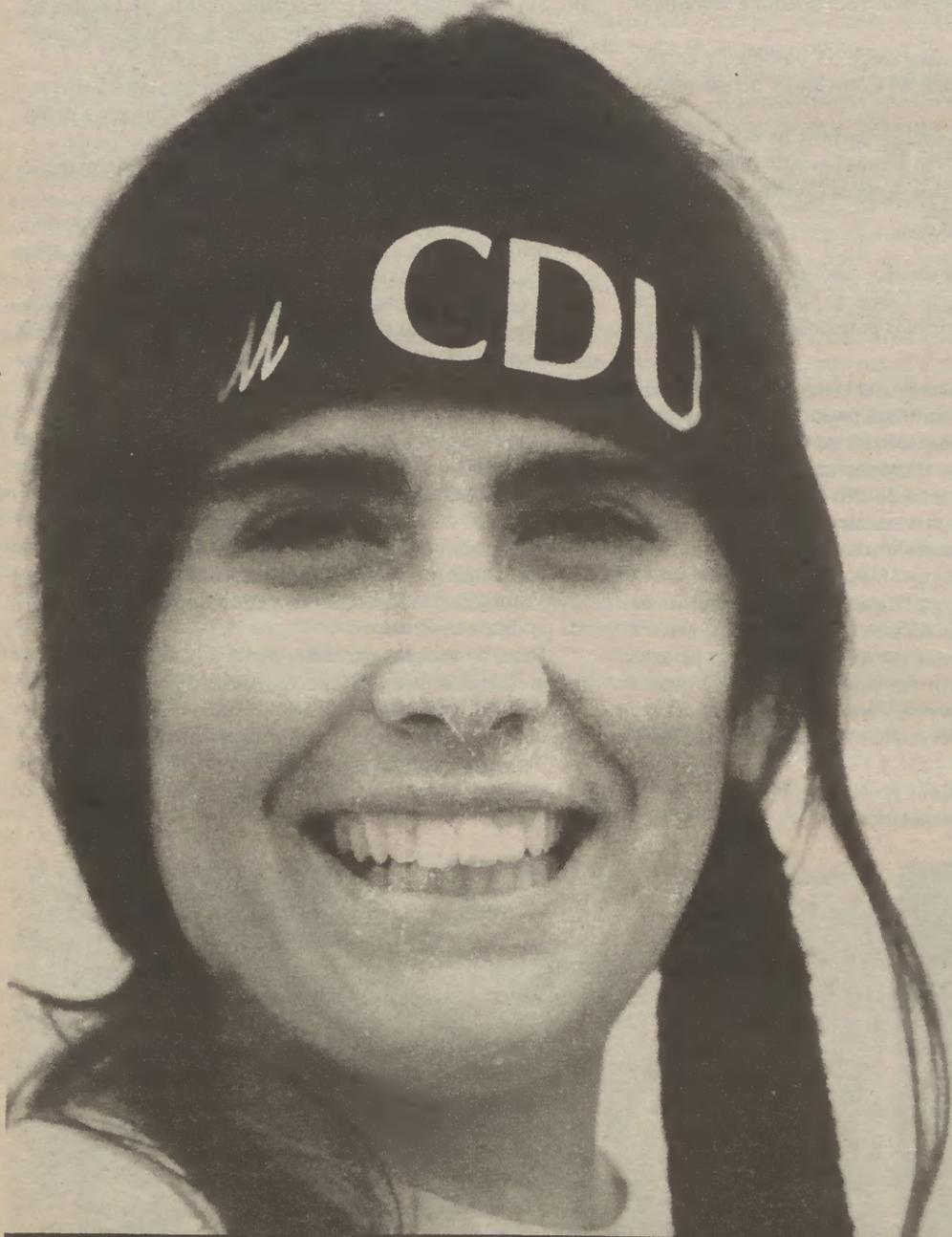
No entanto, o envolvimento do próprio Primeiro-Ministro e do seu Governo, em constantes inaugura-

ções com candidatos do PSD por todo o País, dão bem a ideia de que se o PSD tivesse uma vitória eleitoral, seriam, ele e o seu Governo, os primeiros a reclamar os méritos da vitória, e com isso reforçar a ofensiva contra o regime democrático que, no plano político, económico, social e cultural, vem desenvolvendo.

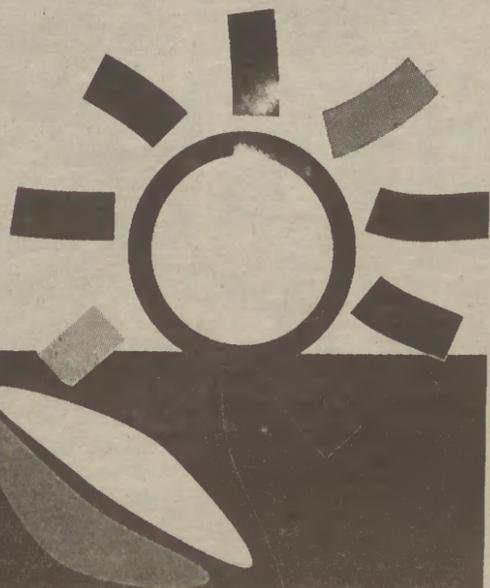
Por isso, quer nas Autarquias onde a CDU está já em maioria, quer naquelas que está em minoria, quer mesmo naquelas onde ainda não tem eleitos, os trabalhadores e as populações em geral têm boas razões para confiarem o seu voto à CDU, não só para a defesa dos seus interesses no plano da política local, mas também porque o voto na CDU constituirá um forte e seguro contributo para que se criem as condições mais favoráveis à derrota da política do Governo PSD/Cavaco Silva, e ao surgimento de uma alternativa democrática.



PCP-PEV



é de confiança!



VI Congresso do PAICV Cabo Verde não perde a esperança

Sob o lema «Para que Cabo Verde não perca a esperança», realizou-se na cidade da Praia nos dias 27 a 29 de Agosto o VI Congresso do Partido Africano da Independência de Cabo Verde.

A convite dos camaradas cabo-verdianos, estiveram presentes quatro delegações estrangeiras, entre as quais uma do PCP a quem foi dada a oportunidade de, na tribuna, dirigir ao Congresso e ao PAICV algumas palavras amigas e ler a saudação do nosso Comité Central.

O Congresso teve a participação de 219 delegados e 67 convidados permanentes, além da presença na sessão de abertura de numerosos militantes e simpatizantes do PAICV para tal expressamente convidados que encheram completamente a sala e os balcões e deram à sessão uma nota de grande entusiasmo e muita alegria.

O Congresso discutiu e aprovou o Relatório do Conselho Nacional, um projecto de alteração dos Estatutos e uma moção de estratégia apresentada pelo camarada Aristides Lima, candidato a Secretário-Geral do Partido.

A nossa participação no Congresso deu oportunidade à reafirmação dos profundos laços de amizade e solidariedade que unem o PCP e o PAICV, laços que nasceram e se forjaram na luta comum dos dois partidos e povos contra o fascismo e o colonialismo português e que nas novas condições em que hoje vivem e actuam os dois partidos há o desejo comum de manter, desenvolver e fortalecer.

Na sua intervenção de abertura, o camarada Pedro Pires, secretário-geral cessante do PAICV, debruçando-se sobre a situação política económica e social do país da responsabilidade do actual governo de maioria absoluta saído das eleições, denunciou os traços fundamentais que caracterizam a acção do governo e o estado em que se encontra o país, entre os quais avultam a retracção económica e a degradação da situação social, o aumento do desemprego e da inflação, a diminuição do poder de compra, a satisfação de clientelas políticas, os atropelos às normas democráticas.

Perante este estado de coisas, o PAICV reafirma-se como a força indispensável para a «consolidação da democracia pluralista e constitui a barreira necessária ao clientelismo, ao autoritarismo e à tentativa hegemónica do MpD».

Nas palavras do camarada Pedro Pires, «O PAICV assume-se hoje como um movimento mobilizador e congregador das vontades e das iniciativas que se opõem à actual des governação do país» e «afirma-se cada vez mais como a alternativa necessária».

Foi um Congresso muito vivo e participado em que alguns dos problemas foram amplamente debatidos, e desenrolou-se numa dinâmica de recuperação do Partido de uma situação em que ainda pesam muito os resultados das eleições legislativas de 91 e das autárquicas realizadas posteriormente.

Um dos principais desafios que hoje se colocam ao PAICV, e que o Congresso largamente debateu, é ultrapassar dificuldades, melhorar a sua capacidade de intervenção e criar as condições que lhe permitam recuperar as posições que durante largos anos justamente deteve na administração e no governo do país em que foi o obreiro da construção do novo Estado Independente de Cabo Verde. «O PAICV é — nas palavras do camarada Pedro Pires — a alternativa credível e necessária para 1995/96.»

O Congresso procedeu à eleição, numa das suas últimas sessões, das estruturas dirigentes do Partido para os próximos dois anos.

O Presidente do Partido, cargo agora criado, para que foi eleito o camarada Pedro Pires, tem como competências presidir aos actos solenes da vida interna do Partido, ao Conselho Nacional e ao Conselho de Opinião e empenhar

a sua magistratura moral na defesa e coesão do Partido.

O Conselho de Opinião, órgão também agora criado, define-se como órgão de consulta dos órgãos nacionais de direcção.

O Congresso encerrou com a intervenção do novo secretário-geral eleito, camarada Aristides Lima, presidente do Grupo Parlamentar.

Saudação do PCP

Em nome do Comité Central do Partido Comunista Português e expressando os sentimentos internacionalistas e solidários dos comunistas portugueses, saudamos a realização do VI Congresso do PAICV, e por intermédio dos seus delegados, o povo cabo-verdiano.

O povo português e o povo cabo-verdiano estiveram aliados na luta comum contra o fascismo e o colonialismo. A revolução do 25 de Abril é inseparável da luta do povo cabo-verdiano e demais povos das ex-colónias portuguesas pela independência da sua pátria. Entre o PCP e o PAICV forjaram-se estreitos laços de amizade, solidariedade e cooperação que são também uma sólida base ao serviço do desejável desenvolvimento das relações entre os nossos dois povos e países valorizando necessariamente o que de melhor e mais progressista nos legou a própria História.

Tal como no passado estivemos solidários com a luta de libertação nacional do povo cabo-verdiano somos hoje solidários com a sua luta pela defesa dos direitos sociais e políticos, pela melhoria das condições da vida pelo progresso social e pela paz.

Na nova fase da vida política da República de Cabo Verde, temos alto apreço pela luta do PAICV em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo, da democracia e pelo progresso social. Estamos certos que o PAICV, que teve o mérito histórico de conduzir a edificação do novo Estado independente e soberano de Cabo Verde, continuará a desempenhar um papel insubstituível na vida política do seu país.

Camaradas,

Também o PCP realizou recentemente, em Dezembro último, o seu XIV Congresso, no qual, atento às experiências e lições da vida, pro-

guiu o seu processo de renovação confirmando a sua identidade comunista.

Com os seus mais de 150 000 membros, com forte influência no poder local onde dirige mais de 50 câmaras municipais, com os seus deputados na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, com uma sólida implantação no movimento sindical e noutras estruturas unitárias do movimento popular, o PCP é uma grande força política nacional, indispensável à defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo.

O PCP opõe-se firmemente à política de direita do actual governo, cujas desastrosas consequências têm provocado o descontentamento e a luta de sectores cada vez mais amplos dos trabalhadores e do povo português. Para fazer frente à grave recessão económica, defender conquistas e direitos sociais básicos que estão a ser atacados, defender a democracia das perigosas mutilações de que está a ser alvo, desenvolver o país e defender a soberania nacional, o PCP propõe uma política diferente e actua invariavelmente em prol do entedimento e convergência de todas as forças democráticas na luta por uma alternativa à actual política de direita.

Camaradas,

Numa situação internacional em que os velhos fantasmas do nazismo e da xenofobia se tornam realidade quotidiana, pensamos que é importante o reforço das relações entre forças democráticas, progressistas e revolucionárias de todos os continentes. A famigerada lei de Schengen e as tentativas de criar em torno da Europa da CEE uma muralha inacessível aos povos de África são, por nós, comunistas, combatidas. Consideramos que elas se inserem num plano mais vasto de, por um lado, fazer

frente à recessão que o capitalismo enfrenta à custa dos trabalhadores e, por outro lado, agravar a exploração e a situação de dependência dos países do Terceiro Mundo, face aos países capitalistas desenvolvidos.

Queremos confirmar, na vossa terra cabo-verdiana, que, quer no domínio político institucional quer no domínio municipal, quer a nível da luta política, somos e seremos contra toda e qualquer discriminação dos cidadãos cabo-verdianos que no nosso país, em condições bem difíceis, contribuem para o desenvolvimento de Portugal.

Consideramos os trabalhadores cabo-verdianos como irmãos de classe dos trabalhadores portugueses e lutamos para que não haja discriminações e para que nos sindicatos e noutras organizações impere a unidade na luta pelos objectivos comuns dos trabalhadores.

Camaradas,

A presente situação internacional apresenta dificuldades acrescidas para as forças do progresso social e da paz. Mas é convicção profunda do PCP que com a resistência e a luta dos trabalhadores e dos povos e o fortalecimento da sua solidariedade internacionalista é possível inverter o rumo negativo dos acontecimentos e alcançar novos avanços na libertação da humanidade.

Fazendo votos para que os trabalhos do vosso Congresso sejam coroados dos melhores êxitos, manifestamo-vos, uma vez mais, a nossa vontade de continuar a agir para que se reforcem os laços de amizade, cooperação e solidariedade que há muito existem entre os dois Partidos.

Agosto, 1993

O Comité Central
do Partido Comunista Português



Chipre, 19 anos após a invasão turca (conclusão)

A prodigiosa tenacidade de um povo abandonado

■ Miguel Urbano Rodrigues

Longe, avistávamos no céu o clarão das luzes de Famagusta. Perto, em dois ecrãs gigantes, podíamos ver a cidade, os seus edifícios, as suas praias, o povo que ali vivia. Contemplávamos o passado. Famagusta foi ocupada há 19 anos.

Naquela noite de 14 de Agosto, recordávamos nos campos de Dherynia a agressão turca e as suas consequências.

No amplo terreno havia milhares de pessoas. A emoção era contagiante.

Um padre abriu a cerimónia com hinos religiosos. As palavras brotavam-lhe da boca com sentimento. Eu não entendia, mas adivinhava a dor. Um dos cânticos, muito belo, impressionou-me. Era um hino, soube depois, composto em 1453, durante o cerco de Constantinopla, nas vésperas da conquista da antiga capital do Império Romano do Oriente por Maomé II. Os defensores, com a esperança já adormecida, pediam apenas memória ao mundo cristão que os abandonara.

Em Dherynia, quando a solenidade se tornou festa, ouvimos outras canções muito diferentes. O apelo à solidariedade mantinha-se. Mas os não nos esqueçam dos cipriotas do distrito de Famagusta chegava carregado de esperança. A interpretação de obras de Theodorakis por grandes artistas contribuiu para aumentar a emoção.

Aquela gente esperou pela independência durante séculos. Com paciência. Tem uma confiança forte no futuro. Acredita que um dia o exército turco terá de deixar a Ilha. A Linha Átila passará a ser apenas lembrança e a unidade de Chipre será restabelecida.

Ouvi relatos de pessoas que estavam em Famagusta no terrível Verão do ano 74. No fundamental coincidem. Foi a 20 de Julho que os turcos invadiram Chipre. A maioria da população não se apercebeu de que estava a viver somente o prólogo de uma tragédia. Os turcos desembarcaram numa área reduzida da costa Norte e a penetração para o interior não foi grande. Julgou-se que a intervenção das Nações Unidas evitaria o pior e levaria ao rápido restabelecimento da integridade territorial da República. Era uma esperança ingénu. O governo da Turquia avaliava com mais realismo as reacções dos EUA e do Reino Unido ao desenvolvimento da agressão.

Enquanto no Conselho de Segurança se discutia e aprovava o cessar-fogo, Ankara tirava as suas conclusões e preparava a segunda fase da Operação Átila. No dia 12 de Agosto, a ofensiva turca foi retomada com meios muito mais poderosos. A força aérea realizou bombardeamentos intensos e o exército utilizou no seu ataque centenas de tanques. Dois dias depois, a 14 de Agosto, quando o avanço terminou, a Turquia ocupava mais de 37% do território de Chipre. Obviamente, os governos de Washington e Londres foram previamente informados do ataque turco.

A pequena força de defesa cipriota bateu-se com heroísmo e sofreu pesadas perdas, sobretudo nas montanhas do Norte; mas nada podia fazer contra a avalanche turca, excepto retardar-lhe a progressão.

As tropas britânicas permaneceram quietas nas suas duas bases soberanas. Oficiais e soldados de Sua Majestade limitaram-se a ver passar os turcos. Quanto aos EUA, não foram além de um protesto inexpressivo.

Quase 5000 cipriotas gregos morreram durante a Operação Átila. O número de desaparecidos atingiu 1619, entre civis e militares. Aproximadamente 180 000 pessoas, pertencentes à comunidade de origem grega, foram expulsas das áreas ocupadas ou fugiram dali durante a ofensiva de Agosto.

Famagusta foi abandonada durante a noite, antes da entrada das primeiras tropas turcas. Falei com moradores, que deixaram as suas casas apenas com a roupa que tinham vestida. Relatam com minúcia episódios daqueles dias medonhos.

Li, depois, depoimentos de políticos e jornalistas estrangeiros que, transcorridos dois anos, estiveram nas áreas ocupadas.

Famagusta ficou conhecida como «a cidade fantasma». Contrariamente ao que aconteceu em quase todas as vilas e aldeias e nas cidades do Norte, o governo de Ankara não distribuiu em Famagusta a cipriotas e a colonos grande parte dos bens imobiliários de que se tinha apropriado pela força das armas. Era praticamente impossível, a menos que fosse instalar famílias camponesas nos hotéis, nos estabelecimentos comerciais, nos bancos.

Por isso mesmo, zonas inteiras de Famagusta foram isoladas e visitantes europeus que mais tarde ali puderam entrar descreveram o cenário como fantasmático. Em algumas casas, o pão, o café nas chávenas, as toalhas, as cadeiras encontravam-se tal como estavam quando os antigos moradores fugiram da cidade, acoçados pela invasão.

A Turquia não conseguiu, por muitos motivos, manter em funcionamento o sector turístico do distrito de Famagus-

ta, de longe o mais importante da Ilha. Somente agora surgem tentativas. As autoridades turcas tentam retomar a exploração de alguns hotéis e oferecem casas por preços irrisórios. É uma actividade ilegal, criminosa à luz do Direito Internacional. A Turquia dispõe de bens, de proprietários (cipriotas gregos) expulsos pela ocupação e que se encontram hoje do outro lado da Linha Átila.

Consegui apurar, entretanto, que algumas personalidades políticas, sobretudo ingleses e alemães, aceitaram convites e favores económicos dos lobbies que na Europa servem a indefensável política da Turquia em Chipre.

Modernos hunos

A solidariedade internacional com o povo de Chipre tem sido insuficiente. A Assembleia Geral das Nações Unidas e o Conselho de Segurança condenaram a agressão e intimaram a Turquia a retirar as suas tropas e respeitar a independência e a integridade territorial da República. Posteriormente, o Conselho de Segurança condenou o chamado Estado Federal Turco de Chipre (Fev. de 1975) e a proclamação da República Turca do Norte de Chipre (Resolução 541/83).

Até hoje nenhum membro da ONU (excepto a Turquia) reconheceu esse Estado-fantasma. A Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas, o Parlamento Europeu e o Conselho da Europa têm também tomado posições de clara condenação das violações dos direitos humanos em Chipre e são incontáveis as denúncias sobre o mesmo tema vindas de organizações não governamentais. Particularmente importantes pela firmeza e minúcia foram as da Cruz Vermelha Internacional e da Amnistia Internacional. Entretanto, contrariamente ao que se verificou relativamente ao Koweit e aos conflitos no território da ex-Jugoslávia, o tema Chipre foi praticamente esquecido pelos grandes media internacionais. As grandes cadeias da televisão norte-americana, as principais agências noticiosas e jornais e revistas de expansão mundial consideram a ocupação parcial de Chipre pela Turquia um assunto ultrapassado. Os factos da agressão e as suas consequências constam de documentos irrefutáveis. Mas a sua divulgação é mínima; não interessa ao imperialismo.

Relatos das vítimas confirmam que a blitz do dia 12 de Agosto foi particularmente devastadora. A força aérea turca bombardeou hospitais, hotéis, bairros residenciais, escolas. Queimou florestas. Os invasores usaram napalm. Comportaram-se como hunos do século XX, justificando o nome de Átila escolhido para a Operação.

Na Península de Karpásia, cortada pelo avanço turco, a população não pôde fugir para o Sul. Foi essa a parte da Ilha onde maior número de cipriotas gregos permaneceu então sob ocupação estrangeira. Inicialmente ficaram uns 14 000, sobretudo camponeses idosos e crianças. A sua existência passou a ser uma sucessão de dias angustiosos. Os turcos transformaram igrejas em mesquitas, profanaram cemitérios, fecharam escolas, saquearam mosteiros centenários, venderam a colecionadores estrangeiros mosaicos e ícones de valor incalculável. Em toda a área ocupada a soldadesca violou mulheres, por vezes na presença dos maridos e filhos, assassinou, torturou, destruiu. Em Karpásia vivem hoje somente 500 cipriotas gregos...

Transcorridos 19 anos, continua a ignorar-se o que aconteceu aos 1619 desaparecidos. Alguns prisioneiros foram levados para a Turquia e entrevistados por rádios da Anatólia. As suas fotografias apareceram publicadas em jornais turcos. Apesar disso, o governo de Ankara nega tudo. Simula desconhecer as próprias provas turcas quando estas lhe são apresentadas. Alega sempre nada saber a respeito de qualquer dos desaparecidos. A Turquia violou repetidamente as Convênções de Genebra e Haia, por ela subscritas.

Na introdução que redigiu para o Relatório da Subcomissão do Senado incumbida de estudar o problema dos refugiados cipriotas, o senador norte-americano Edward Kennedy incluiu parágrafos como este: «A desolação e a destruição marcam muitas áreas. Aldeias inteiras, vilas e cidades estão totalmente vazias porque os moradores abandonaram as suas casas, fugindo diante do avanço das forças turcas. Os 15 000 a 20 000 gregos que ali ficaram transformaram-se em reféns virtuais, confinados nos lugares de residência e habitualmente separados das famílias, sem alimentação adequada, sem água e sem assistência médica.»

Poligamia turca

A estrutura demográfica de Chipre foi brutalmente alterada pela ocupação. Não há estatísticas confiáveis porque as autoridades turcas negam-se a cooperar. Mas num relatório discutido e aprovado pelo Conselho da Europa — após prolongado boicote da delegação turca — a gravidade da situação criada por Ankara é sublinhada.

Mais de 80 000 colonos turcos foram instalados na zona ocupada (*). A maioria veio de regiões atrasadas do interior da Anatólia, mas chegaram também refugiados búlgaros de origem turca. Muitos dos recém-chegados trouxeram três e quatro mulheres e 15 e 20 filhos. A poligamia passou a ser comum em aldeias do Norte de Chipre.

Essa gente foi alojada em casas onde antes moravam cipriotas gregos, recebeu terras, estabelecimentos comerciais e outros bens materiais roubados aos antigos proprietários. Muitos oficiais e soldados das forças de ocupação também foram premiados com terras e vivendas ao serem desmobilizados.

Uma parcela importante da minoria turca reagiu, contudo, desfavoravelmente à política separatista de Ankara e à vinda de colonos. A língua comum não podia eliminar o fôss cultural. As relações com os vizinhos gregos eram em muitas aldeias boas e em certos casos cordiais. O mesmo não se verifica no contacto com muitas famílias vindas da Turquia.

O sigilo de Ankara sobre o número de cipriotas turcos que emigraram desde a ocupação dificulta as estimativas. Mas deputados do Conselho da Europa que estudaram a questão avaliam em 30 000 o total dos que deixaram a Ilha após 1974.

Uma situação paradoxal está a esboçar-se na zona ocupada. Numa população de aproximadamente 210 000 pessoas (incluindo 40 000 militares), os cipriotas turcos constituem já uma minoria na pseudo-República Turca do Norte de Chipre.

O «milagre» cipriota

Os 37% do território da Ilha ocupados pela Turquia incluíam as áreas economicamente mais importantes de Chipre. Antes da invasão, o distrito de Famagusta representava 65% da capacidade hoteleira do país e gerava 70% do Produto Interno Bruto. Não era somente o centro das actividades turísticas, bancárias e comerciais. A agricultura tinha também nas férteis planícies de Famagusta o seu pólo de desenvolvimento.

Tudo isto se perdeu.

Como pode a República de Chipre sobreviver? — perguntam os turistas, impressionados com a prosperidade relativa do país.

Não só sobreviveu como Estado soberano como se desenvolveu economicamente. A primeira grande tarefa foi construir casas para mais de 180 000 refugiados expulsos pela agressão turca, isto é, quase um terço da população de origem grega (590 000).

O milagre cipriota — porque aquele povo fez o que parecia impossível — foi viabilizado pela participação popular. Os resultados estão à vista e suscitam o assombro de economistas de todo o mundo. Chipre, em menos de dois terços da sua superfície, produz hoje mais do que se produzia antes na área total da República. Apesar de um clima semidesértico, com índices pluviométricos médios inferiores aos do Alentejo, quase 70% dos alimentos consumidos são produzidos na Ilha. A produção per capita de cereais é muito superior à portuguesa. Chipre consegue exportar batatas (60 milhões de dólares por ano), cítricos (45 milhões), vinhos e uvas de mesa (25 milhões), hortaliças (8 milhões), e até cevada. A água das chuvas não chega ao mar; é ingetralmente captada para regadio e abastecimento às áreas urbanas e aos complexos turísticos.

Primeira fonte de receitas, o turismo atrai anualmente à Ilha quase milhão e meio de visitantes, proporcionando ao país cerca de 1400 milhões de dólares.

De todos os indicadores, o mais expressivo é o relativo à renda per capita. Antes da invasão, esta mal atingia os 110 dólares. Agora, não obstante a ocupação da quase totalidade do distrito de Famagusta e das áreas do litoral Norte onde se concentravam outros importantes complexos hoteleiros e belos monumentos da Antiguidade, o rendimento cresceu dez vezes. Este ano, o PIB deverá ultrapassar os 11 000 dólares, quase o dobro do português.

Na República, o analfabetismo, que era elevado durante o domínio britânico, foi praticamente extinto e a percentagem de população universitária é hoje das mais altas da Europa.

AHRAMAN
IEHMETÇİK

KIBRIS'ta



Não cabe neste artigo a análise de aspectos da política interna do país. Mas para compreensão da história contemporânea de Chipre e da prodigiosa recuperação ocorrida é indispensável chamar a atenção para o papel decisivo que nela desempenhou o AKEL, o partido marxista-leninista da Ilha.

A imprensa internacional fala pouco do AKEL por ele ser um exemplo de que a fidelidade aos princípios é para os partidos revolucionários a melhor forma de resistir às tempestades da História. Nas últimas eleições realizadas em Chipre, o AKEL, não obstante o terramoto que havia destruído o socialismo na Europa e provocado a desagregação da URSS, obteve 30,6% dos votos emitidos, ou seja a preferência de quase um terço do eleitorado. No parlamento é a segunda força política, logo após o «Democratic Rally Party» (35,8%) e à frente do «The Democratic Party» (19,5%) e do «The Socialist Party» (10,9%).

As cumplicidades

Como está a evoluir a crise cipriota?

Não evolui. A responsabilidade pela actual estagnação cabe à Turquia cuja intransigência absoluta somente é possível pela cumplicidade dos EUA e do Reino Unido.

Pouco depois da invasão, elementos da comunidade turco-cipriota sugeriram que a constituição de uma República Federal poderia eventualmente ser a única solução susceptível de levar ao restabelecimento da unidade na Ilha. O governo da República mostrou-se receptivo, e nos encontros entre o presidente Makários e o líder da minoria turca, Denktash, a hipótese federal foi largamente debatida.

Os sucessores de Makários — os presidentes Vassiliou e Kyprianou — mantiveram na agenda das negociações o projecto federal. Mas Ankara sabotou essa possibilidade. Raulf Denktash, cada vez mais distanciado do sentir dos cipriotas turcos, aumentou as exigências, comportando-se como um porta-voz da posição de Ankara. A sua má-fé ficou expressa num desabafo que lhe valeu imediatos elogios do governo turco: «Aquilo que foi conquistado em operações militares não pode ser devolvido à mesa das negociações.» Atitudes como essa reflectem a mentalidade dos governantes turcos.

Quando presidente do seu país, o general Evren afirmou, numa entrevista à rádio: «As Forças Armadas turcas asseguram a eterna e feliz existência do Estado turco, que é um legado dos seus sublimes líderes (...) Chipre que é parcela inseparável da Turquia...»

Somente no período mais negro da ditadura fascista de Salazar se usou em Portugal tal linguagem. Ela ajuda a compreender a posição da Turquia na questão de Chipre. Ignorou sistematicamente as Resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança, condenatórias da invasão e da ocupação da parte Norte da Ilha.

As delegações turcas, independentemente dos partidos que as constituem, comportam-se, aliás, no Conselho da Europa e na UEO (organização onde têm o estatuto de convidadas) com uma sobrançeria e uma hipocrisia chocantes. Sou disso testemunha.

Ankara tem fechado todas as portas ao diálogo construtivo.

Em 1978, o secretário-geral da ONU, então Perez de Cuellar, propôs o regresso a Famagusta dos seus habitantes e a colocação da cidade sob controlo das forças da ONU. A minoria turca em Famagusta era inexpressiva e, quatro anos após a invasão, a cidade continuava praticamente desabitada, como um grande fantasma.

Inicialmente, os negociadores turcos hesitaram. O assunto foi discutido num encontro inconclusivo entre o presidente Kyprianou e Denktash. Mas a proposta não foi adiante. As exigências apresentadas pelos turcos são sempre inaceitáveis.

O boicote turco

Em Agosto passado, durante um encontro com o arcebispo Crisóstomo — actual chefe da igreja ortodoxa cipriota — em Nicósia, deputados de diferentes países europeus convidados pela Câmara de Famagusta (no exílio) formulámos uma pergunta incómoda: «Mantém o vosso povo a esperança na reunificação da Ilha? Em caso afirmativo, que se pode fazer para a concretizar?»

O sucessor de Makários como chefe religioso foi muito claro: «Enquanto as tropas turcas permanecerem em Chipre não vejo solução possível. É imprescindível que saiam para que as negociações possam avançar. Penso que estão iludidos os que confiam numa democratização real do regime turco. Com raríssimas excepções, os turcos estão persuadidos de que um dia poderão ocupar a totalidade de Chipre. Esperam por uma oportunidade, sem data no calendário, para anexar a Ilha...»

O arcebispo é um homem extrovertido, confiante, que vai directamente ao fundo das questões.

«Aos Estados Unidos — disse — cabe uma grande responsabilidade pelo impasse nas negociações. Se Washington exercesse pressão sobre a Turquia, Ankara seria forçada a ceder. A Turquia depende da ajuda económica e militar norte-americana. Quanto ao Reino Unido, a sua passividade somente favorece a Turquia. Os ingleses conservam na Ilha duas enormes bases. Mas assistiram de braços cruzados à invasão e à ocupação. Não usam também a sua influência em Washington. Poderiam conquistar o coração dos cipriotas com um pouco de boa vontade. Mas nada fazem por isso...»

Pedimos ao arcebispo que definisse a sua posição perante a hipótese do federalismo.

A sua resposta foi lacónica:

«Não acredito. Somos um país demasiado pequeno para que uma República Federal possa funcionar na prática e ser benéfica.»

O presidente da República, Glafcos Clerides, no encontro que teve com o nosso grupo de parlamentares, esclareceu que para os turcos o federalismo se tornou, aliás, assunto superado. Agora falam de Confederação. «Não nos surpreendeu a mudança. A ideia da Confederação é absurda. Propondo o inaceitável, e recusando a entrega de Famagusta às Nações Unidas e o regresso dos antigos moradores às suas casas da cidade, o governo turco trata de congelar o diálogo.»

Na Linha Átila

Quando pela primeira vez me aproximei da Linha Átila, não longe da aldeia de Dherynia, garotos turcos, próximo das casas de um povoado, apascentavam um rebanho de cabras. Viram o nosso grupo e começaram a gritar: «Vão-se embora!» — berravam.

Percebi logo que aquelas imagens iriam acompanhar-me por muito tempo.

O lugarejo era de colonos. Os meninos — explicaram-me — passaram aos insultos.

Os mecanismos daquela reacção emocional provocaram em mim uma reacção de dor. Afinal, eles estavam na pastagem com gado pertencente aos antigos moradores, viviam em casas que haviam sido construídas por camponeses gregos expulsos dali. Tal como outras crianças em situações similares, noutras épocas, aqueles meninos não podiam entender...

Na lonjura, as mães dos adolescentes regougavam. A separar-nos dos pastorzinhos turcos e do seu rebanho havia uma dupla cortina de arame farpado instalada pela base inglesa. No meio, um barranco onde cresciam cardos e outras ervas bravias. Era a terra de ninguém...

Os garotos somente suspenderam a gritaria quando do alto da torre da igreja, já iluminada, porque o crepúsculo descia sobre a Terra, soou a voz do imã chamando os fiéis à oração da noite.

A igreja fora transformada em mesquita.

«Você compreende?» — perguntou-me com alguma secura uma jovem cipriota grega. — «Percebe o que significa para nós a Linha Átila? Eu sou de Famagusta, mas a minha mãe nasceu numa das casas que rodeiam esta igreja. Entende?»

Não sei exactamente o que lhe respondi. Mas foi naquele momento que decidi escrever algumas páginas sobre Chipre como forma de solidariedade ao meu alcance.

(¹) Essa estimativa foi divulgada pelo diário cipriota turco «Yeni-duzen», na sua edição de 14 de Fevereiro de 1990.

A insegurança generalizada e o bode expiatório

■ Carlos Gonçalves

Para muitos "media" e outros tantos "analistas" subitamente, surpreendentemente, eis que a marginalidade, a violência, o racismo e a xenofobia ganharam o estatuto de gravíssimos problemas nacionais, eis que as primeiras páginas dos jornais e telejornais se encheram de títulos estupefatos sobre o assunto.

Não surpreende tanta surpresa.

Para observadores distraídos da realidade nacional ou para os que a interpretam a partir das notas oficiais do Governo nada permitia prever a generalização da insegurança pública.

Mas estava à vista

Ainda em Abril, o MAI, contentinho, disciplinado e alinhado na laudatória do Governo, entoava loas aos resultados da sua política de segurança interna, que estava (afirmava) a moderar a curva do crescimento da marginalidade.

Eram os tempos da panegírica do "oásis" e o PS, bem comportado, lá ia fazendo a oposição conforme a encomenda: 0,5 para aqui, 0,5 para acolí.

Mas era então que se adensavam as nuvens negras sobre a situação social geradora de marginalidades, que se adivinhavam o desemprego galopante, a recessão e a destruição dos sectores produtivos nacionais, que se pressentia o garrote do Orçamento de Estado anti-social e maastrichtiano e se perfilavam os efeitos dos cortes na saúde, na segurança social, na educação, na habitação e na segurança das populações.

Estavam à vista, e o PCP previu e preveniu os efeitos dessa política, disse e redisse que a situação ia descambar, que a chamada "reestruturação das Forças de Segurança" facilitaria a generalização da insegurança, que a sanha contra os imigrantes favoreceria um surto de racismo e xenofobia, que a falta de vontade política para enfrentar a toxicoddependência e o narcotráfico agravaria a situação e que o vezo autoritário do Governo utilizaria o clima de insegurança para justificar medidas crescentemente antidemocráticas e repressivas.

O bode expiatório

Hoje em dia, o agravamento da situação social é um dado irrefutável e o desgaste do Governo e do seu PSD é ineludível, não há sondagem, malabarismo, ou sequer guerrilha institucional que os escamoteiem.

Assim, para Cavaco Silva, este é o momento de moralizar os correligionários hesitantes, de segurar os apoios em fuga. Este é o momento em que se impõe, como ensinava Maquiavel, uma "guerra santa" contra um "inimigo", o momento do bode expiatório, mas adaptado aos dias de hoje, sem conquistas em África, fogueiras de Inquisição ou "ameaça de leste".

E o bode expiatório aí está: é o mal disfarçado acicate do racismo e da xenofobia, é a metamorfose habilidosa de asilados e imigrantes em marginais e criminosos.

O Governo do PSD, para tentar fugir às dificuldades, faz o mal e a caramunha, com uma mão atea o alarmismo, o racismo e a xenofobia, com a outra impõe um acervo de medidas de polícia e limitações aos direitos dos cidadãos.

E, por esta via, procura ainda branquear os serviços de informação e as actuações repressivas (como a de Trofa), aumentar a pressão na frente da guerrilha institucional, levar a cabo uma manobra de diversão que debilite a resposta de massas à sua política e ainda forjar um instrumento de propaganda para as eleições autárquicas.

É de facto uma manobra ambiciosa e convém não subavaliar os perigos que comporta, sobretudo por fazer apelo a preconceitos ancestrais, dificilmente contornáveis.

Mas é uma manobra de quem "entrou em perda" e procura quase desesperadamente recuperar a iniciativa, uma manobra que não hesitou em socorrer-se de "O Independente" para se concretizar, que não recuou na instrumentalização do SIS, não apenas como polícia política, mas até

como protagonista dos "factos políticos" convenientes para credibilizar a encenação.

Uma manobra com apoios na extrema-direita parlamentar e extra-parlamentar e de recorte anti-democrático, ultramontano e reaccionário e que, a prazo, pode debilitar ainda mais o Governo e favorecer a sua queda.

As respostas

Está criada uma situação de insegurança generalizada, quanto a isso não restam dúvidas.

As responsabilidades cabem sobretudo ao PSD e aos seus 13 anos no Governo e mais concretamente a Cavaco Silva e à sua desastrosa política económica, social e, claro, de segurança das populações.

Perante este quadro e o respectivo bode expiatório, as respostas não estão certamente na fuga para a frente, na mera responsabilização deste ou daquele aspecto da política do Governo, como faz o PS com o desemprego, ou menos ainda em propostas imponderadas como a impossível responsabilização de polícias municipais pela segurança dos cidadãos (isentando o Governo de responsabilidades e transferindo encargos para as Autarquias).

A resposta passa necessariamente por um conjunto de políticas alternativas.

Uma política que invista na estabilidade do tecido produtivo, no emprego e na melhoria das condições de vida das populações, que abandone os critérios de convergência nominal de Maastricht e preconize a coesão económico-social.

Uma política de efectiva integração das comunidades imigradas, de combate à marginalização e à "guetização".

Uma política de segurança e tranquilidade pública essencialmente preventiva, com forças de segurança desgovernamentalizadas, modernas e eficazes, dotadas dos meios humanos e materiais suficientes, colocadas no terreno conforme necessário e dando satisfação às reivindicações das populações, entrosadas com o tecido social, as comunidades de imigrantes e as autarquias, através de Conselhos Municipais de Segurança dos Cidadãos (conforme proposta legislativa do PCP, que mereceu acolhimento generalizado na A. R. mas que posteriormente o PSD recusou liminarmente).

A resposta passa pela substituição deste Governo e desta política por um Governo e uma política democráticos. Tão cedo quanto possível.



Bolsas dão milhões de lucro Crise para o trabalho «Eldorado» para o capital

■ Pedro Tadeu

Três trimestres sucessivos de alta nas Bolsas de Valores portuguesas estão a gerar lucros da ordem dos 200 por cento em menos de um ano a especuladores que tiveram a «arte de adivinhar» as subidas de cotações de certas empresas, entre as quais algumas que atravessam períodos de profunda crise. A crise económica do país não é, definitivamente, para todos, e há quem possa dormir descansado investindo uns quantos dinheiros em lucrativas acções de empresas de futuro duvidoso, ainda por cima com os «simpáticos» benefícios fiscais com que o Governo contempla os lucros do capital, em contraste com a carga fiscal que os rendimentos do trabalho têm de suportar. Mas, um dia, a economia real «cairá» na bolsa e já há quem preveja o fim desta época de lucros astronómicos: Janeiro de 1994.

Despedimentos de centenas de trabalhadores, encerramento de unidades de produção, acumulação de milhares ou mesmo milhões de contos de dívidas à banca e segurança social, incumprimento de pagamentos devidos a empréstimos obrigacionistas, dificuldades de tesouraria, acumulação de prejuízos, parecem, contraditoriamente, ser os ingredientes para uma receita de sucesso na Bolsa. O paradigma será a Amadeu Gaudêncio, há poucos meses dada como à beira da falência, mas cujos títulos subiram mais de 186 por cento este ano. Como em outros casos, o anúncio de próximos despedimentos e um projecto de

reconversão que passa pela possibilidade de venda ou, em alternativa, pela aplicação do «truque» da criação de uma nova empresa que conte com o activo da empresa original e fique sem o actual passivo da construtora, parecem ter sido suficientes para acalmar os eventuais receios dos investidores bolsistas ou, talvez, tenham mesmo estado na base dessa aposta sem precedentes.

Também a Lisnave viu este ano as suas acções valorizadas em 191 por cento, depois de anunciar a intenção de despedir milhares de trabalhadores e de proceder a uma reconversão do sector de reparação naval no país que, caso o Governo apoie, concentraria o sector nas mãos do Grupo Mello e permitiria a rápida realização de milhões de contos com a exploração dos terrenos que ficariam vagos, depois de desactivados os estaleiros de Lisboa. Nem a previsão de que os lucros financeiros desta manobra só seriam visíveis em 1996 assustou os especuladores bolsistas.

Outros exemplos similares poderiam ser dados (Tertir, Celulose do Caima, etc.), num mercado em verdadeira ebulição e onde não têm lugar os pequenos investidores particulares, pois teriam de lidar com elevados custos administrativos para suportar uma «entrada no negócio». A compra do «bilhete de lotaria premiado» não é para todos!

A subida das acções é um fenómeno generalizado e é evidente que empresas estáveis estão igualmente a dar elevados lucros na Bolsa. Tudo começou desde que, final-

mente, as taxas de juro baixaram. As empresas têm agora de suportar menores custos no pagamento de dívidas à banca e dispõem de mais dinheiro, por outro, os cerca de nove por cento líquidos com os depósitos bancários neste momento rendem fazem com que investidores, que antes não queriam arriscar a colocação de capitais na Bolsa, o façam agora, pois mesmo acções de baixo rendimento dão actualmente lucros superiores aos depósitos a prazo.

Assim se explica que por um lado cresça o número de falências e aumente o desemprego - dada a crise económica - enquanto por outro lado os capitais investidos na Bolsa dão lucros espectaculares.

Nada que não fosse previsível, tal como não o é o fim deste «Eldorado» do capitalismo português, que terá de procurar o lucro fácil em outro local: responsáveis das Bolsas e alguns correctores disseram já à comunicação social que até ao fim do ano se assistirá a um abrandamento deste crescimento, ajustando-se a especulação à real situação económica que vivemos. É que este período de alta sucede a quatro anos de quebra e estagnação, e o que agora se assiste seria uma mera reposição das perdas ocorridas, multiplicada pelo carácter especulativo inerente às Bolsas que faz com sejam sempre maiores as subidas e as descidas das acções em relação à realidade das contas das empresas.

Querirá isto dizer que, depois deste período, a queda anunciada será tão grande como a subida?

Gazetilha

Toca, sino!

Em Cascais já grassa
já grassa a massa
do Stanley Ho.
Se alguém graça
a isto achou
saiba que onde a massa
passa
amassa
quem a amassou.

Massa que ameaça lá
é abismo, é arma, é grude.
E o Stanley já terá
em Cascais quem o ajude.

Actualidade

Na sede do Rato um rato
ratou guardada iguaria.
Era, na quadra sombria,
rato com óptimo trato.

Ratos há mais onde um rato
rói e rói na confusão.
Lá no Rato a solução
melhor, é arranjar um gato...

O castigo

A tese de Almeida Santos
dá calafrios e espantos.

Que se demita o Cavaco?
Não senhor, diz ele. Assim
alargando-se o buraco
que já sentimos na pele
ir Cavaco até ao fim
será castigo pra ele...

Rapaz, que sombra te impele?
Donde veio a tua voz?
Mas o castigo é pra ele
ou é castigo pra nós?...

Unita

A cara da mentira e da peçonha.
Onde ela está só a traição reside.
Sujas as mãos de sangue em suja lide
estar com ela é já uma vergonha.

Laivos de pus na máscara risonha
só em rotas diabólicas progride.
Ponte de Salazar, braço da PIDE
falar com ela é já uma vergonha.

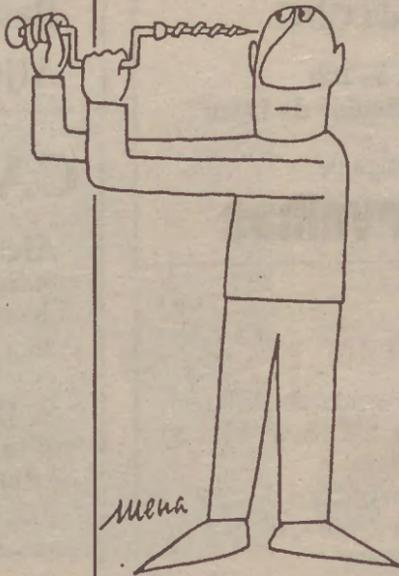
Infamante um momento dar-lhe guita
comer com ela as papas da marmitta
mandar recados ao capitão-mor.

Mas tê-la, a ela, em grande pompa ao pé,
«como estão vossas excelências!», é,
de todas as vergonhas, a maior.

■ IGNOTUS SUM

Decoração de mau gosto

“Decepção”, “desapontamento” e “frustração” foram termos registados pelas televisões da parte dos participantes no jantar dos Analistas Financeiros, em relação à alocução de Braga de Macedo. Todos esperavam novidades, informações, factos, dados sobre a situação e as perspectivas e não a propaganda da política governamental à mistura com alguns princípios gerais com que o ministro os mimoseou. Alto lá! Não se pode dizer que Macedo não revelasse a sua pancada para a originalidade. Por exemplo, quando desaconselhou o investimento em



Espanha por causa das “divisões regionais” deste país (o que é capaz de causar alguns dissabores ao ministro dos Negócios Estrangeiros) ou quando negou que algum membro do Governo tivesse usado a expressão de “escudo forte”. Entretanto, quem fala em concreto sobre os buracos orçamentais e outras questões do Ministério das Finanças é a secretária de Estado, Manuela Ferreira Leite, como aconteceu em entrevista recente à imprensa diária em que anunciou o orçamento suplementar, o timing para a sua aprovação em Conselho de Ministros e apresentação à Assembleia da República e até da redução dos benefícios fiscais em 1994. Confirmará isto que com o eclipse do oásis se verificou de facto a rendição do seu autor ou, como dizem outros, com idêntica brutalidade, que Braga de Macedo está reduzido ao papel de figura decorativa? Que decoração de mau gosto, dizemos nós.

Uma calculadora para a “Visão”

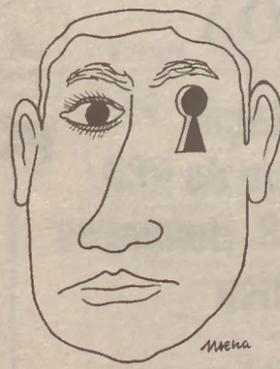
A ignorância alastra desenfreada e o cavaquismo constitui o caldo de cultura que propicia a sua arrogante ostentação. O primeiro-ministro, Cavaco Silva celebrizou-se como expoente desta sombria evolução ao atribuir ao escritor alemão contemporâneo Thomas Mann a autoria da famosa Utopia do humanista inglês Tomas More (morto em 1535). Parece ter sido para não deixar a “cultura” em mãos alheias que o secretário de Estado da Cultura, Santana Lopes, incorreu em patacoada do mesmo calibre ao anunciar a sua preferência pelos “concertos para violino de Chopin”. Inscreve-se nesta atmosfera asnática o disparate cometido pela revista “Visão” ao escrever na rubrica “Tendências”: “O fundador do PCP, Álvaro Cunhal...”. Na ligeireza convencida, o autor do texto e os responsáveis da revista nem repararam que referiam adiante os 80 anos que o Presidente Nacional do PCP completa em breve. Ora, o PCP foi fundado em 1921 e nessa altura Álvaro Cunhal tinha 8 anos.

A asneira podia ter sido evitada com algum respeito pela história, um pouco de profissionalismo... e uma simples calculadora, também.



A confissão de Moura

Finalmente, Barros Moura confessou que em matéria de integração europeia é um federalista. Achemos que já toda a gente tinha percebido isso. Pelos vistos, só o próprio é que não tinha percebido ou não



considerou oportuno revelá-lo. Muito curiosas são as razões da confissão. Falha o Mercado Único; fracassa o SME; a “convergência das políticas macro-económicas” produz “consequências económicas e sociais catastróficas”; a CEE está “perigosamente à beira da desagregação” - tudo isto reconhece agora Barros Moura contrariando o optimismo que pregou há tempos atrás. Reconhece tudo isto, mas tem uma solução milagrosa na carteira: o federalismo. É o mais rematado exemplo da fuga para a frente. Só que a fugir desta maneira, Barros Moura pode estatelar-se antes de alcançar o almejado lugar na lista do PS para o Parlamento Europeu...



Com tais amigos...

Quem seriam “os amigos” que convenceram Guterres a defender as polícias municipais para combater a criminalidade, com revisão da Constituição e tudo? Como a generalidade dos comentadores demonstrou, a proposta é insensata, perigosa e desestabilizadora. Lembra, terrivelmente, outras fíftas da actual Direcção do PS, sempre que pretende à viva força polarizar artificialmente as atenções e tomar a iniciativa política. É caso para dizer que com tais amigos, Guterres nem precisa de inimigos.

frases da Semana

“O poder de Cavaco assentou no crescimento económico e esgotou-se com ele. Esgotado o crescimento, o cavaquismo arriscava-se a ser visto como um folgado que correu mal. A solução foi tentar colmatar, através do discurso da insegurança, a ausência de um projecto social mobilizador.”
☞ (José Valente - «Público», 9.09.93)

“Há várias posições no PS sobre o assunto (Lei do Asilo), o que não deixa de me preocupar. Tomam-se posições sem conhecimento anterior suficiente. (...) Devia haver mais colaboração e ouvir-se quem tem experiência nos diversos assuntos. Por exemplo, os meus camaradas votaram contra o pedido de autorização legislativa feito por Dias Loureiro, quando eu, enquanto ministro, apresentei também um pedido de autorização legislativa igual.”
☞ (Eduardo Pereira - «O Independente», 9.09.93)

“A palavra de Deus pode oferecer as soluções para as situações problemáticas, como a coexistência de culturas diversas num mesmo local, as mudanças demográficas profundas, a passagem de um sistema político e económico para outro e, também, a abertura a outros povos com os quais o contacto se tornou difícil.”
☞ (João Paulo II, à chegada à Letónia - «Público», 9.09.93)

“Apenas não se convidaram dirigentes da Plataforma de Esquerda para assinar o documento porque a ideia não é discutir a esquerda em geral, mas apenas a possibilidade de trabalho comum entre esta esquerda.”
☞ (elemento subscritor da «Iniciativa por uma nova cidadania», citado em «Expresso», 11.09.93)

“Temos um perfil consolidado em termos de “caras”, como o José Alberto Carvalho, a Alberta Marques Fernandes (na informação), a Catarina Furtado e a Paula Moura Pinheiro (no entretenimento).”
☞ (Manuel S. Fonseca, director-adjunto de programas da SIC - «Expresso», 11.09.93)

“Quatro cabeças é menos que oito pés”
☞ (Tomislav Ivic, citado em «Público», 14.09.93)

LISBOA

**Apresentação
dos candidatos do PCP
à Freguesia de S. Domingos
de Benfica**

Sessão pública
Convívio

Com a participação do camarada

Álvaro Cunhal

Sábado - 16h30
Refeitório da Escola nº 110/140
(R. António Feijó)

Comício
Porto

24 de Setembro (6.ª feira) – 21.30 h.

Cinema do Terço
(ao Marquês)

com a participação de

Carlos Carvalho

Sábado, dia 18

Carlos Carvalho
no Distrito de Beja

Brunheiras – Encontro com a população – 12h

Odemira – Almoço com candidatos e apoiantes da CDU – 13h

S. Teotónio – Encontro com a população – 15h30

Saboia – Encontro com a população – 17h

St.ª Clara-a-Velha – Encontro com a população – 17h40

Lusianes – Encontro com a população – 18h30

Garvão – Encontro com a população – 19h30.

Jantar-convívio – 20h

Panoias – Festa CDU – 21h

Aljustrel – Sessão pública – 22h

CASCAIS

APRESENTAÇÃO
DOS CANDIDATOS JOVENS

aos órgãos autárquicos do concelho,
com a presença de Carlos Sota,
Vitor Silva
e dos candidatos jovens

Segunda-feira, dia 20, às 22h
DISCOTECA COCONUTS

SETÚBAL

Jantar-convívio de candidatos
e apoiantes da CDU

Sexta-feira, às 20h
no restaurante "Grelhador da Doca"

com a presença de

Carlos Carvalho

CASCAIS

Alcabideche – Plenário de militantes e candidatos da CDU no sábado: a partir das 16h, no Centro de Trabalho de Alcabideche, com a participação do camarada Luís Sá.

S. Domingos de Rana – Plenário de militantes do PCP e candidatos da CDU no domingo:

Às 13h - Almoço-convívio (*inscrições até hoje, dia 16*).

Das 14h30 às 17h - Plenário (situação política; objectivos eleitorais; iniciativas até às eleições).

No Centro de Trabalho de Tires, com a participação do camarada Romeu do Rosário.

SEIXAL

Apresentação pública
das propostas do PCP
para a melhoria das acessibilidades
e transportes entre os concelhos
de Almada/Barreiro/Seixal
e a cidade de Lisboa

Sexta-feira, dia 17, às 16h30
na Sociedade Musical Timbre Seixalense

Com a participação do camarada

Carlos Carvalho

OEIRAS

Algés – Plenário de militantes do PCP residentes em Algés: sábado, dia 18, às 15h, no Centro de Trabalho de Algés.

Algés – Plenário dos candidatos da CDU à Freguesia de Algés: quarta-feira, dia 22, no Centro de Trabalho de Algés.

GONDOMAR

Plenário da CDU: no Centro de Trabalho de Valbom, sexta-feira, dia 17, às 21h30.

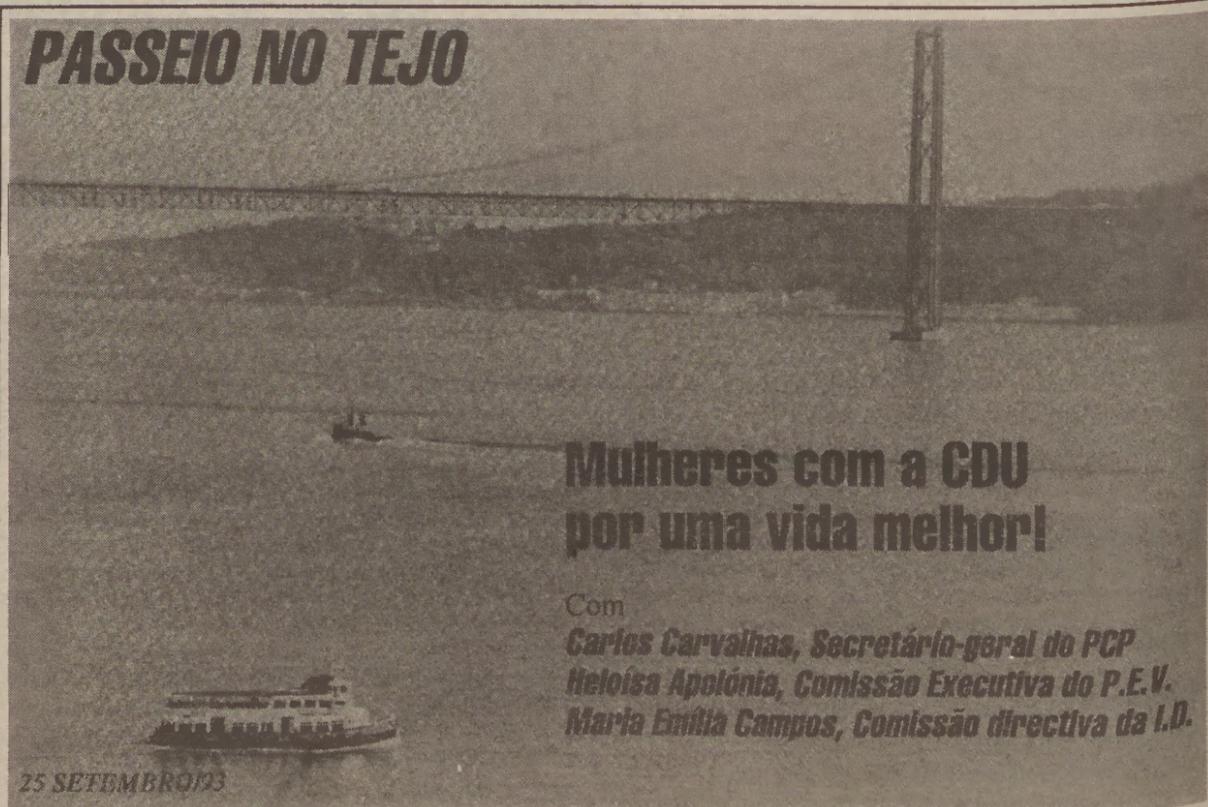
EXPOSIÇÃO HOMENAGEM NACIONAL

NÁTÁLIA CORREIA



Teatro Maria Matos
13 a 20 de Setembro de 1993

PASSEIO NO TEJO

Mulheres com a CDU
por uma vida melhor!

Com
Carlos Carvalho, Secretário-geral do PCP
Heloísa Apolónia, Comissão Executiva do P.E.V.
Maria Emília Campos, Comissão Directiva da I.D.

25 SETEMBRO/93

* Ponto de Encontro no cais de embarque dos barcos do Montijo (Praça do Comércio), às 14.30 horas

* Partida às 15 horas e regresso às 18.30

* Apontamentos culturais com Luísa Basto

* Preço: 750\$00 (inclui um cálice de Porto mediante a apresentação do bilhete)

* Para confirmar a sua presença e adquirir bilhetes pode telefonar para os n.ºs 356 27 15, 355 81 76/9 (camarada Paula Sousa), dirigir-se ao Centro de Trabalho Vitória (Av. da Liberdade, 170) ou a qualquer outro Centro de Trabalho do PCP.

Agenda Televisão

Quinta, 16

- 08.05 Notícias
09.00 Rua Sésamo
09.30 Crônicas de Narnia
10.00 Pela Manhã
12.00 Culinária
12.10 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Supermercado Americano
14.25 Quantum Leap
15.15 Cruel Vitória
17.00 Agora Escolha
18.30 Roda da Sorte
19.00 A Banqueira do Povo
20.00 Telejornal
20.30 O Dono do Mundo
21.30 Isto Só Vídeo
22.00 Você é Excepcional
23.10 Repórter de Guerra
00.15 24 Horas

- 11.00 Infantil
12.00 Uma Família no Jardim Zoológico
12.40 Livres e Selvagens
13.40 As Aventuras de Robin Hood
14.10 Departamento S
15.05 Ponto por Ponto
16.05 Força Bruta
16.55 A Malta de Degrassi
17.25 Jogo de Damas
18.15 Vamp
19.00 Um, Dó, Lí, Tá
20.00 Magazine "Saúde"



"Mau Tempo no Canal", adaptação para televisão do romance de Nemésio, pela equipa da RTP-Açores que produziu, com geral aplauso, "Xailes Negros": a partir de sábado no Canal 1

- Pública
20.30 A Dança
21.35 Deus nos Acuda
22.30 TV2 Jornal
23.15 Remate
23.25 Sinais do Tempo
00.15 O Vigilante da Estrada

- 16.30 Notícias
16.40 Corridas de Camiões
17.25 Santa Bárbara
18.00 Notícias
18.10 Roque Santeiro
19.00 Praça Pública
19.30 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Minas e Armadilhas
22.20 Repórter da Meia-Noite
23.10 Corações em Chamas
23.45 Último Jornal
00.10 Donos da Bola
00.15 Campeonato Mundial de Surf
00.20 Sangue e Orquídeas
01.20 MTV

- 12.00 Rica Saúde
12.30 A Casa do Tio Carlos
12.55 A Amiga Olga
13.20 Uma Casa na Pradaria
14.00 O Jardim Mágico
17.05 A Casa do Tio Carlos
17.30 Animação
17.45 Lágrimas
18.30 Lassie
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação
20.05 Fórum
20.35 Quem Sai aos Seus
21.05 Parker Lewis
21.35 Marés Vivas
22.25 Bairro da Lata
00.25 Informação
00.40 Hunter
01.30 Fórum
02.00 Meteorologia

Sexta, 17

- 08.05 Notícias
09.00 Rua Sésamo
09.30 Crônicas de Narnia
10.00 Pela Manhã
11.55 Culinária
12.10 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Desportos Fantásticos
14.25 Quantum Leap
15.15 O País de Onde Eu Venho
16.55 Agora Escolha
17.00 Brinca Brincando
18.30 Roda da Sorte
19.00 A Banqueira do Povo
20.00 Telejornal
20.30 O Dono do Mundo
21.30 Nico d'Obra
21.55 Top Gun - Ases Indomáveis
23.45 24 Horas
00.25 Um Delírio de Mulher

- 11.05 Infantil
12.00 Uma Família no Jardim Zoológico
12.40 Livres e Selvagens
13.40 As Aventuras de Robin Hood
14.10 Departamento S
15.05 Ponto por Ponto
16.05 O Mundo Animal
16.55 A Malta de Degrassi



A história social e a importância cultural da Dança numa excelente série de oito episódios, a exibir à quinta-feira na TV2 (desde hoje até 4 de Novembro)

- 17.25 Jogo de Damas
18.15 Vamp
19.00 Um, Dó, Lí, Tá
19.30 Outras Margens
20.00 A Bruma da Memória
20.35 Artes e Letras - "C. E. Jung"
21.30 Deus Nos Acuda
22.30 TV2 Jornal
23.15 Remate
23.30 Sexualidades
00.05 As Aventuras de Jean Galmont
01.00 A Mata dos Videiros

- 16.30 Notícias
16.40 Corridas de Camiões
17.25 Santa Bárbara
18.10 Notícias
18.20 Roque Santeiro
19.00 Praça Pública
19.45 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Labirinto
22.05 Miss Praia 93
00.05 Último Jornal
00.40 Playboy
01.20 Diários Eróticos
01.40 MTV

- 12.00 Rica Saúde
12.30 A Casa do Tio Carlos
13.00 A Amiga Olga
13.30 Uma Casa na Pradaria
14.05 O Jardim Mágico
17.05 A Casa do Tio Carlos
17.30 Animação
17.45 Lágrimas
18.30 Lassie
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação
20.05 Fórum
20.35 Quem Sai aos Seus
21.05 Parker Lewis
21.35 Desporto - "Na Maior"
22.05 Perdidos na América
23.35 Informação
23.50 Taggart
00.35 Pânico no Aeroporto
02.15 Fórum
02.45 Meteorologia

Sábado, 18

- 08.00 Programa Infantil e Juvenil
11.30 Luta Livre Americana
12.30 Magia
13.15 Parlamento
13.55 Clube Disney
15.25 Ladrão de Casaca
17.05 Beverly Hill's 90210
18.00 Clube Paraíso
18.30 Palavra Puxa Palavra
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
20.30 Maria Elisa Entrevista
21.00 Despedida de Solteiro
22.15 Parabéns
23.55 Diana - A História Verdadeira
01.45 Halloween 4: O Regresso do Assassino

- 08.00 Caminhos
08.30 Novos Horizontes
09.00 Universidade Aberta
12.00 As Aventuras de Marco Polo
13.40 Parceiros no Crime
14.25 Pé Grande e os Amigos
14.55 A Família Chisholms
16.00 TV2 Desporto
22.30 Mau Tempo no Canal
23.45 No Cumprimento do Dever
00.10 Teatro: "A Marquesa d'O" (1ª parte)



01.45 Se Don Juan Fosse Mulher

- 12.00 O Soldado Joe
12.35 Aventuras dos T-Rex
13.00 Stingray, o Super Submarino
13.30 Batman
14.00 Notícias
14.10 As Mais Belas Máquinas
14.45 Aventura
15.00 Operação V-2
16.40 Tracey Ullman
17.10 Dra. Quinn
17.55 Grandes Planos
18.25 Portugal Radical
18.50 Príncipe de Bel Air
19.10 Cara Chapada
19.30 Contos de Verão
20.45 Jornal da Noite
21.30 Belezas de Verão
23.35 Último Jornal
24.00 Água na Boca
00.50 Boxe

- 10.10 Os Construtores da História
10.40 Vida Selvagem
12.00 Punky
12.35 Lassie
13.00 Informação
13.10 Desporto
14.05 Cagney & Lacey
14.55 Lágrimas (compacto)
19.30 Informação
20.05 Espião à Vista
20.35 Longa Metragem: "No Hawaí"
22.35 Rosa Baiana
24.00 Longa Metragem: "O Inquilino Misterioso"

Domingo, 19

- 08.00 Programa Juvenil
12.00 Sem Limites
12.30 A Família Twist
13.00 Notícias
13.15 Top +
14.00 Floradas na Serra
14.50 Marés Vivas
15.10 Star Trek V: A Última Fronteira
18.45 Dinossauros
19.10 Câmara do Cándido
20.00 Jornal de Domingo
20.30 Casa Cheia
21.10 Despedida de Solteiro
22.15 Os Bonecos da Bola
22.40 O Polvo
00.25 Clips e Spots

- 08.00 À Mão de Semear
08.25 Crime, Disse Ela
09.30 Regiões
10.30 70 x 7
11.00 Missa
12.00 Fórum Musical
12.45 Realce
13.10 A Família Chisholms
14.10 Musical: "Dire Statts"
15.00 TV2 Desporto
23.00 Ideias com História
00.05 Uma Questão de Confiança

- 12.00 Livro da Selva
12.30 Rugrats
12.55 Capitão Scarlet
13.20 National Geographic
14.20 Três é Companhia
14.55 A Hora da Surpresa
16.55 Tarzan
17.15 O Santo
18.05 O Passageiro Imprevisto
18.30 Benny Hill
18.55 Cosby Show
19.20 Os Melhores Anúncios da TV
20.00 Contos de Verão
20.45 Jornal da Noite
21.30 As Sósias de Joana May
00.10 Último Jornal
00.30 Fórmula Indy

- 10.00 A Casa do Tio Carlos
11.00 Animação
12.00 Vaticano em Directo
12.15 Missa
13.15 A Saga do Ouro
15.00 África Nossa
16.00 Os Canhões de Navarone
18.35 Ao Lado da Lei
19.30 Informação Quatro
20.05 Espião à Vista
20.35 Aqui Há Fantasmas
22.35 Rosa Baiana
24.00 Futebol: Brasil-Uruguai
01.45 Meteorologia

- 12.00 Rica Saúde
12.30 A Casa do Tio Carlos
13.00 A Amiga Olga
13.30 Uma Casa na Pradaria
14.05 O Jardim Mágico
17.00 A Casa do Tio Carlos
17.40 Lágrimas
18.30 Lassie
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação
20.05 Fórum
20.35 Quem Sai aos Seus
21.05 Parker Lewis
21.35 Ai, Amor!
22.05 A Longa Espera
00.05 desporto
00.35 Informação
00.50 Pais RealSaia do Parlamento
01.40 Meteorologia

- 12.00 Rica Saúde
12.20 A Casa do Tio Carlos
12.50 A Amiga Olga
13.20 Uma Casa na Pradaria
14.00 O Jardim Mágico
17.05 A Casa do Tio Carlos
17.40 Lágrimas
18.30 Lassie
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação
20.05 Fórum
20.35 Quem Sai aos Seus
21.05 Parker Lewis
21.35 Arizona Junior
23.15 Informação
23.35 Hunter
00.30 Fórum
01.00 Meteorologia

"A Marquesa d'O", de Heinrich von Kleist, "lida" e encenada por Hans-Jurgen Syberberg e interpretada por Edith Clever: sábado, às 23 e 45, na TV2

Segunda, 20

- 08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 O Treinador
10.00 Pela Manhã
12.00 Culinária
12.10 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 No Fundo do Mar
14.25 Quantum Leap
15.10 Morte sem Glória
16.55 Agora, Escolha!
18.25 A Roda da Sorte
19.05 A Banqueira do Povo
20.00 Telejornal
20.40 O Dono do Mundo
21.40 Os Inocentes
22.10 Concurso "Entre Famílias"
23.50 Querido John
00.15 24 Horas

- 11.05 Infantil
12.00 Uma Família no Jardim Zoológico
12.50 Livres e Selvagens
13.40 As Aventuras de Robin Hood
14.10 Departamento S
15.05 Ponto por Ponto
16.00 Antes de Colombo
16.55 A Malta de Degrassi
17.25 Temas e Teimas
18.15 Vamp
19.00 Um, Dó, Lí, Tá
20.00 Magazine "Cinema"
20.30 Coisas de Homens
21.35 Deus nos Acuda
22.30 TV2 Jornal
23.20 Remate
23.30 Ouvir e Falar
00.30 Piazza Navona

- 16.30 Notícias
16.40 Corridas de Camiões
17.25 Santa Bárbara
18.10 Notícias
18.10 Roque Santeiro
19.00 Praça Pública
19.30 Notícias
19.45 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Encontros Imediatos
22.00 Na Corda Bamba
00.05 Último Jornal
00.30 Homens Mal-Comportados
01.00 MTV

- 12.00 Rica Saúde
12.30 A Casa do Tio Carlos
13.00 A Amiga Olga
13.30 Uma Casa na Pradaria
14.05 O Jardim Mágico
17.00 A Casa do Tio Carlos
17.40 Lágrimas
18.30 Lassie
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação
20.05 Fórum
20.35 Quem Sai aos Seus
21.05 Parker Lewis
21.35 Ai, Amor!
22.05 A Longa Espera
00.05 desporto
00.35 Informação
00.50 Pais RealSaia do Parlamento
01.40 Meteorologia

- 12.00 Rica Saúde
12.20 A Casa do Tio Carlos
12.50 A Amiga Olga
13.20 Uma Casa na Pradaria
14.00 O Jardim Mágico
17.05 A Casa do Tio Carlos
17.40 Lágrimas
18.30 Lassie
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação
20.05 Fórum
20.35 Quem Sai aos Seus
21.05 Parker Lewis
21.35 Arizona Junior
23.15 Informação
23.35 Hunter
00.30 Fórum
01.00 Meteorologia

Terça, 21

- 08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 O Treinador
10.00 Pela Manhã
12.00 Culinária
12.10 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Q.E.D.
14.25 Quantum Leap
15.15 Baionetas de Aço
16.55 Agora, Escolha!
18.25 A Roda da Sorte
19.05 A Banqueira do Povo
20.00 Telejornal
20.35 O Dono do Mundo
21.35 Cuidado com as Imitações
22.00 As Noivas de Copacabana
22.55 Repórteres
24.00 24 Horas

- 11.05 Infantil
12.00 Uma Família no Jardim Zoológico
12.50 Livres e Selvagens
13.40 As Aventuras de Robin Hood
14.10 Departamento S
15.05 Ponto por Ponto
16.00 Para Além do Ano 2000
16.50 A Malta de Degrassi
17.25 Temas e Teimas
18.00 Vamp
18.55 Um, Dó, Lí, Tá



"O Polvo" em 6ª série: ao domingo no Canal 1

- 19.25 Magazine "Ciência e Ecologia"
19.50 Futebol: Braga-Porto
22.35 TV2 Jornal
23.15 Deus Nos Acuda
00.05 Remate
00.20 Trintões
01.20 Rotações

- 16.30 Notícias
16.40 Corridas de Camiões
17.25 Santa Bárbara
18.00 Notícias
18.10 Roque Santeiro
19.00 Praça Pública
19.30 Notícias
19.45 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 A Brincar, a Brincar
22.00 Polícias e Espiões
23.00 Bagdad Café
23.30 Meteorologia
23.35 Último Jornal
23.55 Donos da Bola
24.00 Internacional Sic
00.30 MTV

- 12.00 Rica Saúde
12.20 A Casa do Tio Carlos
12.50 A Amiga Olga
13.20 Uma Casa na Pradaria
14.00 O Jardim Mágico
17.05 A Casa do Tio Carlos
17.40 Lágrimas
18.30 Lassie
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação
20.05 Fórum
20.35 Quem Sai aos Seus
21.05 Parker Lewis
21.35 Arizona Junior
23.15 Informação
23.35 Hunter
00.30 Fórum
01.00 Meteorologia

Quarta, 22

- 08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 O Treinador
10.00 Pela Manhã
11.55 Culinária
12.10 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Terras do Noroeste
14.25 Quantum Leap
15.15 Os Voluntários
16.50 Agora, Escolha!
18.30 Roda da Sorte
19.00 A Banqueira do Povo
20.00 Telejornal
20.35 O Dono do Mundo
21.35 Sozinhos em Casa
21.55 Vamos Jogar no Totobola
22.15 Exterminador Implacável 2: o Dia do Julgamento
00.30 24 Horas

- 11.05 Infantil
12.00 Uma Família no Jardim Zoológico
12.40 Livres e Selvagens
13.40 As Aventuras de Robin Hood
14.05 Departamento S
15.05 Ponto por Ponto
16.55 A Malta de Degrassi
17.25 Temas e Teimas
18.00 Vamp
18.15 Vamp



- 19.00 Um, Dó, Lí, Tá
19.55 Magazine "Artes Visuais"
20.20 Futebol: Sporting-Belenenses
22.35 TV2 Jornal
23.15 Deus nos Acuda
00.05 Remate
00.20 Crimes
00.45 A Ponte de Brooklin

- 16.30 Notícias
16.40 Corridas de Camiões
17.25 Santa Bárbara
18.00 Notícias
18.10 Roque Santeiro
19.00 Praça Pública
19.30 Notícias
19.45 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Falas Tu ou Falo Eu
22.30 Estilos
23.35 Último Jornal
24.00 As Rosas São Para os Ricos
01.00 MTV

- 12.00 Rica Saúde
12.20 A Casa do Tio Carlos
12.50 A Amiga Olga
13.20 Uma Casa na Pradaria
14.00 O Jardim Mágico
17.05 A Casa do Tio Carlos
17.40 Lágrimas
18.30 Lassie
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação
20.05 Fórum
20.35 Quem Sai aos Seus
21.05 Parker Lewis
21.35 Dream West
23.10 Informação
23.25 Desporto Motorizado
23.55 Hunter
01.00 Fórum
01.30 Meteorologia

Filmes na TV

— Por isto e por aquilo... —

QUINTA, 16

Cruel Vitória

«Bitter Victory» (Fr./1957). Real.: Nicholas Ray. Int.: Richard Burton, Curd Jurgens, Ruth Roman, Raymond Pellegrin, Sean Kelly. P/B, 101 min. Ver Destaque. (15.15, Canal 1)

Bairro da Lata

«Cannery Row» (EUA/1982). Real.: David S. Ward. Int.: Nick Nolte, Debra Winger, Audra Lindley, Frank McRae. Cor, 120 min. Ver Destaque. (22.25, Quatro)

SEXTA, 17

O País de Onde eu Venho

«Le Pays d'ou Je Viens» (Fr./1956). Real.: Marcel Carné. Int.: Gilbert Bécaud, Françoise Arnoul, Jean Toulot, Claude Brasseur. Cor, 94 min. Ver Destaque. (15.15, Canal 1)

Top Gun

— Ases Indomáveis

«Top Gun» (EUA/1986). Real.: Tony Scott. Int.: Tom Cruise, Kelly McGillis, Val Kilmer, Anthony Edwards. Cor, 106 min. Ver Destaque. (21.55, Canal 1)

Um Delírio de Mulher

«Night Eyes» (EUA/1990). Real.: Jag Mundhra. Int.: Andrew Stevens, Tanya Roberts, Cooper Huckabee, Warwick Sims. Cor, 90 min. «Thriller». (00.25, Canal 1)

Pânico no Aeroporto

«International Airport» (EUA/1985). Real.: Charles S. Dubin e Don Chaffey. Int.: Gil Gérard, Berlinda Tolbert, Connie Sellecca. Cor, 96 min. «Catástrofe». (00.30, Quatro)

A Mata dos Videiros

«Brzezina» (Pol./1970). Real.: Andrzej Wajda. Int.: Daniel Olbrychski, Emilia Krakowska, Olgierd Lukaszewicz, Marek Perepeczko. Cor, 90 min. Ver Destaque. (01.00, TV 2)

SÁBADO, 18

As Aventuras de Marco Polo

«The Adventures of Marco Polo» (EUA/1938). Real.: Archie Mayo. Int.: Gary Cooper, Sigrid Curie, Basil Rathbone, George Barbier. P/B, 99 min. «Histórico». (12.00, TV 2)

Operação V-2

«Operation Crossbow» (EUA/1965). Real.: Michael Anderson. Int.: George Peppard, Sophia Loren, Trevor Howard, Tom Courtenay. Cor, 116 min. Ver Destaque. (15.00, SIC)

Ladrão de Casaca

«To Catch a Thief» (EUA/1955). Real.: Alfred Hitchcock. Int.: Cary Grant, Grace Kelly, Jessie Royce Landis, John Williams. Cor, 103 min. Ver Destaque. (15.25, Canal 1)

Perdidos na América

(EUA) Real.: Albert Brooks. Int.: Albert Brooks, Julie Hagerty, Maggie Roswell. Cor. (23.25, Quatro)

Halloween 4: O Regresso do Assassino

«Halloween 4: The Return of Michael Myers» (EUA/1988). Real.: Dwight H. Little. Int.: Donald Pleasence, Elie Cornell, Danielle Harris. Cor, 85 min. «Terror». (01.45, Canal 1)

Se Don Juan Fosse Mulher

«Don Juan 1973 ou si Don Juan Était Une Femme» (Fr./It./1973). Real.: Roger Vadim. Int.: Brigitte Bardot, Jane Birkin, Maurice Ronet. Cor, 90 min. Ver Destaque. (01.45, TV 2)

DOMINGO, 19

A Hora da Surpresa

«Dinner at Eight» (EUA/1989). Real.: Ron Lagomarsino.

Int.: Lauren Bacall, Charles Durning, Ellen Greene, Harry Hamlin. Cor, 100 min. Ver Destaque. (14.55, SIC)

Star Trek V: A Última Fronteira

«Star Trek V: The Final Frontier» (EUA/1989). Real.: William Shatner. Int.: William Shatner, Leonard Nimoy, DeForest Kelley. Cor, 93 min. «Ficção Científica». (15.10, Canal 1)

Os Canhões de Navarone

«The Guns of Navarone» (EUA/1969). Real.: J. Lee Thompson. Int.: Gregory Peck, David Niven, Anthony Quinn, Anthony Quayle. Cor, 159 min. Ver Destaque. (16.00, Quatro)

As Sósias de Joanna May

«The Cloning of Joanna May» (Gr.Br./1992). Real.: Philip Sacille. Int.: Patricia Hodge, Brian Cox. Cor, 100 min. «Drama». (21.30, SIC)

Aqui Há Fantasmas

(Port./1963). Real.: Pedro Martins. Int.: Henrique Santana, Carmen Mendes, Humberto Madeira, Francisco Ribeiro. 105 min. «Comédia». (21.55, Quatro)

Uma Questão de Confiança

«Trust» (EUA/1990). Real.: Hal Hartley. Int.: Adrienne Shelly, Martin Donovan, Merritt Nelson, Eddie Falco. Cor, 101 min. «Comédia Dramática». (00.05, TV 2)

SEGUNDA, 20

Morte Sem Glória

«Resting Place» (EUA/1986). Real.: John Korty. Int.: John Lithgow, Richard Bradford, Morgan Freeman, G. D. Spradlin. Cor, 100 min. Ver Destaque. (15.10, Canal 1)

Na Corda Bamba

«Bird on a Wire» (EUA/1990). Real.: John Badham. Int.: Mel Gibson, Goldie Hawn, David Carradine, Bill Duke, Stephen Tobolowsky. Cor, 110 min. «Acção». (22.00, SIC)

A Longa Espera

«Which Way Home?» (Austrália/1990). Real.: Carl Schultz. Int.: Cybill Shepherd, John Waters, Peter Toppano, John Ewart. Cor. «Guerra». (22.05, Quatro)

TERÇA, 21

Baionetas de Aço

«The Steel Bayonet» (Gr.Br./1957). Real.: Michael Carreras. Int.: Leo Genn, Kieron Moore, Michael Medwin, Robert Brown, Michael Ripper. P/B, 82 min. «Guerra». (15.15, Canal 1)

Arizona Junior

«Raising Arizona» (EUA/1987). Real.: Joel Coen. Int.: Nicolas Cage, Holly Hunter, John Goodman, William Forsythe. Cor, 97 min. Ver Destaque. (21.35, Quatro)

QUARTA, 22

Os Voluntários

«First to Fight» (EUA/1967). Real.: Christian Nyby. Int.: Chad Everett, Marilyn Devin, Dean Jagger, Bobby Troup, Claude Akins. Cor, 93 min. «Guerra». (15.10, Canal 1)

Exterminador Implacável 2: O Dia do Julgamento

«Terminator 2: Judgment Day» (EUA/1991). Real.: James Cameron. Int.: Arnold Schwarzenegger, Linda Hamilton, Robert Patrick. Cor, 135 min. Ver Destaque. (22.15, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

Cruel Vitória

(Quinta, 15.15, Canal 1)

Adaptado do romance homónimo de René Hardy, *Cruel Vitória* é, apenas, um dos melhores filmes que as televisões apresentam esta semana. Uma obra de Nicholas Ray que é uma amarga reflexão sobre a guerra e as suas inesperadas consequências nos que dela são os protagonistas mais visíveis: em plena II Grande Guerra, durante a «batalha do deserto», um comando britânico é encarregado da missão de capturar uma série de documentos do exército nazi num ataque ao Quartel General de Benghazi - o pano de fundo para o realizador escarpelizar as relações contraditórias entre dois homens (excelentes interpretações de Richard Burton e Curd Jurgens) que o passado e o presente ligam a uma mesma mulher. Um filme em magnífico preto e branco, cujo formato em *cinemascope* se espera seja respeitado, como merece.

Bairro da Lata

(Quinta, 22.25, Quatro)

Baseado em duas obras de John Steinbeck - *Cannery Row* e *Sweet Thursday* - *Bairro da Lata* é a primeira experiência na realização de David S. Ward. É esta a principal curiosidade que justifica este destaque, já que o resultado cinematográfico final deste filme, pelo desequilíbrio que revela, não está à altura das competentes prestações de Nick Nolte ou Debra Winger, o primeiro na pele de um ex-jogador de *baseball* (agora biólogo) e a segunda na de uma jovem apaixonada, que magnificamente evoluem nos seus jogos de amor. Uma outra curiosidade: a excelente voz de John Huston, na narração.

O País de Onde eu Venho

(Sexta, 15.15, Canal 1)

A fotografia de Philippe Agostini é, como sempre, excelente. As personagens interpretadas por Gilbert Bécaud (estreado-se no cinema, num papel duplo) e de Françoise Arnoul, são simpáticas. Mas este primeiro filme a cores de Marcel Carné - um conto de Natal sem pretensões, em que dois homens extremamente semelhantes se apaixonam por uma mesma rapariga - tem muito de datado na sua concepção e realização, indiciando a nítida decadência que começava a ensombrar a carreira do realizador e que se avolumaria no seu dramático confronto com a nascente *nouvelle vague*.

Top Gun - Ases Indomáveis

(Sexta, 21.55, Canal 1)

É este um dos dois grandes êxitos de bilheteira dos anos 80 que o Canal 1, a par do *Exterminador*, esta semana propõe aos seus espectadores. Um cinema de grande espectáculo, para exclusivo entretenimento, que se aproveita da competência técnica e da extraordinária eficácia e capacidade financeira da indústria para encher os olhos e esvaziar a cabeça... Tom Cruise teve, aqui, a sua rampa de lançamento para o êxito. Acompanha-o a então *boazona* Kelly McGillis. Dois símbolos sexuais e ideológicos, à americana, embrenhados numa história de guerra e de aviões, à antiga, filmada com os requintes da publicidade, à moderna. É faltar, é faltar...

A Mata dos Videiros

(Sexta, 01.00, TV 2)

Fiel aos *leitmotiv* das suas obras - o amor e a morte - Andrzej Wajda encena aqui, para a televisão polaca, um drama bucólico que decorre nos anos 30 na Polónia: dois irmãos, de temperamentos completamente opostos, um deles moribundo, experimentam os seus jogos de amor com uma jovem camponesa. Um filme excelentemente



O cinema-espectáculo de «O Exterminador Implacável 2»



David Niven, intérprete principal de «Os Canhões de Navarone», de J. Lee Thompson



Grace Kelly e Cary Grant, numa cena de piquenique em «Ladrão de Casaca», de Alfred Hitchcock

fotografado por Zygmunt Samosiuk, numa paisagem de excepção.

Operação V-2

(Sábado, 15.00, SIC)

Típico filme de acção, passado durante a II Grande Guerra, *Operação V-2* conta-nos a história de um comando que é encarregado de se infiltrar em território inimigo para destruir a fábrica em que são construídos os temíveis mísseis secretos V-2 que os nazis tencionam utilizar contra os exércitos aliados. Trata-se, como de costume, de um esquema sempre infalível para prender a atenção e a emoção do espectador, tanto mais que Michael Anderson é eficaz na encenação da «operação», ainda por cima servido por meios técnicos consideráveis e por uma parilha de vedetas que constituem um interesse suplementar.

Ladrão de Casaca

(Sábado, 15.25, Canal 1)

Bem mais interessante é, entretanto, esta conhecida obra de Hitchcock que, não sendo das verdadeiramente indispensáveis na riquíssima filmografia do realizador, é mesmo assim um espectáculo divertido de *suspense* e *crime*, especialidades do mestre. Passado na Riviera francesa, o filme conta a história de um sofisticado ladrão, ali vivendo dos rendimentos, que se vê surpreendido como suspeito de vários roubos que vão acontecendo e decide partir para o desmascaramento do verdadeiro ladrão. Pelo meio, e para além do habitual *charme* de Cary Grant, na personagem principal, temos ainda a beleza aristocrata e os vestidos de Grace Kelly, já antecipando um meio e um ambiente que, anos depois, a iriam ver transformada em princesa... Tudo a cores e em *Vistavision*...

Se Don Juan Fosse Mulher

(Sábado, 01.45, TV 2)

O espectador avisado espera, quase sempre, que as obras cinematográficas que lhe são propostas pela TV 2 se destaquem, por um ou outro motivo, do reportório comercial que costuma invadir o Canal 1. Acontece, entretanto, que a descontraída *agilidade* dos programadores da RTP lhe pregam frequentes partidas, pelo que é conveniente avisar o mesmo espectador que este filme de Roger



Nick Nolte e Debra Winger, em «Bairro da Lata», de David S. Ward



Richard Burton, em primeiro plano, em «Cruel Vitória», de Nicholas Ray

Vadim (um realizador que, nos seus primeiros tempos, chegou a enganar muita gente) é mais uma das suas costumadas vigarices, com Brigitte Bardot a protagonizar um erotismo de pacotilha que não resiste a um supremo ridículo.

A Hora da Surpresa

(Domingo, 14.55, SIC)

Com uma esmagadora galeria de monstros do écran, como Marie Dressler, John e Lionel Barrymore, Jean Harlow e outras e outros quejandos, encenou George Cukor, em 1933, uma admirável e memorável sátira ao meio da burguesia de Nova Iorque, adaptada a partir da peça *Dinner at Eight*, de Edna Ferber. Mas este telefilme, um remake realizado para a televisão por cabo, em 1989, pelo incógnito Ron Lagomarsino, fica naturalmente a milhas de distância do original e nem a magnífica presença de Lauren Bacall, no papel outrora representado por Marie Dressler, consegue salvar o empreendimento.

Os Canhões de Navarone

(Domingo, 16.00, Quatro)

Na sequência do êxito alcançado com *A Ponte do Rio Kwai*, Carl Foreman, o argumentista, tentou prosseguir na mesma via adaptando ao cinema este romance de Aliotair Mac Lean. Mas, nem o realizador J. Lee Thompson se aproxima de David Lean, nem o filme consegue voar para além de um competente mas notório academismo. A história do filme é mais do que conhecida: durante a II Grande Guerra, um grande contingente de tropas britânicas encontra-se imobilizado na ilha de Kheros perante o bloqueio de movimentos que lhe é imposto por duas gigantescas peças de artilharia nazis que um comando é encarregue de ir destruir, com sucesso. Quanto ao filme, é óbvio que, com os meios extraordinários postos ao serviço da produção - designadamente no campo dos efeitos especiais (que arrancaram um Oscar para a categoria) - e um grupo de intérpretes, em que avultam algumas figuras de primeira água, ele cumpre, de forma extremamente eficaz, a sua missão de entretenimento.

Morte Sem Glória

(Segunda, 15.10, Canal 1)

Numa pequena localidade da Geórgia, nos anos 70, um oficial do exército enfrenta uma atmosfera de alta tensão racial, ao pretender dar um funeral condigno a um herói de guerra negro, morto em combate, que a população branca pretende por todos os meios impedir. São estes os traços fundamentais deste excelente telefilme de John Korty (um dos melhores da semana) ao qual as referências apontam qualidades fora do vulgar, com um argumento que estigmatiza não apenas a questão do racismo, particularmente no Sul dos EUA, como as próprias dramáticas consequências da guerra do Vietname.

Arizona Junior

(Terça, 21.35, Quatro)

Um ex-criminoso, marginal, em vias de reconciliação com a sociedade (Nicolas Cage) e uma ex-mulher-policia exemplar (Holly Hunter) são os dois membros de um estranho casal que se confronta com a esterilidade que os impede de ter um desejado rebento. Eis se não quando decidem resolver o problema, raptando um dos membros de um quinteto de gémeos e passando todo o filme a fugir da polícia e dos sarilhos e peripécias que o seu acto provoca. Contado com esta descontração, já toda a gente se apercebeu de que se trata de uma comédia absurda, por sinal com excelentes referências da crítica, a qual (alertando embora para o insólito do tema) não poupa elogios ao talento do

realizador e dos actores e ao invulgar sentido de humor e ironia que se desprende do filme. A confirmar.

Exterminador Implacável 2: o Dia do Julgamento

(Quarta, 22.15, Canal 1)

Insólita mescla de homem e de robot, *Terminator* é um andróide indestrutível que veio do futuro para, lutando contra as forças do mal, salvar a humanidade da destruição nuclear: era este o traço essencial do primeiro filme da série *Exterminador Implacável* (1984) que constituiu um grande êxito de bilheteira e, através da novidade de alguns impen-sáveis efeitos especiais, marcou pontos na história do cinema de ficção científica, transformando-o num filme de culto. Sete anos depois, o seu brilhante realizador, James Cameron, reincide na continuação da saga do nosso robot, desta vez desenvolvendo ainda mais toda as potencialidades da indústria do espectáculo - o que lhe valeu nada menos do que quatro Oscars, a premiar um objecto cinematográfico de grande impacte visual, ao qual é impossível ficar indiferente, mas que sobretudo privilegia as tentaculares potencialidades tecnológicas de um cinema avassaladoramente comercial.

Cinema

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Aqui na Terra	★★★	-	★★
B Culpa Formada	★★	-	★★
C O Último Grande Herói	★★★	-	★★★
D Sonho da Luz	-	★★★★	-

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. João Botelho — Nimas (14.00, 16.30, 19.15, 22.00) — Lisboa.
- B — Real. Sidney Lumet — Alfa/4 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); Amoreiras/9 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Quarteto/2 (14.45, 17.00, 19.15, 21.45, 24.00) — Lisboa.
- C — Real. John McTiernan — Amoreiras/8 (14.45, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); Cine 222 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.
- D — Real. Victor Erice — King Triplex/1 (14.00, 16.30, 19.15, 21.45) — Lisboa.

Teatro

TEATRO ABERTO

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 770969. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. TOP GIRLS, de Caryl Churchill, encenação de Fernanda Lapa.

TEATRO DA CORNUCÓPIA

Lisboa, Rua Ten. Raul Cascais, 1-A. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00. DESASTRES, textos de Beckett, Ionesco e Philip K. Dick, encenação de Miguel Guilherme.

TEATRO MIRITA CASIMIRO

Estoril, Av. Fausto de Figueiredo. Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. OS BIOMBOS, de Genet, encenação de Carlos Avilez, pelo Teatro Experimental de Cascais.

TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ

Lisboa, R. António Maria Cardoso. Tel. 3471279. 6ª, sáb. e 2ª às 21.45, dom. às 16.45. À ESPERA DE GODOT, de Samuel Beckett, encenação de Mário Viegas.

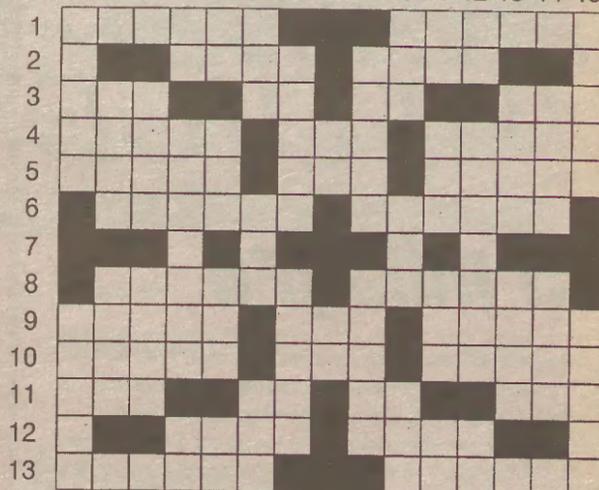
Tempo

Continuação do céu geralmente nublado, com possibilidades de chuva.



PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 — Envergonhado (fig.); balcão. 2 — Planta do pé; conjunto de pessoas que cantam ao mesmo tempo. 3 — A família; avenida (abrev.); alumínio (s.q.); argola. 4 — Ferro distendido; três romanos; moradia nobre. 5 — Osso par da face; senhora (abrev.); escavara. 6 — Tirada com violência; residira. 8 — Espreitada; pedaço de metal chato e cortante. 9 — Branqueiam; soberano; fruto da anoneira. 10 — Árvore da fam. das salicáceas; discursiva; lugar onde se alojam cães. 11 — Batráquios; amerício (s.q.); pedra de moinho; membro de ave. 12 — Dança popular portuguesa; resoa. 13 — Esmurrara; costa marítima ou lacustre, alta e a pique.

VERTICAIS: 1 — Omitem; dispendiosos. 2 — Lavras; instigador (fig.). 3 — Apoquentas (fig.); fúrias. 4 — Arsénio (s.q.); importunaram (fig.); falsa. 5 — Compaixão; época; anel; comparecer. 6 — Remoinho de água (prov.); mágoa; altar cristão. 7 — Adverte; fragrância. 8 — Caminhar; érbio (s.q.). 9 — Pintam com cal; cordame do navio de vela. 10 — Esplendor (fig.); ovário de peixe; vazia. 11 — Atmosfera; ribeira portuguesa; nome escocês; suf. de agente. 12 — Cobalto (s.q.); instrumento musical de sopro, semelhante à flauta; aspecto. 13 — Levantar; estrofe composta de nove versos. 14 — Invulgar; erva-doce. 15 — Fruto silvestre; esconde.

SOLUÇÕES DO NÚMERO ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 — Famosos; asarina. 2 — Atol; emir. 3 — Lá; avaliaram; CU. 4 — Ima; uni; pás. 5 — Dama; facas; pala. 6 — Amar; aras. 7 — Irisas; amassa. 8 — Agás; assa. 9 — Moda; eiras; adia. 10 — Ovo; mar; Aar. 11 — Lá; camarotes; má. 12 — Cila; alas. 13 — Mosaico; alameda.

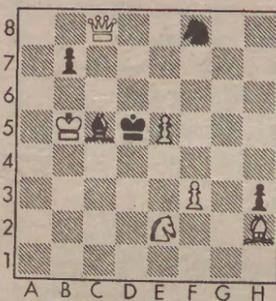
VERTICAIS: 1 — Falido; amolam. 2 — Ama; ova. 3 — Má; amorado; CS. 4 — Ota; amiga; cia. 5 — Sova; asa; rali. 6 — Ola; frase; Mac. 7 — Lua; ima. 8 — Pinça; arara. 9 — Aia; aro. 10 — Ser; samas, tal. 11 — Amar; rás; cela. 12 — Rim; passa; Sam. 13 — Ir; passada; sé. 14 — Cal; iam. 15 — Acusam; parada.

XADREZ

CDXXVIII — 16 de Setembro de 1993

PROPOSIÇÃO N.º 1993X073
Por: CHARLES PROMISLO
2.º Prémio American Chesscongress, - 1921

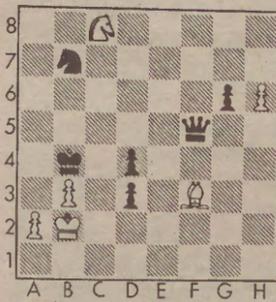
Pr.: [5]: Ps.b7, h3-Cf8-Bç5-Rd5
Br.: [6]: Ps.é5, f3-Ce2-Bh2-Dç8-Rb5



Mate em 2 lances

PROPOSIÇÃO N.º 1993X074
Por: VASSILI PLATOV
Endspielstudien, 1914

Pr.: [6]: Ps.d3, d4, g6-Cb7-Df5-Rb4
Br.: [6]: Ps.a2, b3, h6-Cç8-Bf3-Rb2



Branças jogam e ganham

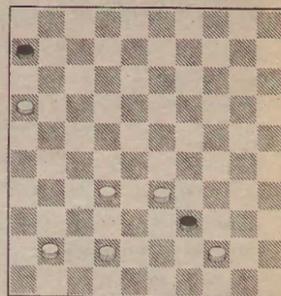
SOLUÇÕES DO N.º CDXXVIII
N.º 1993X073 [Ch.P.]: 1. Df5! [Ameaça: 2. e6++]. 1. Cé6; 2. D64++ 1. Ca; 2. Df7++
N.º 1993X074 [V.P.]: 1. a3+, Rç5; 2. b4+, Rç4; 3. Bd5+, Rb5; 4. Bç6+, Ra6; 5. B:b7+ e ganha.

DAMAS

CDXXVIII — 16 de Setembro de 1993

PROPOSIÇÃO N.º 1993D073
Por: P. KLEUTE — 1921

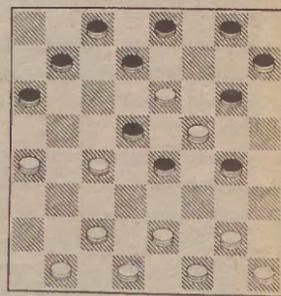
Pr.: [2]: 6-39
Br.: [6]: 16-32-33-41-42-44



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1993D074
Golpe N.º 36/93
Por: JAMES P. REED
RYAN, W.F., Tricks, Traps & Shots..., 1950 [p.p. 46]

1. 12-16, 23-19; 2. 10-13, 21-17; 3. 13-18, 22-13; 4. 9-18, 19-14; 5. 8-12, 28-23; 6. 12-15, 32-28; 7. 15-19, 26-21; 8. 11-15, 17-13; 9. 19-22, 23-19 diagrama:



Jogam as brancas e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CDXXVIII
N.º 1993D073 [P.K.]: 1. 42-37, (39x50=D); 2. 16-11, (50x22); 3. 41-36, (6x17); 4. 37-31+ Se; (22-50); 5. 32-28 e 6. 31-27+ Se; (22-4)/(17-21); 5. 31-27+ Se; 2. (6x17); 3. 41-46 e 4. 37-31...+
N.º 1993D074 [J.P.R.]: 10. 16-20, 19x12; 11. 7x16, 24x15; 12. 5-10, 14x5; 13. 1x26, 30x14; 14. 22-26, 29x22; 15. 6-11, 15x6; 16. 3x26+

a talhe de FOICE

O milagre

Apenas a desatenção ou a má-fé podem recusar ao cavaquismo a espessura teórica que, fisicamente, lhe tem dado pernas para andar. Dez anos e duas maiorias absolutas depois, é tempo de o reconhecer. O cavaquismo começou por se impor na base do que, adequadamente, se chamará "A Filosofia do Milagre", designação menos proudhoniana do que parece, porque entre as emaranhadas elocubrações do autor da "Filosofia da Miséria" e a simplicidade enunciativa do inventor da "democracia de sucesso", vai uma distância ainda maior que entre Paris e Bolíquoime, com vantagem evidente para o teórico algarvio.

A "Filosofia do Milagre" é simples, pragmática e eficaz.

Simple, porque consiste na promessa de entrega imediata, e com alvar convicção, do que toda a gente deseja: emprego, habitação, segurança, qualidade de vida, etc. É o milagre em estado gasoso.

Pragmática, porque, prometendo o que sabe de antemão não ir concretizar, antecipa-se à desilusão com obras de fachada e prebendas pré-eleitorais estrategicamente distribuídas, nomeadamente às camadas da população mais fragilizadas, como os reformados. É o milagre em estado sólido.

Eficaz, porque tem aguentado este Governo. É o milagre em estado pastoso.

É claro que a "Filosofia do Milagre" tem feito os seus estragos. Para não nos alongarmos, recordemos a desertificação que trouxe aos campos, a desarticulação que impôs à indústria, o afundamento a que levou as pescas, as falências para que empurrou os pequenos e médios empresários, o desemprego que continua, naturalmente, a crescer com tudo isto. Todavia faz parte do milagre transformar as catástrofes em sucessos e, aí, a filosofia deste Governo também é muito simples: silencia o que faz, como se não existisse, e gaba-se do que promete, como se o tivesse cumprido. Mais eficaz que isto, só as receitas das seitas que por aí andam a arrecadar fortunas com "manás" a consolar o desespero alheio - aliás, aplicando com notável talento a "Filosofia do Milagre".

Mas tudo é dialéctico nesta vida em geral e nos edifícios teóricos em particular. Daí que a "Filosofia do Milagre" esteja a evoluir para o "Milagre da Filosofia", alteração que parece invocar a "Miséria da Filosofia" com que Marx respondeu ao sr.

Proudhon, mas que, naturalmente, não tem nada a ver para o caso. Se Cavaco Silva não admite contestação alheia, muito menos a pratica sobre si próprio. Esta mudança de estado na sua filosofia faz-se, naturalmente, na continuidade, como a do outro - cujo, como se sabe, nem proudhoniano era, quanto mais marxista.

O "Milagre da Filosofia" é igualmente simples e pragmático.

É simples, porque consiste no pressuposto de que a "Filosofia do Milagre" é um dado adquirido - uma Filosofia assumida pelo País - pelo que o cavaquismo já não se preocupa em prometer o que não cumpre: cumpre o que não promete e garante que isso é a vontade nacional. É o milagre em estado divino.

É pragmático, porque sabe que, com os resultados obtidos pela "Filosofia do Milagre", só mesmo um milagre pode salvar tal filosofia. É o milagre em estado-maior.

Só parece duvidoso que continue eficaz, porque quando uma filosofia milagrosa emerge na sua verdadeira dimensão de filosofia milagreira, já não estamos no domínio da demagogia mas do obscurantismo, já não temos decisões políticas mas truques de pé de galo, venham eles embrulhados em milhões que não-de chegar mas nunca mais aparecem, ou em crises que não existem embora não parem de crescer. Na verdade, o sucesso mais palpável desta "democracia" é o seu evidente insucesso.

O que a transforma num milagre em estado de decomposição.

■ HC

Aulas abrem cedo mas devagar

Começou ontem mais um ano escolar, com pelo menos 40 por cento das salas de aula por abrir, isto nos dados optimistas do próprio Ministério da Educação. Um milhão e 700 mil alunos deveriam começar as aulas entre ontem e a próxima segunda-feira, mas tudo indica que muitas escolas abrirão sem todavia saberem quando têm professores ou quando podem definir a totalidade dos horários. Um exemplo seria dado pelo Sindicato dos Professores da Zona Sul que divulgou faltarem naquela região do país 1595 horários, sobretudo nos grupos de Matemática, Inglês e Física. Em muitos locais as escolas abriram com cerca de 30 por cento dos professores por colocar.

Cavaco Silva, mantendo a tradição, visitou uma escola no primeiro dia de aulas. Desta feita na Pontinha (arredores de Lisboa) onde se desenvolve um projecto especial dirigido pelo padre Feytor Pinto dedicado a apenas 30 alunos, muitos deles oriundos dos PALOP, residentes em bairros degradados da capital. Apesar da escolha do primeiro-ministro recair sobre um projecto de características invulgares, não conseguiu evitar defron-

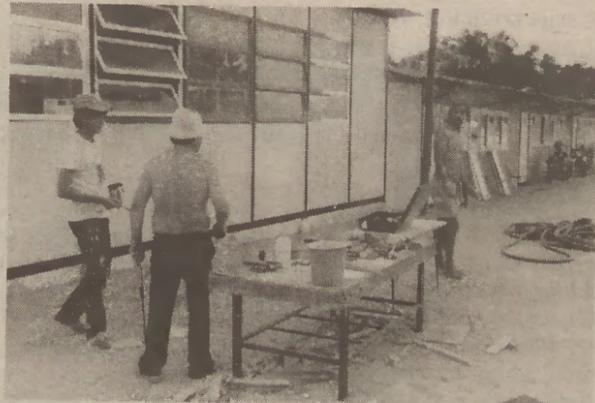
tar-se com uma manifestação de descontentamento popular, ouvindo apupos de dezenas de pessoas. Ainda ontem Cavaco Silva faria uma segunda visita a uma escola: não um dos muitos edifícios degradados pertencentes ao Ministério da Educação mas um estabelecimento particular de Lisboa.

O presente ano lectivo para os ensinos básico e secundário será marcado pela generalização da reforma dos sistemas educativos dos 6º, 8º e 10º anos e através do alargamento a novas escolas do recente modelo de gestão contestado pelos sindicatos dos professores. Os sindicatos dizem que, no entanto, a política do Ministério acaba por contrariar as intenções da reforma: excesso de alunos

por turma (acima dos 30), escassez de novos espaços e novos equipamentos, falta de pessoal auxiliar, insegurança e falta de condições de trabalho são problemas que se agravam de um ano para o outro, em resultado de uma política que, para os sindicatos, deveria investir mais recursos na Educação, ao contrário do que o Governo está a fazer.

O novo sistema de avaliação, que reduz administrativamente o número de «chumbos» sem correspondência real com a rentabilidade dos alunos, é igualmente contestado pelos professores que consideram esta forma de reduzir o insucesso escolar uma deformação da realidade.

Matéria de contestação é



Algumas escolas abriram com obras por concluir

Cavaco inaugura tribunal que não funciona

Para além de novo ano lectivo, também ontem os tribunais voltaram ao moroso trabalho da Justiça portuguesa, com Cavaco Silva e o seu ministro Laborinho Lúcio a inaugurarem o Palácio da Jus-

tiça de Oeiras que «ainda não está apto a funcionar» e cuja abertura «só por objectivos eleitorais se pode compreender», nas expressões do Sindicato dos Funcionários Judiciais.

Significativamente, nesta cerimónia esteve presente o presidente da Câmara de Oeiras, Isaltino Moraes, que juntamente com os governantes inaugurou um edifício onde ainda se colocam soalhos, se instala a rede eléctrica e elevadores e onde faltam secretárias, máquinas e armários.

Em Oeiras, a Justiça, para já, continuará a funcionar em dois edifícios, distantes cerca de dois quilómetros um do outro, desconhecendo-se quando se fará a mudança de instalações.

Também ontem saiu em Diário da República a criação de alguns Tribunais Provisórios, por um período máximo de três anos, que

substituirão ou servirão de suplemento alguns que funcionam em instalações muito degradadas ou superlotadas.

Um exemplo das más condições de grande parte dos edifícios da Justiça portuguesa vem da Moita, onde o edifício do tribunal, segundo funcionários que ali trabalham citados pela LUSA, pode ruir a qualquer momento, sobretudo durante as primeiras chuvas deste ano.

O primeiro indício de derrocada surgiu há poucos meses, durante uma visita do vice-Procurador Geral da Moita e do Procurador Distrital do tribunal, quando o tecto da sala de audiências ruiu parcialmente.

«Com Lisboa» já tem sede

É hoje inaugurada a sede de candidatura da coligação «Com Lisboa», numa cerimónia onde se apresentarão os candidatos da coligação e o actual presidente da Câmara a candidato à renovação do mandato, Jorge Sampaio. O sede da «Com Lisboa» funcionará na Rua Luz Soriano, 44, ao Bairro Alto, no mesmo edifício onde durante anos esteve instalado o extinto vespertino «Diário de Lisboa».

Entretanto, o programa da «Com Lisboa» a apresentar ao eleitorado foi discutido no domingo passado, numa reunião da Comissão Exe-

cutiva da coligação que contou com a participação dos actuais vereadores e dos novos candidatos a esses cargos, o presidente da Câmara Jorge Sampaio, bem como representantes dos partidos e personalidades independentes que integram a coligação.

O documento, que tem vindo a ser preparado por um grupo de trabalho específico, foi profundamente debatido, definindo-se nesta reunião as suas linhas estratégicas essenciais. Ele continuará a ser trabalhado, preveno-se a sua divulgação em meados de Outubro próximo.

Presidente do Tribunal de Contas pode ser professor

O acórdão do Tribunal Constitucional que declara a inconstitucionalidade da lei relativa à reforma do Tribunal de Contas foi ontem publicado no Diário da República. A norma aprovada pelo PSD pretendia que os juizes do Tribunal de Contas não pudessem exercer funções docentes ou de investigação em todas as escolas públicas ou em privadas que recebem verbas do Orçamento de Estado. Caso o pedido de fiscalização preventiva de constitucionalidade, feito ao Tribunal Constitucional pelo Presidente da República, Mário Soares, não resultasse nesta declaração de inconstitucionalidade, o presidente do Tribunal de Contas, Sousa Franco, cuja actividade fiscalizadora às contas do Estado tem perturbado alguns ministérios do Governo de Cavaco Silva, teria de escolher entre a vida académica e o cargo que exerce naquele Tribunal.

COM LISBOA

